REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 090 TERÇA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 4/2015 6

2 – ATA DA 97ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 15 DE JUNHO DE 2015 8

2.1 – ABERTURA 8

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO 8

Destinadas a Comemorar a data de inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek e homenagear *in memoriam* o médico e cientista Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede Sarah de Hospitais, nos termos dos Requerimentos nºs 50 e 393/2015, do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores. 8

2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pelo Coral do Senado

2.2.2 – Execução da Música "Wave" de Antônio Carlos Jobim pelo Coral do Senado Federal

2.2.3 – Execução da Música "Benedictus - Misa Tango" de Matin Palmeri pelo Coral do Senado Federal

2.2.4 – Oradores

Senador Telmário Mota 9

Senador Wellington Fagundes 11

Senadora Ana Amélia 14

Senador Hélio José 16

Srª Lúcia Willadino Braga, Presidente da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação 17

Sr. Carlos Átila Álvares da Silva, Presidente do Conselho de Administração da Associação das Pioneiras Sociais 18

Sr. Sepúlveda Pertence, Conselheiro no Conselho da Associação das Pioneiras Sociais 20

Sr. Osório Adriano 21

Srª Suely Pertence 21

2.2.5 – Fala da Presidência (Senador Cristovam Buarque) 22

2.3 – ENCERRAMENTO 23

3 – ATA DA 98ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE JUNHO DE 2015 24

3.1 – ABERTURA 24

3.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE 24

3.2.1 – Expediente encaminhado à publicação 24

3.2.1.1 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 43/2015 (nº 5.974/2013, na Câmara dos Deputados), que *altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal (cria espaço exclusivo para menores de vinte e um anos em estabelecimentos penais)* 24

Projeto de Lei da Câmara nº 44/2015 (nº 235/2015, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994* 28

Projeto de Lei da Câmara nº 45/2015 (nº 2.113/2007, na Câmara dos Deputados), que *inclui §§ 3º e 4º ao art. 893 e § 5º ao art. 894, todos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regras para a contagem dos prazos para recursos trabalhistas* 31

Projeto de Lei da Câmara nº 46/2015 (nº 3.004/2011, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, para permitir a prática de atos notariais no âmbito da circunscrição da Comarca* 36

Projeto de Lei da Câmara nº 47/2015 (nº 3.575/2012, na Câmara dos Deputados), que *altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (prioridade especial para pessoas maiores de 80 anos)* 40

Projeto de Lei da Câmara nº 48/2015 (nº 5.438/2013, na Câmara dos Deputados), que a*ltera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência* 46

Substitutivo da Câmara nº 10/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 509/2003 (nº 2.349/2007, na Câmara dos Deputados), que *disciplina a forma de inscrição e o local de realização de concursos públicos realizados para provimento de cargos e empregos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta* 51

Substitutivo da Câmara nº 11/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 38/2008 (nº 4.402/2008, na Câmara dos Deputados), que *altera o art. 244-A da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (perda de bens e valores utilizados na prática ou exploração de criança ou adolescente)* 53

Projeto de Decreto Legislativo nº 223/2015 (nº 358/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990*..... 56

3.2.1.2 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 223/2015 62

3.2.1.3 – Término de prazo

Término do prazo, em 14 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 660/2014 (Projeto de Lei de Conversão nº 1/2015). *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria* 62

3.2.1.4 – Projeto de Lei do Senado

Nº 357/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes*..... 62

3.2.1.5 – Requerimentos

Nº 680/2015, de autoria do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 21 a 23 do corrente..... 68

Nº 681/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, de autorização para desempenho de missão parlamentar em 17 do corrente. 69

Nº 682/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26/2010..... 70

3.2.1.6 – Comunicações

Do Senador Cássio Cunha Lima, comunicando participação de S. Exª na Reunião do Parlamento Latino-Americano em Havana, no período de 4 a 7 do corrente 71

Do Senador Hélio José, comunicando participação de S. Exª nas Reuniões das Comissões de Equidade de Gênero, Infância e Juventude; e de Saúde do Parlatino, em 5 e 6 do corrente 71

3.2.1.7 – Ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente

Nº 675/2015, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 635/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin 71

3.2.1.8 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 8/2015-CN (nº 202/2015, na origem), encaminhando o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano, referente ao primeiro trimestre de 2015. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria* 71

3.2.2 – Oradores

SENADOR *ACIR GURGACZ* – Expectativa em torno de reunião com os prefeitos das cem maiores cidades brasileiras, na próxima quarta-feira, visando debater o Pacto Federativo; e outro assunto. 72

3.2.3 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes e à apreciação dos Vetos Presidenciais nºs 5 a 10/2015 74

3.2.4 – Oradores (continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro do transcurso do Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa; e outros assuntos. 74

3.2.5 – Veto

Veto Parcial nº 15/2015, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 5/2015 **(Mensagem nº 204/2015, da Presidente da República)** 81

3.2.6 – Oradores (continuação)

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Preocupação com o efeito, sobre Estados e Municípios, do ajuste fiscal proposto pelo Governo Federal. 82

SENADOR *TELMÁRIO MOTA* – Registro do transcurso do Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil em 12 de junho; e outros assuntos. 84

SENADOR *FERNANDO BEZERRA COELHO*, como Líder – Defesa do fomento das exportações brasileiras, em especial para os Estados Unidos, como alternativa para superação da crise econômica..... 87

SENADOR *HÉLIO JOSÉ* – Destaque à importância dos contadores no combate à corrupção no País e defesa de proposta que cria a Secretaria Nacional de Contabilidade..... 89

SENADOR *ALVARO DIAS* – Preocupação com a atuação da Frente Nacional de Luta em fazendas no Estado de Goiás e críticas ao Governo Federal por suposta omissão diante de conflitos fundiários que ocorrem no País. 91

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Relato da participação de S. Exª em ato realizado em Teresina-PI em favor da ampliação da participação das mulheres na política; e outros assuntos..... 94

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Críticas às supostas contradições da política econômica do Governo Federal; e outro assunto..... 97

SENADOR *REGUFFE* – Críticas à possibilidade de aumento de impostos pelo Governo Federal; e outro assunto..... 101

3.3 – ENCERRAMENTO..... 103

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL..... 104

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 107

6 – LIDERANÇAS..... 108

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 110

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 120

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES..... 130

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 177

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS..... 197

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 212

ATO CONJUNTO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº4 , de 2015.

Altera o Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara Federal nº 3, de 2015.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o **PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,** no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVEM:

Art. 1º Os artigos 1º e 2º do Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados (ATN) nº 3, de 2015, que *Institui Comissão Mista destinada a apresentar projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais*, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica constituída Comissão Mista composta por cinco senadores e cinco deputados federais destinada a apresentar, até o dia 10 de julho de 2015, projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais, que deverá fixar normas e procedimentos de transparência, eficiência, governança e boa gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista." (NR)

"Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º será composta pelos seguintes membros:

I – Deputados Federais:

a) Artur Maia, que funcionará como Relator;
b) Danilo Forte;

c) André Moura;
d) Rogério Rosso;
e) Leonardo Picciani.

II – Senadores da República:

a) Tasso Jereissati, que atuará como Presidente;
b) Otto Alencar, que atuará como Vice-Presidente;
c) José Serra;
d) Walter Pinheiro;
e) Romero Jucá." (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, de junho de 2015.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Deputado **EDUARDO CUNHA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Ata da 97ª Sessão, Especial, em 15 de junho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Cristovam Buarque.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 21 minutos e encerra-se às 13 horas e 21 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Declaro aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Esta sessão especial destina-se a comemorar a data da inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek e homenagear, *in memoriam*, o médico, cientista, amigo, empreendedor, Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, que foi o inspirador, o criador, o fundador da Rede Sarah de Hospitais.

Esta sessão é convocada nos termos dos Requerimentos nºs 50 e 393, de 2015, de autoria de diversos Senadores.

Vou convidar aqueles a quem pedimos nos dessem a honra de homenagear o nosso Campos da Paz para comporem a Mesa.

Chamo para fazer parte da Mesa, em primeiro lugar, esta figura marcante do nosso Senado da República, que foi amigo muito próximo de Campos da Paz, Senador José Sarney. Senador, Presidente por diversas vezes desta Casa e Presidente da redemocratização do Brasil, a partir de 1985. *(Palmas.)*

Chamo a Srª Lúcia Braga, que tem a tarefa de substituir o Campos da Paz na direção da Rede Sarah. *(Palmas.)*

Chamo a Srª Elsita Coelho Campos da Paz, que nos dá a honra de estar aqui e que teve papel tão importante, ao longo de toda a história, ao lado do Campos da Paz. (*Palmas.*)

Chamo o Presidente do Conselho de Administração da Associação das Pioneiras Sociais, que foi Presidente do Tribunal de Contas entre 1992 e 1993, que é o nosso amigo Carlo Átila Álvares da Silva, que nos dá a honra de estar aqui. (*Palmas.*)

Convido, também, o Conselheiro do Conselho, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, nosso querido amigo Ministro Sepúlveda Pertence. (*Palmas.*)

E o nosso Senador Telmário, que é um dos subscritores e está aqui conosco, que será o primeiro orador. (*Palmas.*)

Eu vou deixar para falar mais no final, como quem tomou a iniciativa desta sessão, embora, na praxe, seja o contrário: inicia-se pelo que convocou. Como as pessoas que estão aqui, eu vou me guardar.

Eu passo a palavra, então, em primeiro lugar, ao Senador Telmário.

Antes disso – desculpe-me pela falha, Senador –, eu convido todos que aqui estão para, em posição de sentido, acompanharmos o Hino Nacional, que será cantado pelo Coral do Senado.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Peço a todos que se sentem. Agradeço ao coral, e temos uma atividade cultural, também pelo Coral do Senado, que é a execução da música Wave, de Antônio Carlos Jobim.

(Procede-se à execução da música.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quero agradecer ao Coral. Essa música foi escolhida por uma das filhas de Campos da Paz, e quero aproveitar e citar o nome de todos da família.

O Coral quer cantar mais alguma música? Não estava no protocolo aqui, mas, se quiser, eu tenho certeza de que ele gostaria.

(Procede-se à execução da musical.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quero cumprimentar, entre outras autoridades e familiares aqui presentes, o Deputado Osório Adriano; Aloysio Campos da Paz Neto; Isabella Campos da Paz; Priscilla Campos da Paz; Maíra Campos da Paz, que é neta; Manoella Campos da Paz, também neta; Valeska Kouzak Campos da Paz, que é nora, e os netos Sophia, Aloysio e Estela.

Fico muito feliz de vê-los todos aqui. E a Clara, que não está, pois é bebê. Fico muito feliz de ver a família aqui, nesta homenagem, para que percebam como o pai, o avô, o sogro deixou uma marca tão grande para todos nós.

Começo, então, passando a palavra ao Senador Telmário Mota, que fala pela Liderança do PDT.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, primeiro, quero parabenizar V. Exª, Senador Cristovam, que sempre, nesta Casa, tem tido essa luz diferente. Depois quero falar do Senador Sarney, quero falar de todos.

V. Exª foi muito feliz em ser o signatário desta sessão especial que hoje faz uma homenagem tão justa a um segmento da sociedade que passa, talvez, por uma das maiores crises deste País. Mas quero, antes, cumprimentar todos que compõem esta Mesa.

Presidente Sarney, é uma honra enorme tê-lo aqui, compondo esta Mesa, é uma honra enorme para este País, para esta Nação.

Eu lamento chegar Senador aqui, recente, e não encontrá-lo nesta Casa, porque sem nenhuma dúvida é uma fonte permanente, e esse privilégio é só do Senado Lobão; é um privilégio poder estar convivendo e bebendo da água da sua sabedoria, um homem que atravessou os momentos mais difíceis da política e da democracia. E Deus escolhe, há pessoas que são predestinadas, e o Senador Sarney, o Presidente Sarney é essa figura, um homem que tem mais de cinquenta anos ocupando cargos relevantes dentro da República brasileira, fez a transição democrática e tem selado contribuições que talvez somente Rui Barbosa tivesse tamanha competência para declinar aqui os valores democráticos e a importância da sua presença na democracia.

Que Deus lhe dê muitos anos de vida ainda, porque o Brasil precisa sempre da sua presença, do seu conselho, da sua sapiência e da sua inteligência. Cadê as palmas para Sarney, ele não merece? (*Palmas*.)

Essa é a vida dele; a vida inteira nesse sentido.

Quero saudar também a Presidente do SARAH, a Srª Lúcia. Parabéns Lúcia!

Quero saudar aqui o Ministro Carlos Átila, que é do Conselho; quero saudar o Ministro Sepúlveda Pertence, também ali uma presença importante; a viúva, Srª Elsita Coelho Campos da Paz e as demais autoridades.

Quero saudar os Senadores presentes, o Senador Lobão, o Senador Wellington, que estão aqui neste momento. Quero aqui saudar também os familiares do Dr. Aloysio: Aloysio Campos Neto, que é filho; Isabella Campos, filha, que foi citada; Priscilla Campos, que também é filha; Maíra Campos da Paz, que é neta; Manoella, que é neta; Valeska, que é nora, e todo o corpo, presente aqui, que faz o SARAH acontecer.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, público presente, eu hoje me sinto, de certa forma, privilegiado de estar aqui na tribuna do Senado nesta tão justa homenagem. A minha mãe era indígena e empregada doméstica. Como ela era indígena, ela herdou dos pajés, que são aqueles médicos que não são médicos das comunidades indígenas, que acumularam ao longo do tempo uma sabedoria enorme...

Agora nós tivemos o privilégio de aprovar nesta Casa a questão da biodiversidade, em que a gente vai valorizar esses conhecimentos. Ela, no final de sua vida, fazia da casa uma casa de oração, uma casa de distribuição de conhecimento. Diariamente, havia uma fila enorme de pessoas que iam ali pegar uma oração, um chá, um conselho. A saúde, sem nenhuma dúvida... Tudo é importante na vida do ser humano, a vida é o maior bem que Deus nos deu, mas a saúde é o carro-chefe dessa pujança, dessa vitalidade e da razão de viver. Então, fiz aqui uma singela lembrança da importância do Sarah na vida da humanidade, na vida brasileira, na vida das pessoas do nosso País.

Coloco aqui, Sr. Presidente, que, quando a gente conversa sobre saúde pública no Brasil, logo a gente escuta: não presta, não funciona, não atende, nada acontece. Esse é o sentimento popular, mediano para mais do que mediano, é o primeiro sentimento que a gente tem, infelizmente, de um quadro generalizado, digamos assim, de todo o País. Mas, quando se fala do SARAH, a coisa é diferente, a história é outra, é o passo para o céu, é o passo da esperança, é o passo para restabelecer a saúde.

Sou do Estado de Roraima, um Estado muito distante. Ali vejo uma peregrinação permanente de pessoas. Quando vou ao hospital, estive agora neste final de semana lá – na cidade, acontece muito acidente de

carro, há muita moto, e os jovens são extremamente prejudicados –, e todos diziam: Senador, quero ir para o SARAH. Parecia que eu era o presidente do SARAH e que eu tinha um avião direto para o SARAH para trazê-los, pela credibilidade, pelo trabalho sério que é desenvolvido.

Quero também aqui, no meio do meu discurso, saudar a nossa Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que está aqui presente.

Portanto, sem nenhuma dúvida, o Dr. Aloysio Campos da Paz... Campos, como dizem os poetas – O Senador Hélio também aqui presente –, e o Senador Sarney deve gostar muito disso, campos é paz, é liberdade, é isso.

E Paz? Teria nome melhor? Teria um nome melhor? Então, são as predestinações. Deus escolhe os Dele: aos grandes homens, às grandes mulheres os grandes desafios. Sem nenhuma dúvida, ao Dr. Aloysio coube esse grande desafio, esse grande modelo, esse grande exemplo que foi lutar pela qualidade que hoje temos na saúde do SARAH.

Falando em qualidade, um bom atendimento, excelente atendimento, soluções para a saúde são a marca da Rede SARAH de Hospitais. A homenagem que fazemos hoje a essa instituição e a seu fundador, o Dr. Aloysio, é muito pequena, diante dos enormes serviços prestados por ambos ao Brasil.

A Rede SARAH teve sua semente lançada com a criação da sociedade civil de utilidade pública Pioneiras Sociais, em 1956. Portanto, 60 anos. Em 21 de abril de 1960, o Centro de Reabilitação SARAH Kubitschek foi implantado pelas Pioneiras Sociais em Brasília, com inauguração realizada pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek.

No ano de 1968, o Dr. Aloysio Campos da Paz Jr. tornou-se o Diretor do Centro de Reabilitação, iniciando um modelo revolucionário de gestão hospitalar pública no Brasil. Em 1980, sob seu comando, é fundada a Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação. Em 1993, a segunda unidade da Rede é inaugurada – e aí os Senadores Sarney e Lobão devem ficar muito felizes –, em São Luís, no Maranhão, para a felicidade do seu povo.

Em 16 anos, sete outras unidades surgiram em capitais brasileiras: Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Macapá, Salvador, e Rio de Janeiro.

Hoje, a Rede SARAH é referência mundial em reabilitação neurológica. Financiada com recursos da União, atendeu em 2014 mais de 1,5 milhão de pacientes por ano, 68% dos quais das classes C, D e E. Olha que importância, exatamente para aqueles que não têm como meter a mão no bolso e bancar o seu tratamento. E aí está esse hospital da mais alta qualidade, com os melhores profissionais, com o melhor desempenho, atendendo exatamente a classe mais necessitada do povo brasileiro. Mais de 98% das pessoas estão satisfeitas com o atendimento recebido.

Ah, se a política fosse assim, não é? Estivesse com 98% de aprovação! Que sigamos esse caminho; que a política também siga esse caminho de buscar essa aprovação como a do SARAH. Agora, para acontecer isso, o político não pode roubar, não pode ser corrupto, tem que trabalhar para o povo e servir o povo, porque esta é a Campanha da Fraternidade hoje da Igreja Católica: servir. A política é para servir, e não para ser servida. Como o SARAH serve, tem uma aprovação dessa, que merece o aplauso de vocês agora, de 98%. (*Palmas.*)

Entre esses pacientes satisfeitos, Sr. Presidente, Cristovam, encontramos inúmeros roraimenses, da minha terra amada, que são encaminhados a essa unidade, aqui em Brasília, da Rede, e também para o Maranhão, muitos vão para lá, porque hoje, graças a Deus, Roraima é dividida entre o povo maranhense e o povo roraimense, não é, Presidente Sarney? Então, sempre há um atendimento humanizado e de excelente qualidade. Aliás, por esta razão, um dos objetivos do mandato é levar para Boa Vista uma unidade do SARAH. Se Deus me abençoar e se der tudo certo, nós vamos colocar lá, sim.

Senhoras e senhores, é impossível desassociar a Rede SARAH do seu fundador. O Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior fez da medicina mais do que uma profissão, um sacerdócio. Dedicou-se de corpo e alma a preservar e melhorar a vida de seus pacientes; focou todos os seus esforços em tratar os doentes não apenas como doentes, mas sobretudo com o coração recheado de humanidade.

Reabilitar um paciente, para o Dr. Aloysio, envolvia enxergar a pessoa como um todo, como alguém que tem crenças, experiências e laços afetivos, e não só uma incapacidade física; era vê-la, antes de tudo, como um ser humano cheio de potencial e cheio de vida e devolvê-lo na plenitude da sua capacidade física.

O viés humanista forma a base do trabalho da Rede SARAH, que tem entre seus princípios "trabalhar para que cada pessoa seja tratada com base em seu potencial e não nas suas dificuldades"; "transformar cada pessoa em agente da própria da saúde" e "viver para a saúde e não sobreviver da doença".

Sonhador e realizador que era, o Dr. Aloysio teve a suprema habilidade de ser mentor de outros sonhadores, para levar adiante seu trabalho; sonhadores liderados desde 1994 pela Drª Lúcia – que está ali, cheia de graça, de alegria, por estar vendo esse grande reconhecimento –, neurocientista de renome internacional.

Sr. Presidente Cristovam, perdemos um grande brasileiro no início deste ano, capaz de honrar adequadamente um homem, como foi o Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior.

Por essa razão, encerro minha fala com uma frase que ele costumava dizer e que resume, a um só tempo, o seu humanismo e o senso de justiça:

"Não admito chá de erva-doce para o pobre e tomografia computadorizada para o rico."

Esse é o homem do povo que fez o Hospital SARAH à sua cara.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senador Telmário, pelo discurso tocante que abriu esta sessão.

Eu passo a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e autor deste requerimento, que, com certeza, enobrece cada dia mais esta Casa. Quero aqui saudar o Senador Cristovam Buarque, com ele também o nosso Presidente José Sarney, o nosso companheiro, o Senador Hélio José e também o Senador Telmário Mota, que foi um dos subscritores deste requerimento.

Quero aqui saudar, em nome de toda a Rede SARAH Kubitschek, a Srª Lúcia Willadino Braga, que mostra toda a sua simpatia, mas com certeza também toda a sua dedicação frente a essa instituição.

Quero também cumprimentar o Presidente do Conselho de Administração da Associação das Pioneiras Sociais, o Presidente do Tribunal de Contas da União de 1992 a 1993, o Sr. Carlos Átila Álvares da Silva.

Também quero cumprimentar aqui o Sr. Ministro Sepúlveda Pertence – quem foi rei sempre é majestade. E quero também cumprimentar a viúva do médico e cientista Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, a Srª Elsita Lorlai Coelho Campos da Paz. E, em seu nome, gostaria de saudar também toda a sua família, todos os seus companheiros, todas as pessoas mais próximas, que conviveram tanto com o Dr. Aloysio.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, e todos aqueles que nos acompanham neste momento pela TV, pelo rádio, Agência Senado e também pelo *site* desta Casa e pelas redes sociais, quero aqui desejar um bom dia a todos os brasileiros que estão tendo oportunidade de estar assistindo a uma das sessões solenes mais merecidas já acontecidas aqui nesta Casa.

"Viver para a saúde e não sobreviver da doença." Esse é um dos princípios estabelecidos pela Rede SARAH Kubitschek e que seguramente resume uma das mais notáveis gestões da saúde pública no Brasil, capaz de competir com as grandes unidades de saúde de todo o mundo.

Hoje, eu me congratulo com todos os gestores, funcionários e colaboradores pela competente atuação do Centro de Reabilitação SARAH Kubitschek, que completou 55 anos este ano.

Juntamente com a própria capital, a Fundação das Pioneiras Sociais criou esse moderno complexo de saúde, inspirado na visão do estadista Juscelino Kubitschek.

Quero também me congratular com todas as pessoas e todos os familiares dos que já receberam atendimento e demonstraram apreço pelos profissionais que ali atuam, coerentes e sintonizados pelos princípios humanitários do inesquecível Dr. Aloysio Campos da Paz.

Essa referência mundial, constituída pela Rede de Reabilitação do SARAH, tem se notabilizado pela sua dimensão humanista. Ali, a pessoa, em vez de ser paciente, é o sujeito da ação. Da recepção gentil, passando pela agilidade do atendimento, o que bem retrata a sua organização, até o carinho e a atenção ao paciente na hora de ser atendido, tudo é dimensionado, pensado e feito de forma a que nos transporta, sim, a imaginar que é possível fazer atendimento em saúde pública com qualidade e respeito ao cidadão.

Ao contrário de outras visões hospitalares, cada um é visto pelo seu potencial, e não pelas suas dificuldades. Presenciamos esse modelo, gerenciado de forma tão eficiente pela Associação das Pioneiras Sociais, um grande serviço que é prestado à construção da nossa sociedade ao projetar uma visão positiva sobre quem é acometido por alguma incapacidade, ajudando a combater o preconceito contra aqueles que sofrem algum tipo de limitação.

Na semana passada, diga-se de passagem, aqui, neste plenário, o Senado aprovou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, agora em fase de sanção pela Presidente Dilma Rousseff. Com mais de cem artigos, esse Estatuto representa um passo gigantesco para resgatar uma das maiores dívidas sociais da nossa Nação.

Quero aqui, inclusive, aproveitar esta oportunidade e felicitar todos os personagens que atuaram para a construção desta lei: o trabalho do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos deste Senado, autor desse projeto; também a determinação da Deputada Mara Gabrilli, trabalhadora intensa dessa causa, na Câmara dos Deputados; e também o Senador Romário, que não mediu esforços para a aprovação desta matéria.

E tive a felicidade de, como Deputado Federal, trabalhar naquela Casa e também aqui aprovar essa lei, que, com certeza, é um avanço muito grande, representa respeito a todos aqueles que merecem ter mais acessibilidade, merecem o respeito daqueles que, no dia a dia, não têm nenhuma limitação e que, às vezes, não compreendem, no cotidiano, no sinal de trânsito, na passagem de pedestre, a necessidade da ajuda ao próximo.

Isso nos dá uma certeza: o Brasil caminha seguramente para a construção da tão sonhada sociedade justa e fraterna.

Tais valores de respeito, por sinal, estão consolidados no já reconhecido mundialmente Método SARAH de Reabilitação, em que a participação da família e de todo o contexto envolvente são considerados fundamentais.

Imaginem se esse não é o sonho de qualquer processo de recuperação da saúde: valorizar o que existe, e não o que falta para melhorar!

Eu não poderia deixar de lembrar o quanto a inovação, a pesquisa e o valor da troca de experiências são incentivados na Rede SARAH. Somente com esse contínuo estimulo à criatividade – dos indivíduos e dos grupos –, é possível gerar tanta inovação a serviço do ser humano.

O SARAH é, Sr. Presidente, uma das mais respeitadas e admiradas instituições médicas não somente do Brasil, mas de todo o mundo! Não são poucos os pacientes que a Rede SARAH recebe do exterior para serem tratados aqui, em nosso País, com tecnologia de ponta.

Essa rede é, sem dúvida, uma das instituições que aumentam o nosso orgulho de ser brasileiro. É a prova inquestionável de que se pode fazer Medicina pública e de qualidade em nosso País, com absoluta seriedade, aprumo tecnológico e, sobretudo, uma fundamental dose de humanismo.

São mais de 50 anos, nobres Colegas, provando que o Brasil tem tudo para ser um centro de desenvolvimento tecnológico e humano em diversos setores.

E cada pessoa que lá foi tratada, cada vida que foi resgatada por meio do profissionalismo humanitário que consagrou a Rede SARAH fortalece a nossa crença no Brasil e em sua gente batalhadora.

É claro que essa tradição mantida por seus dirigentes e colaboradores tem uma raiz das mais sólidas, nascida da semente plantada pelo Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, ainda em 1968, quando ali começou a atuar e a difundir sua experiência como diretor da instituição.

Dou aqui meu testemunho: tive o prazer de ser atendido pelo Dr. Aloysio e posso testemunhar que o Brasil perdeu um ser, um profissional, um pai de família de imensurável competência. E digo a todos: em janeiro deste ano, ficamos órfãos de tamanha dedicação ao próximo.

O Dr. Aloysio Campos da Paz, além de tantas qualidades, era um entusiasta da recuperação humana. Como eu já disse uma vez, ele sempre acreditou no potencial de melhora de cada paciente e no trabalho zeloso de cada um dos seus funcionários. Dedicou-se de corpo e alma a essa experiência de resgate da funcionalidade motora, da neurorreabilitação, enfim, da própria dignidade das pessoas afetadas por alguma deficiência nessas áreas.

Tenho para mim que ele refletia sua honrada e laboriosa história de vida em cada um dos seus pacientes, visto que chegou a Brasília convicto de que poderia ampliar seus horizontes, fazer ainda mais por si e pelos seus semelhantes, aceitando, assim, oito anos após a inauguração do Centro de Reabilitação SARAH Kubitschek, o posto de diretor da instituição. Assim, na condição de diretor, já vislumbrava a possibilidade de o SARAH se transformar num verdadeiro e imponente hospital. Tudo isso fruto do conhecimento adquirido em seu doutorado na universidade inglesa de Oxford e do sonho de uma saúde humanizada em nosso País.

Não há dúvida de que, por tudo o que fez pelo Brasil e por milhares de brasileiros e brasileiras, o Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior é um nome digno de constar no Panteão Nacional. O legado de sua obra para a Medicina pública de nosso País o torna um eterno credor da nossa gratidão e da nossa mais sincera e honesta reverência. É um daqueles vultos da nossa história que não se apagam, e nunca se apagarão. Está indelevelmente inserido na memória afetiva nacional. O culto à sua existência nos irmana e nos torna mais brasileiros.

Nossa homenagem a esse pioneiro se aplica não apenas a sua capacidade de pesquisa e invenção na área de saúde, mas também à inovação administrativa trazida ao cenário público brasileiro. Primeiro, o esforço para construir esse grande centro de reabilitação para atender ao Centro-Oeste, mas que, na verdade, atende a pessoas de todo o País e de todo o mundo, como já disse. Em seguida, a capacidade de gerar afinidades, parcerias e, claro, admiração pelo seu trabalho. Não faltou, felizmente, o reconhecimento dos poderes públicos às suas iniciativas.

Aqui, quero me referir ao Presidente Sarney. Sei que foi sempre defensor e também companheiro particular do Dr. Campos da Paz.

Em 1991, foi criada a figura do contrato de gestão, segundo o qual podemos ter um serviço integralmente público, mantido por recursos públicos, mas sem algumas das amarras de um órgão da administração direta. Graças à fiscalização do Tribunal de Contas da União, assegura-se que todos os princípios da Administração Pública sejam cumpridos com a eficiência e a eficácia de uma gestão autônoma. Um sinal claro disso pode ser

visto pelo fato de que 98,3% das pessoas atendidas pela Rede SARAH classificaram-no como ótimo ou bom. Pois bem, na Rede SARAH, das 336.400 consultas previstas, foram realizadas 368.346, ou seja, superou em quase 10% a previsão inicial do ano passado.

Sendo o Brasil uma Nação em que, infelizmente, os procedimentos altamente complexos ainda não se estendem a toda a população, a Rede SARAH pode se orgulhar de ter tido, em 2014, 48% dos seus usuários entre as pessoas com renda familiar média de até cinco salários mínimos. Ou seja, 20% daqueles que ganham até sete salários mínimos. Aquela experiência pioneira, de 1960, graças à tenacidade do Dr. Campos da Paz, foi se ramificando não apenas pelos diversos Estados brasileiros, mas também para outros países.

Aqui mesmo, em Brasília, além do Centro de Reabilitação do Setor Hospitalar, dispomos do Centro Internacional de Neurociências no Lago Norte.

A expansão dessa experiência em reabilitação levou à instalação de outras unidades, sendo a primeira em São Luís (MA), seguida da unidade de Salvador (BA). Depois, vieram as de Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ), Macapá (AP) e Belém (PA). Para o restante do mundo, graças ao intenso fluxo de profissionais estrangeiros em seus centros de pesquisa e à participação dos brasileiros em eventos internacionais, temos conseguido projetar a imagem brasileira nessa área tão delicada da saúde.

Não obstante esse largo compromisso com a recuperação, com o atendimento humanizado e respeitoso, a visão de futuro fica patenteada nas atividades educativas do SARAH. No ano passado, cem mil crianças e jovens assistiram às palestras sobre prevenção de acidentes.

Por fim, eu não poderia deixar de abordar a dimensão da beleza, presente em tudo o que faz a Rede SARAH, cujo sinal mais explícito está no Teatro Sarah, um dos lugares mais comoventes já vistos. Seja qual for a condição da pessoa, ela pode assistir a espetáculos teatrais ou musicais e usufruir da emoção que essas artes proporcionam. Em outros tempos, o próprio Coral do Senado Federal foi ali encantar os internos e suas famílias com músicas natalinas.

Em 1991, foi criada a figura do contrato de gestão, segundo o qual podemos ter um serviço integralmente público, mantido por recursos públicos, mas sem algumas das amarras de um órgão da administração direta.

Graças à fiscalização do Tribunal de Contas da União, assegura-se que todos os princípios da administração pública sejam cumpridos, com a eficiência e a eficácia de uma gestão autônoma. Um sinal claro disso pode ser visto pelo fato de que 98,3% das pessoas atendidas pela Rede Sarah classificaram esse serviço como bom ou ótimo.

Pois bem, na Rede Sarah, das 336.400 consultas previstas, foram realizadas 368.346, ou seja, superou em quase 10% a previsão inicial do ano passado.

Sendo o Brasil uma nação em que, infelizmente, os procedimentos altamente complexos ainda não se estendem a toda a população, a Rede Sarah pode se orgulhar de ter tido, em 2014, 48% de seus usuários entre as pessoas com renda familiar média de até cinco salários mínimos e 20% daquelas que ganham até sete salários mínimos.

Aquela experiência pioneira, de 1960, graças à tenacidade do Dr. Campos da Paz, foi se ramificando não apenas pelos diversos Estados brasileiros como também para outros países.

Aqui mesmo em Brasília, além do Centro de Reabilitação do Setor Hospitalar, dispomos do Centro Internacional de Neurociências no Lago Norte.

A expansão dessa experiência em reabilitação levou à instalação de outras unidades, sendo a primeira em São Luís (MA), seguida da unidade de Salvador (BA). Depois, vieram as de Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ), Macapá (AP) e Belém (PA).

Para o restante do mundo, graças ao intenso fluxo de profissionais estrangeiros em seus centros de pesquisa e à participação dos brasileiros em eventos internacionais, temos conseguido projetar a imagem brasileira nessa área tão delicada da saúde.

Não obstante esse largo compromisso com a recuperação, com o atendimento humanizado e respeitoso, a visão de futuro fica patenteada nas atividades educativas do Sarah. No ano passado, cem mil crianças e jovens assistiram às palestras sobre prevenção de acidentes.

Por fim, não poderia deixar de abordar a dimensão da beleza presente em tudo o que faz a Rede Sarah, cujo sinal mais explícito está no Teatro Sarah, um dos lugares mais comoventes já vistos. Seja qual for a condição da pessoa, ela pode assistir a espetáculos teatrais ou musicais e usufruir da emoção que essas artes proporcionam.

Seria um pecado, por fim, deixar de falar no brilhante e promissor legado deixado pelo Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior. A respeitada jornalista Tereza Cruvinel, que implantou a Empresa Brasil de Comunicação, conta que, em 1977, uma jovem estudante de Psicologia tocava flauta para os pacientes no jardim do SARAH. Lúcia Willadino Braga queria contribuir de qualquer forma que fosse com aquele bonito trabalho que assistia. Hoje, após graduada e reconhecidamente uma das melhores neuropsicólogas do mundo, a Drª Lúcia Braga

ficou com o responsável, porém gratificante, legado do Dr. Aloysio. E o futuro do hospital não poderia estar melhor amparado. Junto aos seus profissionais brilhantes, e agora como diretora-executiva da Rede SARAH, Lúcia é internacionalmente conhecida por suas pesquisas em neurociências e mapeamento de funções cerebrais. Aprendeu com o Dr. Aloysio a não aceitar o chamado descaso hospitalar. Absorveu como poucas pessoas da área a gentileza com o próximo e a dedicação exclusiva dos funcionários do centro, base de sustentação da política de atendimento humanitário do SARAH e característica inegável de quem fundou e trabalhou nos hospitais da Rede há tantos anos.

À Drª Lúcia Willadino Braga, a todo o corpo dirigente e aos profissionais da Rede SARAH, deixo aqui o meu apreço e a minha gratidão, em nome de todos os brasileiros que já precisaram dos seus serviços e que têm sido atendidos com o mais sublime dos sentimentos: o amor.

Parabéns a todos os dirigentes, médicos, funcionários e pacientes, que resgatam, dia após dia, a esperança de um País e um mundo mais harmônico e solidário, onde todas as pessoas exercem o direito absoluto e inalienável à vida plena de viver para a saúde, e não sobreviver da doença.

Parabéns, Hospital SARAH! E obrigado, Dr. Aloysio Campos da Paz. Todos nós, pacientes ou não, somos tributários da sua fé à vida.

Ainda quero saudar a Srª Elzita Coelho Campos da Paz e toda a sua família, porque vocês e nós também temos a certeza de que o Dr. Paz está lá, em paz, no lugar que é reservado às pessoas de bem deste mundo.

Com certeza, Deus soube guardar o espaço para ele. E a senhora e sua família, com certeza, devem ter o maior orgulho de podermos estar aqui, reverenciando uma alma e, acima de tudo, um ser humano. Todos nós o reverenciamos.

Muito obrigado.

Felicidades! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra agora à Senadora Ana Amélia, que falará pela Liderança do PP. Depois, passarei a palavra ao Senador Hélio José.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, caro amigo, Senador Cristovam Buarque, caras autoridades, que respeitamos muito, que compõem a Mesa, perdoem-me vir de lá para cá ou daqui para lá. Todos são igualmente importantes.

Mas me permitam, até por tudo o que fez pelo SARAH, pelo que fez por esta Casa e pela política brasileira, saudar o meu querido ex-Presidente José Sarney, que teve com a fundação da Rede SARAH e que cuida da Rede com tanto carinho, uma atenção especialíssima, como teve com a lei citada há pouco pelo Senador Wellington Fagundes, a lei que beneficia as pessoas portadoras de deficiência.

Queria saudar o Ministro Sepúlveda Pertence; a senhora viúva do nosso homenageado desta manhã, Aloysio Campos da Paz; o meu querido Ministro Átila Álvares da Silva; o Senador Wellington Fagundes; e, evidentemente, essa grande guerreira, essa mulher de coragem, essa mulher dedicada, com o exercício, eu diria, de um sacerdócio para a missão, a querida Drª Lúcia Willadino Braga, a Drª Lucinha, para todos que convivem com a senhora aqui em Brasília

Eu estou aqui para – farei um pronunciamento muito breve, porque estou disfônica –, em nome dos pacientes do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e das suas famílias, dizer muito obrigada ao SARAH. Ao SARAH, na pessoa da Drª Lúcia. Ao SARAH, em nome dos médicos, dos ortopedistas, de todos os traumatologistas, das enfermeiras, dos atendentes, dos assistentes sociais, de todo o corpo clínico que faz a grandeza dessa instituição, que é um patrimônio brasileiro.

Estou aqui apenas, então, para agradecer, associando-me às homenagens, e para cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, pela iniciativa oportuna que teve de solicitar esta homenagem à instituição Senador Wellington. Como disse V. Exª, ela tem muito compromisso.

A primeira vez em que entrei no SARAH, a primeira vez, foi para visitar um menino que foi vítima de um acidente com arma de fogo, um tiro, um menino de 12 anos, da cidade de Cachoeira do Sul. Ele levou um tiro acidental e ficou tetraplégico. Não mexia nada. Estava lá, deitado, e eu fui lá, visitar. Desde essa ocasião,já são passados mais de 20 anos, 25, talvez 30 anos. Quando eu cheguei lá, tive que passar pelo lava-pés, branco, branco, literalmente branco. Poderíamos pegar aquele tapete de passar os pés e lavar as mãos. Quando eu entrei ali, vi o atendimento na recepção, a igualdade, a organização, a disciplina. Fui atendida exemplarmente. Ninguém sabia quem eu era. Eu não era política, era uma jornalista, e o jornalista tem obrigação de observar tudo que é canto, tudo que é detalhe. Observei a enfermeira cuidar do paciente, fazendo exercícios com aquela criança. A mãe, ali perto, zelando. A mãe, muito impressionada, disse-me: "jornalista Ana Amélia, aqui eles querem saber se o meu filho está contente, se nós estamos contentes. Eles pesquisam tudo. Aqui, o paciente é o que conta, o paciente é o que vale. Não é a corporação médica, não é a corporação dos enfermeiros. Não é! É o paciente

que conta. Nós é que avaliamos se estamos ou não satisfeitos." Foi o que o Senador Wellington falou aqui antes de mim. Mandei um bilhetinho para o Dr. Aloysio, há uns 30 anos, dizendo o seguinte: "Dr. Aloysio, acabo de visitar o SARAH e falo como contribuinte. Eu gostaria que o imposto que eu pago fosse sempre aplicado dessa forma, que todas as instituições de saúde pública do nosso País fossem como o SARAH."

Seria tão bom! Teríamos tanto orgulho!

Eu sei que muitos médicos, em situações adversas, fazem o máximo em situações difíceis, mas o SARAH é um exemplo de organização, de empenho, de compromisso com os recursos públicos que entram na instituição.

Nesta homenagem, a que me associo em nome dos pacientes, lembro que, neste final de semana, dez pessoas morreram no trânsito no meu Estado e que essa estatística cada vez mais trágica fez com que o Dr. Aloysio, nos anos 60, para tratar as pessoas que não morrem, mas que ficam com sequelas violentas, reabilitasse pacientes vítimas do trânsito. E hoje vemos que essa visão incrível de Aloysio Campos da Paz é uma necessidade.

Hoje, vemos que, no SARAH – que tratamos com carinho, não é a Rede SARAH, é o SARAH, simplesmente –, a evoluída Dinamarca, a Suécia, a Suíça, a Alemanha vêm aqui fazer doutorado, acompanhamento, estágio de especialista nessa instituição. Também por isso, é um patrimônio em favor de cada um dos centros hospitalares da Rede SARAH, situados nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

Quase a metade, 49,4%, dos milhões de atendimentos que o SARAH faz por ano é por causa de acidentes de trânsito, e outros mais de 20%, devido à violência urbana.

O atendimento do SARAH é, portanto, um legado, constituído com base no comprometimento com a humanização do atendimento aos pacientes, aquilo que mostrei daquela mãe que estava muito confortada ao ver a forma como o filho de 12 anos era tratado.

Graças a este projeto grandioso do Dr. Aloysio Campos da Paz, muitos brasileiros que vivem hoje em Brasília, como eu, em São Luís, capital do Maranhão, em Salvador, em Belo Horizonte, em Fortaleza, no Rio de Janeiro, em Macapá, em Belém e em outros Estados podem contar com o profissionalismo exemplar e a atenção dessa rede que cresce e se moderniza a todo momento.

O meu Estado, o Rio Grande do Sul, como eu disse, tentou, pelo esforço da sua Bancada no Congresso Nacional, dispor de uma das unidades desta respeitadíssima instituição no Brasil e fora dele. Também por isso, o Estado, que sempre desejou acolher uma das unidades dessa renomada rede de saúde, se ressente pela ausência de Aloysio Campos da Paz, mas também se alegra, porque ela, a Drª Lúcia, é gaúcha. Isso é o que nos conforta.

Hoje, com a ajuda e o apoio de inúmeros profissionais, ela dá continuidade a essa missão.

Essa unidade, se tivesse sido viabilizada, atenderia a uma demanda de toda a Região Sul, não só de Porto Alegre ou do Rio Grande, mas de Santa Catarina e, também, do Paraná.

Eu lamento, Presidente Sarney e caros Senadores Cristovam, Wellington e Edison Lobão e o Senador aqui de Brasília também, que, às vezes, disputas políticas acabam comprometendo projetos da maior relevância que são de interesse coletivo. Isso é o mais triste nesse processo. Os pacientes e a sociedade não merecem isso. Então, eu lamento profundamente que eventuais divergências políticas possam ter influenciado e impedido que nós tivéssemos essa rede lá no Rio Grande do Sul.

Com o foco na neurociência, importantíssima ferramenta do conhecimento no processo de recuperação dos movimentos, a Drª Lúcia ajuda a tocar esse exemplo de empreendedorismo focado na saúde e na qualidade, em Brasília, onde estão muitos dos pacientes gaúchos que se tratam, ou em qualquer outro espaço dessa rede.

Persiste, assim, o mesmo espírito de dedicação, sacerdócio, inovação e profissionalismo de Aloysio Campos da Paz.

A Drª Lúcia – talvez vocês saibam ou talvez não saibam – recusou uma oferta milionária, pois, quando se fala nos Emirados Árabes, fala-se em muitos recursos. Eu conheço, Drª Lúcia, Dubai, os Emirados Árabes, e vejo quantos médicos brasileiros estão lá trabalhando, e trabalhando muito bem. Pois ela recusou uma oferta milionária do Catar para se mudar para os Emirados e lá trabalhar, mas ela preferiu ficar aqui e escolheu a realização profissional e a devoção à saúde, como fez seu mestre, seu grande mestre, seu grande líder, Aloysio Campos da Paz, no início de sua carreira.

Por essas questões, é fácil explicar por que, em qualquer lugar que se vá, o SARAH é uma referência. Famosos, como o músico Herbert Vianna, o escritor Jorge Amado ou Millôr Fernandes, já experimentaram o tratamento dessa rede tão conhecida, também acessível a todos, a todos os anônimos e às pessoas comuns que lá chegam, com a mesma dedicação, com o mesmo empenho, como se tão importantes quantas essas figuras fossem. Vi as imagens da Drª Lucinha carregando, na cadeira de rodas, Herbert Vianna, quando sofreu aquele acidente do avião. E ela, da mesma forma, cuidava de pessoas que ninguém sabe: João da Silva, José, João, qualquer pessoa.

Penso, por isso, que essa responsabilidade focada na saúde pública deve continuar servindo de referência para o setor público brasileiro, para todos nós. Outras áreas da saúde também podem e precisam se desen-

volver com elevados padrões de qualidade no atendimento e no diagnóstico. Podemos, sim, ter uma saúde de Primeiro Mundo, desde que exista exatamente isso que vemos no SARAH – na figura do Dr. Aloysio, que foi seu fundador, e na figura dessa querida e combativa guerreira Lúcia Braga.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, o Senador Hélio José, que fala representando seu Partido, o PSD, e, obviamente, o Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Cristovam Buarque, Senador de Brasília também, a quem eu tenho a honra de saudar; Sr. Senador Telmário Mota, a quem eu parabenizo – parabenizo os dois – pela convocação desta sessão tão importante; Sr. Presidente do Senado Federal no período de 2009 a 2012, Presidente do Brasil, meu ídolo, José Sarney, pessoa a quem eu tenho a maior consideração; Presidente da Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação, Srª Lúcia Willadino Braga – prazer conhecê-la pessoalmente –; Sr. Presidente do Conselho de Administração da Associação das Pioneiras Sociais e Presidente do Tribunal de Contas da União de 1992 a 1993, Sr. Carlos Átila Alvares da Silva – é um prazer –; Sr. Conselheiro do Conselho de Administração da Associação das Pioneiras Sociais e Presidente do Supremo Tribunal Federal nos anos de 1995 a 1997, Sr. Sepúlveda Pertence, sempre nosso ídolo também pela ética, pelo trabalho feito na sociedade; nossa querida viúva do médico tão importante para Brasília e para o Brasil, Sr. Aloysio Campos da Paz Júnior, Srª Elsita Lorlai Coelho Campos da Paz, a quem trago nossa saudação, nosso abraço; Deputado Federal Osório Adriano, que estava ali, Deputado Federal de Brasília por vários mandatos; senhores e senhoras familiares do Dr. Aloysio aqui presentes: Aloysio Neto, Isabella Campos, Priscilla Campos, Maíra Campos, Manoella Campos e Valeska Kouzak Campos – nosso abraço, nossa saudação –; senhores e senhoras diretores e funcionários da Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação; celebramos, no Senado da República, neste 15 de junho de 2015, a data de inauguração do Centro de Reabilitação Hospital Sarah Kubitschek, ocasião relevantíssima que também nos serve para render homenagem à memória do Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede SARAH de Hospitais e falecido no dia 25 de janeiro do ano corrente.

Como Senador de Brasília, como pessoa que, no dia a dia, convive com o Sarah Kubitschek, que é essa referência de saúde, não somente ortopédica, no nosso País, não poderia deixar de vir aqui fazer essas saudações, essa fala, porque Brasília deve muito ao Sr. Campos da Paz, ao nosso Presidente Sarney e a todos que colaboraram para que o Sarah Kubitschek fosse essa realidade que hoje faz tão bem ao nosso povo do Distrito Federal. Então, por isso, Osório, meu querido Senador Adelmir Santana, é com muita honra que venho aqui dizer algumas palavras para este importante momento.

Dr. Aloysio atingiu os 80 anos de idade no vigor e na labuta próprios dos idealistas. O carioca de nascimento, graduado em Medicina em 1960, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, compôs a primeira equipe médica do Hospital Distrital de Brasília, Hospital de Base, naquele mesmo ano, e muito auxiliou a implantação da Unidade de Traumato-Ortopedia do Hospital de Base. Foi muito importante isso. No ano seguinte, em 1961, passou a dirigir o Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek. Entre 1963 e 1964, Dr. Aloysio optou por aprofundar ainda mais seus vastos conhecimentos médicos, tendo se pós-graduado em Ortopedia e Reabilitação na Universidade de Oxford, na Inglaterra, para, logo em seguida, doutorar-se em Ortopedia e Traumatologia pela Universidade Federal de Minas, em 1966.

Após todo esse período de intenso aperfeiçoamento teórico, técnico e profissional, Dr. Aloysio voltou-se à aplicação do conhecimento adquirido em favor da sociedade brasileira. Eis por que no ano de 1975, o admirável médico foi responsável pelo plano para desenvolvimento de um programa regional de ortopedia e reabilitação, esforço que está na origem do Instituto Nacional de Medicina do Aparelho Locomotor Sarah Kubitschek – feliz nome.

No plano político, o respeitado profissional coordenou o Comitê de Saúde da Assembleia pré-Constituinte – uma situação muito importante –, a Comissão Afonso Arinos.

Antes, porém, ainda no início dos anos 1980, Dr. Aloysio participou da expansão do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, mediante a fundação de mais uma unidade hospitalar em Brasília. A Rede SARAH contou com seus préstimos para a expansão pelo Território nacional, com base nos projetos de implantação de unidades SARAH em capitais como São Luís, do Maranhão – não é, Sarney? Graças a Deus – e Salvador, na Bahia, além de Belo Horizonte, em Minas, Fortaleza, no Ceará, Macapá, no Amapá, Belém, no Pará; e Rio de Janeiro. São unidades do SARAH que hoje estão fazendo esse trabalho extraordinário.

Tendo em vista o compreensível pesar pela morte do Dr. Aloysio, que até este ano atuou como cirurgião-chefe da Rede Sarah Kubitschek e que partiu deste mundo deixando sua mulher, Elsita Campos, três filhos e quatro netos queridos, a Presidência da República assim se manifestou, em nota de pesar – abro aspas:

> Campos da Paz dizia que sua filosofia era trabalhar para que cada paciente fosse tratado com base no seu potencial e não nas suas dificuldades. Foi com esta fé na potencialidade de cada paciente que a Rede SARAH ajudou a melhorar a qualidade de vida de milhares de brasileiros.

Fecho aspas. Nota da nossa Presidente da República.

Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, a vida e a trajetória laboral do Dr. Aloysio Campos da Paz compõem a própria história de sucesso da Rede SARAH de Hospitais, que se tornou, em toda a América Latina, referência absoluta na reabilitação de pacientes com lesões ortopédicas. Biografias iluminadas, como a do Dr. Aloysio, apontam para a via mais importante da construção altiva de nosso futuro no Brasil do amanhã. Com efeito, se quisermos, verdadeiramente, edificar um país grandioso, justo, moderno, honesto, respeitado, igualitário e adorado por seus cidadãos, é nosso dever envidar os nossos melhores esforços na disseminação de educação de qualidade, na profissionalização da sociedade, no estímulo ao mérito e ao esforço como vias únicas para a ascensão profissional e na gestão de instituições públicas com base na excelência, na qualidade total e na eficiência no trato de agentes públicos com cada indivíduo, indistintamente. Como foi relatado aqui pelo Senador, é muito importante a questão do indistintamente: pobre, rico, negro, branco, todo mundo.

A Medicina, bem como o conjunto das ciências aplicadas à boa vida, exerce papel insubstituível nesta ingente tarefa. Exemplo disso é a problemática de décadas que enfrentamos no combate à praga da dengue.

Tendo em vista a guerra perdida de se erradicar o mosquito *Aedes aegypti*, que se prolifera, geometricamente, em um território gigantesco, de mais de oito milhões de quilômetros quadrados, e tendo-se em conta que esse temível pernilongo rajado se reproduz em pequenas quantidades de água limpa, parece-nos indiscutível que o melhor caminho a ser trilhado pelos cientistas brasileiros é o desenvolvimento da vacina contra a dengue.

Os países de Primeiro Mundo dificilmente pesquisarão a cura das ameaças à saúde presentes nos países tropicais, como a dengue e o mal de Chagas, mas a comunidade científica brasileira detém meios de avançar a pesquisa, até a descoberta da cura dessas e de outras doenças, e deve fazê-lo em favor do povo brasileiro e também em prol da sociedade humana.

Falo isso porque Cristovam e eu estamos à frente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e sabemos o quanto essa comissão é importante no que se refere à Medicina e aos avanços de que precisamos.

Na área específica da ortopedia e da traumatologia, a Rede SARAH de Hospitais e a trajetória individual de profissionais como o saudoso Dr. Aloysio nos servem de parâmetro e de inspiração para sempre nos lembrarmos do muito de que somos capazes.

A lapidação intermitente do trabalho cotidiano nos laboratórios científicos de nosso País, a entrega laboral silente e apaixonada de médicos, cientistas, pesquisadores e técnicos em geral à causa do nosso bem-estar sempre resultam em amplas melhorias à nossa vida e à nossa saúde.

Por todas essas razões, neste ano de 2015, permito-me converter o tributo que sempre nos cabe render à Rede SARAH em homenagem emocionada ao inesquecível Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior. Gostaria de pedir, em nome de sua família, de sua admirável equipe de profissionais, paramédicos e médicos – tão bem representados pela Srª Lúcia Braga, Presidente da Rede SARAH – e também de todos os seus pacientes, uma efusiva salva de palmas à sua memória.

Muito obrigado, Sr. Campos da Paz, pela sua passagem por Brasília e pelo Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tradicionalmente falam os Senadores, mas eu creio que uma figura como Campos da Paz merece que outros aqui falem também. Eu quero aqui chamar alguns que se manifestaram; eu que pedi, aliás, que falassem alguma coisa.

A primeira é a Drª Lúcia. (*Palmas.*)

A SRª LÚCIA WILLADINO BRAGA – Boa tarde a todos.

Como o Senador falou, eu não estava preparada para falar, eu não trouxe um discurso, mas falo com o coração muito aberto porque me sinto com amigos.

Estou muito feliz neste momento. Esta é uma oportunidade de nós, profissionais e pacientes da Rede SARAH, agradecermos ao Senado a homenagem à nossa instituição e principalmente ao fundador da nossa instituição, esse homem tão brilhante que realmente merece todas as homenagens do mundo.

Obrigada ao Senador Cristovam, obrigada a todo o Senado, a toda a Casa, a todos os que se manifestaram. Estamos ouvindo todos com muita emoção.

Quem pôde conviver com o Dr. Campos da Paz teve realmente um grande privilégio. Um homem à frente do seu tempo, que sempre achou possível fazer, e fazer o que não existe. Aprendi muito isto com ele: "Vamos

criar, nós podemos fazer. Não tem, então nós faremos". Essa capacidade de construção, de fazer do sonho utopia. Ele fez isso, ele levou todo um grupo a batalhar, a lutar por isso, a acreditar. Implantou um modelo novo de saúde que não existia no Brasil, não existia no mundo e não existe. É um modelo diferente, é um modelo que funciona, que vê o paciente como a primeira pessoa, com cuidado, com o carinho de olharmos para cada um individualmente, sem compartimentalizar o conhecimento.

Todos os profissionais na Rede SARAH são igualmente importantes, não há uma hierarquia. Toda essa filosofia que ele passou, de trabalharmos em dedicação exclusiva, de maneira humanista, dando atendimento igualitário a todos os níveis da população eu acho que foi uma coisa belíssima. Ele nos deu a oportunidade do convívio com o intelectual brilhante que ele era, um grande humanista, um grande homem, uma grande pessoa. Nós estamos realmente muito felizes de estar aqui hoje e só temos a agradecer.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

Quero passar a palavra agora ao Presidente do Conselho de Administração da Associação das Pioneiras Sociais, nosso grande amigo Carlos Átila Álvares da Silva.

O SR. CARLOS ÁTILA ÁLVARES DA SILVA – Muito obrigado, Sr. Senador Cristovam Buarque, pela oportunidade que me dá de fazer um breve depoimento, neste momento em que rememoramos uma personalidade tão marcante como foi o Dr. Campos da Paz, cujas qualidades já foram enaltecidas pelos que me precederam.

A minha satisfação é não apenas porque tinha e continuo a ter por ele grande admiração, mas também porque consolidamos, ao longo de mais de 30 anos de convívio, uma amizade muito profunda, autêntica espontânea, que se consolidou na busca de um ideal comum, que era servir à comunidade.

Conheci o Dr. Campos anteriormente. Nós tínhamos um grande amigo comum, o Diplomata Carlos Luiz Coutinho Perez, já falecido. Eu era diplomata e, numa passagem por Nova York, recebi a incumbência do Carlos Luiz de trazer um pistom para um amigo dele aqui em Brasília. Isso foi em 1975. Esse amigo era o Dr. Campos, que eu não conhecia. Ele foi à minha casa pegar o pistom, e ficou nisso aquele encontro.

Dez anos depois, eu era Ministro do Tribunal de Contas e o Carlos Luiz era Vice-Presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, que era presidida por Aloysio e mantinha o Hospital SARAH. Carlos Luiz me telefonou e disse: "Átila, você foi sorteado o relator de uma auditoria aqui na Fundação das Pioneiras" – expressão dele – "e existem umas maluquices nessa auditoria. Eu queria saber se você pode discutir com o Aloysio". Eu disse: "Claro, não tem nenhum impedimento".

Eu sempre entendi que a função do Ministro do Tribunal de Contas era procurar entender com o gestor quais seriam as melhores soluções para os problemas administrativos que o gestor enfrenta. Eu disse: "Eu vou aí, ao Sarah, conversar com ele". Ele perguntou: "Você vem aqui?". Eu falei: "Vou, porque até posso ver de primeira mão quais são os problemas".

E fui conversar com o Aloysio. O que deveria ter sido uma conversa de meia hora desdobrou-se em mais de 20 ou 30 encontros e reuniões em que comecei a ter uma visão completamente original e diferente da que eu, como leigo, tinha da Medicina pública. E todos esses conceitos que foram aqui muito bem apresentados e relembrados pelos oradores que me antecederam já naquela época me foram expostos pelo Aloysio.

Eu percebi o seguinte: o regime das fundações, anteriormente a 1988, conferia ao gestor fundações que eram mantidas por recursos públicos, mas que tinham regime de entidade privada. Esse regime conferia ao gestor uma grande liberdade em termos de administração e aplicação dos recursos públicos que lhes eram confiados.

E o Aloysio me disse: "Átila" – ele era muito engraçado, muito irônico –, "as minhas enfermeiras estão ficando de cintura grossa, e eu não posso substituí-las". Eu perguntei: "O que você quer dizer com isso?". Ele disse: "As decisões que foram tomadas pelo Dasp me impedem de substituir as enfermeiras porque congelaram os salários e obrigam a fazer concurso público. Eu até agora tinha plena liberdade de substituir o pessoal que me auxilia, e agora, de repente, sou jungido a regras que ficam impraticáveis. Eu não vou conseguir administrar o hospital dessa forma".

Eu disse: "Olha, Aloysio, infelizmente, no Brasil, nós somos vítimas de um convencionalismo atroz. Às vezes, a lógica jurídica resulta em situações absurdas, mas que são impostas mesmo assim". Ele perguntou: "Mas você não tem solução para isso?". Respondi: "Eu não, o Congresso talvez tenha. Nós podemos desenhar um modelo novo, porque tudo é convencional. Não é uma fatalidade que isso tenha que ser assim. É a nossa legislação, são os nossos intérpretes que estão criando essa prisão".

Usei uma imagem que talvez não seja perfeita, mas ilustra um pouco por que isso acontecia. Eu disse: "Olha, você está como Houdini", aquele mágico, prestidigitador dos anos 20, nos Estados Unidos, que era atado, amarrado e colocado dentro de um cofre. Jogavam-no dentro d'água e ele conseguia se desvencilhar e sair.

Eu disse: "O administrador público brasileiro é como Houdini; amarram o sujeito de todo jeito e dizem: 'Agora faça tal coisa: salte, pule'. Alguns conseguem, outros não".

E aí eu percebi que o Aloysio tinha uma qualidade que talvez fosse fundamental: era o inconformismo. Ele não se submetia a regras que fossem irracionais. Ele disse: "Vamos mudar isso. Você pode me ajudar?". Eu falei: "Bom, eu posso tentar bosquejar alguma coisa em termos de um projeto de lei, mas você tem que conseguir aprová-lo". Aí ele disse: "Ah, não tem problema, eu tenho muitos amigos lá no Congresso e vou conseguir resolver isso".

E trabalhamos juntos – Lucinha é testemunha, ela também contribuiu muito –, fizemos um, dois, três, quatro, vinte projetos, reformulados, etc., e houve duas pessoas que tiveram importância fundamental no andamento desse projeto aqui dentro do Congresso Nacional: o Senador Sarney, que me dá uma satisfação muito grande de estar aqui presente, de eu poder estar aqui presente junto com ele, e um outro Senador que já faleceu, homem polêmico, Antonio Carlos Magalhães. Os dois deram uma força extraordinária, fizeram sugestões muito oportunas para o aperfeiçoamento do projeto e ajudaram enormemente para que o projeto andasse dentro do Congresso Nacional.

E ao mesmo tempo também, graças à autenticidade, à capacidade de liderança e, enfim, à hombridade de caráter de Aloysio, todo o grupo que trabalhava na Fundação das Pioneiras Sociais se aglutinou em torno do projeto e ele foi aprovado com pouquíssimos votos contrários na Câmara dos Deputados e por unanimidade aqui no Congresso.

E o que esse projeto fazia? Dava liberdade ao administrador para aplicar os recursos, cobrando dele os resultados, e não a forma de execução. Porque o grande erro que se comete, ao meu modesto modo de ver, mas que pude radiografar nos quase 15 anos em que fui Ministro do Tribunal de Contas da União, é que as normas administrativas no Brasil aprisionam o administrador na execução de formalismos procedimentais e ignoram os resultados.

Se o administrador cumprir rigorosamente todas as formalidades, ele pode não alcançar nenhum objetivo, porque as contas dele são aprovadas e ele é louvado como bom administrador. Agora, se ele infringir algumas formalidades, mesmo que ele atinja os resultados, ele vai ser condenado. Isso é algo que tem que ser mudado no País.

E o Aloysio, com a liberdade que o Congresso lhe conferiu, em 1991, com essa nova lei, ao longo de 25 anos, mostrou que isso é possível. A realidade do SARAH hoje, que todos aqui enalteceram, mostra que isso é possível. E, no entanto, o que me traz à perplexidade é ver que todos comprovam isso, verificam isso, testemunham isso, mas o SARAH é o único com esse modelo. O modelo é combatido ou, se não é combatido, é ignorado. O restante da assistência médica hospitalar no Brasil continua insistindo no modelo errado. O modelo certo, que é o do SARAH ...Talvez vão dizer: " Olha, você está muito pretensioso porque foi um colaborador". Eu não fui um colaborador. Uma vez o Aloysio, quando estávamos conversando, depois de feita a lei, me disse: "Você me ajudou muito". Eu disse: "Aloysio, eu sou como aquele rato que disse que a solução era botar um guiso no gato. Agora, quem botou o guiso no gato foi você. Eu só tive a ideia." Criou-se o projeto e ele o executou. Ele teve a pertinácia, a persistência, a capacidade de levar adiante, lutando contra tudo e contra todos.

Outra imagem que ele usou uma vez foi quando disse: "Olha, eu me sinto como o mosqueteiro que está com um pé no balde e a espada no outro, numa rampa escorregadia, lutando contra os adversários. Mas eu continuo, eu não me entrego."

E foi o que ele fez. É claro, ele tinha uma enorme capacidade administrativa, tinha um conhecimento técnico-científico extraordinário, com que ele granjeava o respeito de todos – e isso era muito importante. Mas, sobretudo, ele era persistente. E ele levou adiante o modelo. E o modelo está aí. Agora, nas mãos da Lucinha,que também é outra abnegada, que luta para mantê-lo, já não é de hoje.

O Aloysio faleceu em janeiro, mas já há quase cinco ano anos ele tinha delegado para a Lucinha a direção da instituição. Ele se manteve como médico e como cirurgião-chefe, mas passou o trabalho administrativo todo para a Lucinha, e ela está conseguindo mantê-lo. Por quê? Porque a solidez da obra que foi construída se impõe. E o Congresso Nacional tem sido extremamente importante para a preservação, a ampliação e o fortalecimento desse serviço. Isso só vai poder continuar se for reconhecida a validade do modelo que o Aloysio concebeu e implantou.

Há pouco, nós fizemos uma reunião do Conselho de Administração do SARAH. Foi a primeira reunião do Conselho que se fez, em 25 anos, desde a sua criação, sem a presença do Aloysio. Na ocasião, eu fiz um improviso para lembrar a pessoa dele e me lembrei, nesse dia, da peça Júlio César, de Shakespeare, quando Marco Antônio vai fazer o elogio a César, que acabou de falecer, de ser assassinado, diz: "...o bem [que os homens fazem] é frequentemente enterrado com eles."

Eu espero que isso não aconteça com o Aloysio. O enorme bem que ele fez está todo hoje nas mãos da Lucinha. Mas, se não houver o apoio decidido da classe política brasileira, aqui representada no Congresso Nacional, a obra pode e corre o risco de não continuar, de não subsistir.

Então, no momento, Senador Cristovam, em que, muito oportunamente, se faz esta homenagem à memória do Aloysio, eu gostaria que V. Exª, junto com o Senador Sarney, liderasse no Congresso um movimento de preservação do modelo administrativo que foi implantado no SARAH, porque esse modelo não teria prevalecido se não fosse a genialidade e dedicação do Dr. Campos e agora da Lucinha. Os modelos não se impõem por si sós, dependem das pessoas. As instituições são feitas pelas pessoas que as compõem, que as lideram. Mas, se não houver modelo, as pessoas ficam como Houdini, amarradas. E a melhor homenagem que o Congresso poderia fazer ao Dr. Campos seria velar pela preservação de sua obra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ministro Átila, fique certo de que esse pode ser o grande produto desta homenagem, porque homenagem fazemos pensando no passado. O senhor trouxe um desafio para o futuro. Pode ficar certo de que eu vou levar adiante isso e terei aqui certamente a figura do nosso Presidente e de outros para nos inspirar e ajudar.

Passo a palavra a outro conselheiro, que é o nosso querido amigo Ministro Sepúlveda Pertence.

O SR. SEPÚLVEDA PERTENCE – Meu querido amigo, eminente Senador Cristovam Buarque, inspirador desta sessão; meu Presidente José Sarney; minha querida D. Elsita; Lucinha, símbolo da continuidade e da lealdade do projeto de Aloysio, que hoje reverenciamos; Sr. Ministro Carlos Átila, colaborador indispensável da criação do SARAH; Srs. Senadores que usaram da tribuna, agradeço ao Senador Cristovam Buarque por me ter incluído entre os testemunhos a que se abriu a tribuna para recordar Aloysio Campos da Paz Júnior.

Recém-formado, cheguei a Brasília, a ainda recém-inaugurada e poeirenta capital. Fiz-me testemunha dos que se mantiveram fiéis e desenvolveram com o tempo a ideia da nova capital da República. E de quantos traíram esse mesmo sonho e esse mesmo ideal, entregando-nos hoje uma cidade de tantos problemas e de tantas injustiças.

Um prisma, porém, logo me chamou a atenção: dos que se fizeram amantes de Brasília, não só numa visão romântica de sua beleza, de sua arquitetura, do seu pensamento, mas também do seu compromisso com o Brasil. E entre eles, desde o início, ouvi falar da Fundação SARAH Kubitschek, depois Centro de Reabilitação, depois Rede SARAH de Hospitais. E atrás de todos esses caminhos, e atrás de todos esses avanços, uma figura admirável de homem.

As primeiras referências que tive não foram boas. As suas histórias familiares comunistas serviram de mote para que fosse ele tratado, pela rigidez imposta a médicos e funcionários, pela dedicação exclusiva exigida, com mão forte, o Stalin do SARAH.

Pois bem, os tempos passaram. Antes, paciente, em momentos difíceis da minha própria vida, depois, eu me tornei sócio atleta e amante do SARAH Kubitschek.

Fui honrado com a escolha para compor o seu Conselho de Administração. Pude, então, ver de perto o que era aquela organização. Ela coincidiu, antes que eu integrasse o Conselho, com uma discussão no Supremo Tribunal Federal, que eu ainda integrava, sobre a constitucionalidade da organização social, da montagem jurídica que se deu à Rede SARAH, para não repetir o fracasso das fundações públicas que, no começo dos anos 60, se julgavam a solução para a descentralização e a eficiência da Administração Pública brasileira. Conheci o SARAH por dentro agora, como Conselheiro.

Já se falou em todos os seus aspectos, na sua excelência, na excelência dos seus serviços médicos, na rigidez e, ao mesmo tempo, do profundo humanismo da sua administração, ontem nas mãos de Aloysio, hoje nas mãos de Lucinha. Mas, há um aspecto que, a cada reunião do Conselho, é o primeiro que vejo: uma pirâmide. A pirâmide reproduz o perfil social do atendimento no SARAH, e esse é imutável! A faixa dos pobres, dos mais ou menos pobres, da classe média e dos ricos mantêm-se incólumes a cada ano, mostrando a lealdade da instituição e dos que hoje a dirigem e movem àquilo que foi o sonho de Aloysio: a saúde e o paciente como um problema do Estado, não uma fonte de recursos, de serviços irremediavelmente gratuitos, seja para o milionário, seja para o pobre que se inscreve em seu protocolo à procura de assistência e sobretudo do carinho, da atenção, do respeito que o paciente recebe seja qual for a sua condição social da Rede SARAH de Hospitais que Aloysio espalhou pelo País.

De tudo isso me dá muita saudade, numa época de tanta descrença nos que têm posições de mando, de importância no País. Nestes meus 60 anos de Brasília, gratifica ter conhecido, ter vivido, ter sentido a obra de Aloysio Campos da Paz Júnior, cuja memória reverencio com emoção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Ministro Pertence.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Osório Adriano, Deputado Federal que muito honrou o Distrito Federal.

Depois, falará, pela família, a Srª Suely Pertence.

E eu concluirei. Eu queria mesmo é que o Senador Sarney concluísse, mas ele disse que o que ele tem para dizer está no livro de memórias que ele termina. E se ele falar aqui, ele deve ter medo de que não comprem o seu livro. (*Risos.*)

O SR. OSÓRIO ADRIANO – Sr. Presidente, Cristovam Buarque, permita-me, primeiramente, cumprimentá-lo pela justa homenagem, em tempo, porque o Dr. Aloysio Campos da Paz é merecedor de todo o nosso respeito, de todas as homenagens que Brasília possa lhe conceder. Parabéns, inicialmente, Senador Cristovam Buarque.

Prezado Presidente José Sarney; prezada Elsita, viúva do nosso, do meu amigo Aloysio Campos da Paz; meu prezado ex-colega de Padre Machado – não sei se o senhor se lembra –, Ministro Sepúlveda Pertence; nossa competente Drª Lúcia, que chefia a organização; meu prezado Ministro Carlos Átila, meu companheiro de Alexânia; prezados familiares do Dr. Aloysio; prezadas senhoras e senhores funcionários e diretores da Rede SARAH Kubitschek, eu fui surpreendido, hoje, com o convite do Presidente da Mesa, Senador Cristovam Buarque, para dizer aqui algumas palavras. Realmente, eu não esperava, Senador.

Estou nesta cidade há 58 anos – cheguei aqui em 1957 – e testemunhei todos os fatos, todos os acontecimentos, o nascimento da cidade e a sua consolidação. E, como todos nós sabemos, muitas coisas boas aconteceram, e outras devemos desprezar, mas a nossa Brasília está aí em franco progresso. É um orgulho para todos nós, os pioneiros, termos ajudado esta cidade. E entre os fatos que jamais esqueceremos e que devemos revelar é o SARAH Kubitschek.

Eu conheci o Dr. Aloysio Campos da Paz num dia em que tive um pequeno distúrbio na minha coluna, ainda no tempo do Sarinha, de cinco quartos somente.

Eu fui lá, para ser atendido pelo Dr. Aloysio. E acabei me aproximando dele, numa amizade grande, e sendo, até, Conselheiro do SARAH, por muitos anos, dando, lá, a minha modesta colaboração, mas vendo, também, a cada dia mais, a maneira como o Dr. Aloysio Campos da Paz procedia.

Conto, aqui, um fato rápido. Numa consulta que fiz com ele, ainda da coluna, ele falou: "Osório, esse problema aí se resolve fácil – isso faz parte da personalidade do Dr. Aloysio –, mas você precisa emagrecer." Eu pesava 90kg naquela época. "Você precisa emagrecer rápido. Depois nós tratamos da sua coluna."

Eu falei: "Dr. Aloysio, qual é o médico que o senhor me indica para eu fazer esse regime?" Ele virou-se para mim – esse era o Dr. Aloysio – falou: "Médico? Osório, para emagrecer precisa é fechar a boca." E, assim, foi o que eu fiz, e permaneço, até hoje, com os meus 75kg. Perdi quase 15kg, fechando a boca. Aliás, muito se fala nos regimes, com isso, com aquilo, mas, realmente, o Dr. Aloysio é que estava certo, tem é que fechar a boca, senão não emagrece.

Mas eu sou um dos grandes admiradores do trabalho que o Dr. Aloysio fez pela nossa cidade. Eu acho que aqui não tem outra coisa, quando queremos falar bem de Brasília é mostrar o SARAH, a Organização, que se estendeu lá, para São Luís, lá, para Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. Bom, Drª Lúcia, eu me lembro desses, mas não sei se, talvez, já tenha outros.

Então, essa é a melhor coisa que se pode dizer de Brasília, porque a saúde no País está doente, e há muitos anos. Aqui em Brasília, especialmente, é um caos! Mas o SARAH está aí firme e funcionando bem.

Não quero estender-me muito pelo adiantado da hora, Presidente, mas quero dizer que esta homenagem é das coisas boas. Já não estou saindo tanto para eventos nesta área política, nestas sessões, mas fiz questão de colocar minha gravata hoje para vir aqui dizer algumas merecidas palavras a respeito do Dr. Aloysio, que, sem sombra de dúvida, de todos aqueles que vieram ajudar na construção desta cidade, jamais vamos esquecer do Dr. Aloysio, que nem sempre era entendido até pelos seus próprios colegas, porque ele era firme nos seus princípios de horário integral e dedicação exclusiva. Isso parece que é um tabu na categoria, na classe dos médicos, mas é o que tem funcionado. E funciona. Aproveito a oportunidade, Presidente, até para deixar esta sugestão, parece que é tão difícil, mas não é: é dedicação exclusiva com tempo integral. Essa foi a luta do Dr. Aloysio e foi por aí que ele conseguiu o sucesso que hoje tem o SARAH.

Agradeço, Presidente, este oportunidade, cumprimento a todos os presentes, os componentes da Mesa e agradeço por estes breves instantes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

Passo a palavra à Srª Suely Pertence.

Depois direi umas palavras e encerrarei a sessão. Mas insisto ainda: a não ser que o Senador Presidente Sarney queira falar.

A SRª SUELY PERTENCE – A emoção é imensa, indescritível. É preciso conhecer Aloysio, como eu tive o privilégio de conhecer, é preciso conhecer essa linda família – Elsita, seus filhos, suas netas, seu neto –, seus

amigos, todos que sempre estiveram em torno dele para realizar esse sonho, um sonho que parecia inatingível e que ele conseguiu realizar, concretizar.

Sim, Aloysio, você conseguiu. Você conseguiu, querido amigo, você conseguiu passar a todos e fazer essa semeadura que está aí, rendendo frutos a cada momento.

Obrigada, Aloysio.

Obrigada a todos vocês. Não cito o nome de ninguém, porque, para mim, todos são importantes. Ninguém, aqui, é melhor que o outro. Somos todos algo que temos um compromisso, sim, na vida, que é servir a este País onde, por acaso, nascemos e que necessita de nós.

Estamos aqui, Aloysio, mais uma vez, e vejo, aqui, neste plenário, uma luz que se destaca. Aqui, exatamente.

Você, Aloysio, foi como essa luz, querido. Você, um ser de qualidades ímpares, um ser único – e olha que eu sou velhinha para dizer isso, posso avaliar bem.

Aloysio, você trouxe essa luz para todos nós e ela permanece, ela nos abastece, ela nos motiva a prosseguir nessa caminhada.

Obrigada. Obrigada, Aloysio, e a todos que aqui estão. Mais uma vez, obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Querida Suely, nós é que deveríamos lhe agradecer, e eu deveria encerrar a sessão com essa sua fala tão tocante, mas eu não posso deixar de fazer, aqui, alguma referência a ele, ao Aloysio.

Quero pedir desculpas à Rede SARAH, porque não vou falar da Rede SARAH.

Eu quero, até, confessar a vocês que, quando pensei nesta homenagem, numa conversa com a Lucinha, tomei a iniciativa e convoquei essa homenagem, e descobri – sou meio despistado nas regras – que, hoje em dia, não sei se foi o Senador Sarney que fez a regra, só se pode prestar homenagem depois de, se não me engano, 20 anos de morto.

Aí, eu disse: "Vamos prestar homenagem à Rede SARAH e a gente prestigia e faz a homenagem ao Aloysio, porque eu não vou esperar 20 anos."

Então eu quero falar aqui desta figura ampla. Por exemplo: médico. O Aloysio era um médico. Eu não estou falando formado em Medicina. Porque hoje, nos tempos modernos, é muito difícil ser médico sem ser formado em Medicina, mas está cheio de formado em Medicina que não é médico. Médico ele era porque ele era capaz de entrar, conhecer o corpo e a alma do doente, e sabia como tratar o corpo e a alma desse doente. Isso é médico; ele era médico.

Ele era um cientista. Porque ele podia ser médico com o conhecimento que recebia dos outros. Não! Ele desenvolvia o conhecimento. Como um grande cientista que ele foi.

Ele era um empreendedor. Tudo isso aqui que foi falado da Rede é fruto de uma capacidade imensa de empreendimento, uma capacidade imensa fazer isso que aconteceu. Inclusive o empreendedorismo de mobilizar pessoas como Carlos Átila, como José Sarney, como centenas de outros para fazer possível a transformação da natureza das pedras, das plantas e dos animais, em uma Rede SARAH, em uma rede que funcionasse. Mas outros fazem isso também. Ele, além disso, tinha a capacidade de fazer um hospital diferente. Diferente na estrutura: não é público, não é privado; serve ao público. Essa capacidade dele a gente tem que respeitar.

E ele tinha outras características. Era um fotógrafo: fotógrafo com grandes fotografias. Ele era músico: como aparece aqui na fotografia tocando trompete. Ele era velejador: ele velejava. Ele era capaz de ser um grande filósofo, o filósofo da saúde pública no Brasil, para mim. Esse texto que eu coloquei na Mesa, foi a minha resenha do livro dele, porque ele também era um escritor memorialista. Sua autobiografia merece ser lida. Mas o que está ali dentro é a filosofia de um homem da saúde pública, mas não da ideia mecânica de que a saúde pública é a saúde estatal, nem é saúde privada; é essa coisa diferente, que eu aprendi com ele e que eu costumo definir como sendo saúde pública, viu Sarney! O hospital público é aquele em que você não fica na fila para ser atendido mais do que é preciso, que você não sai doente nem mais pobre.

Você é capaz de ser atendido, curado sem ter que pagar. Obviamente, alguém tem que pagar, e, em geral, é o Estado. E é um conceito que serve não apenas à saúde, serve a todas as atividades públicas, inclusive educação.

Eu aprendi muito com ele nesse sentido, mas eu não apenas aprendi, eu me diverti com ele. O Aloysio conseguia desmoralizar essa ideia de que, para um cientista, um intelectual ser sério, tem que ser carrancudo. Não. Ele era seriíssimo e tinha um senso de humor maravilhoso.

E, além disso, ele era humanista, como foi falado aqui. Mas ele era humanista, e o Pertence falou, com rigor. Ele não era um humanista que olhava com relaxamento para dizer que humanismo é você aceitar que as pessoas façam ou não façam as coisas. Humanista é servir a humanidade, e para servir a humanidade tem que ter um rigor na maneira como você presta o seu serviço. Ele era humanista.

Ele foi um pioneiro. Pioneiro porque chegou em uma cidade quando ela quase não existia e não apenas fez a Rede, ele fez essa cidade como parte dela que ele foi. E, finalmente, ele foi um grande colecionador, ele colecionava coisas, inclusive câmeras. E colecionava, sobretudo, amigos.

Eu estou aqui, não como Senador, eu estou aqui como um dos objetos da coleção de amigos que ele teve. Eu sou apenas um objeto da coleção de Aloysio Campos da Paz, a coleção de admiradores e de amigos. E, também, de clientes, como eu fui quando ele fez a cirurgia na minha mão.

Então, é como objeto da coleção Aloysio Campos da Paz, de realizações, de amigos, de admiradores, que eu estou aqui. E agradeço muito a cada um de vocês, não vou citar, como disse a Suely, porque cada um aqui tem uma grande importância.

De qualquer maneira, eu cito três pessoas aqui: a Lúcia, que vai dar continuidade; obviamente, o Presidente Sarney, pela sua história; e claro que, também, a Dona Elsita, representando tudo aquilo que esteve ao lado dele, por tanto tempo.

Muito obrigado a cada um e a cada uma de vocês, e como disse Suely: "Aloysio, valeu a pena você ter passado por este mundo e ajudado a fazê-lo melhor e mais belo." (*Palmas.*)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 21 minutos.)

Ata da 98ª Sessão, Não Deliberativa, em 15 de junho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Reguffe e Cristovam Buarque.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal.*

É o seguinte o expediente:

MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2015

(Nº 5.974/2013, NA CASA DE ORIGEM)

Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, criando espaço exclusivo para menores de vinte e um anos em estabelecimentos penais.

Art. 2º O § 1º do art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82. .....

§ 1º A mulher, o menor de vinte e um anos e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

..... "(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.974, DE 2013

Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, criando espaço exclusivo para menores de vinte e um anos em estabelecimentos penais.

Art. 2º O art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82. .....

§ 1º A mulher, o menor de vinte e um anos e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

....."(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição busca alterar a redação do art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, criando espaço exclusivo para menores de vinte e um anos em estabelecimentos penais.

É sabido que os estabelecimentos penais em nosso país padecem de graves problemas.

Entre tais dificuldades, destacam-se o excesso de lotação e a falta de estrutura para a realização de sua função precípua, que seja a ressocialização do condenado.

Vemos, então, que o período de encarceramento, ao invés de servir como uma tábua de salvação para o preso, no sentido de facilitar sua reinserção na sociedade, na prática funciona como uma verdadeira "escola de criminalidade", nas quais indivíduos de baixa periculosidade vivem sob a influência de outros perigosíssimos.

E essa má-influência torna-se ainda mais perniciosa quando exercida sobre menores de vinte e um anos que, por sua juventude e imaturidade, são mais suscetíveis de serem recrutados por bandidos e organizações criminosas.

Dessa forma, como maneira de minorar o problema, apresentamos o presente projeto de lei que cria um necessário espaço exclusivo para menores de vinte e um anos em estabelecimentos penais.

Esperamos, então, o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação dessa importante inovação em nossa legislação.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 2013.

Deputado MARCOS ROGÉRIO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Institui a Lei de Execução Penal.

.....

TÍTULO IV

Dos Estabelecimentos Penais

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 82. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.

§ 1° A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal. (Redação dada pela Lei nº 9.460, de 1997)

.....

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 44, DE 2015

(Nº 235/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre a responsabilidade de tabeliães e registradores.

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

Parágrafo único. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial."(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N.º 235, DE 2015

Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. Esta Lei altera a redação do art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre a responsabilidade de tabeliães e registradores.

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou Escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso." (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 delegou ao Poder Legislativo Federal a competência para definir, por meio de lei ordinária, a responsabilidade civil dos notários e registradores, nos termos do § 1º de seu art. 236.

A Lei nº 8.935/94, autointitulada "Lei dos cartórios", regulamentou a matéria em seu art. 22, redigido nos seguintes termos:

"Art. 22. Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros o direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos."

O dispositivo nada mais foi que uma releitura do art. 28 da Lei de Registros Públicos, Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Sob a égide do dispositivo anterior, não havia qualquer dúvida acerca da responsabilidade de notários e registradores ser subjetiva. Contudo, sob a nova ordem constitucional e com a nova redação, a doutrina passou a divergir quanto a ser subjetiva ou objetiva a natureza da responsabilidade dos titulares de serviços extrajudiciais.

Posteriormente, com o advento da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que *"define competência, regulamenta os serviços concernentes*

ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências", o legislador, ao tratar de tabeliães de protesto, clarificou a questão, atribuindo-lhes responsabilidade subjetiva, nos termos de seu art. 38.

"Art. 38. Os Tabeliães de Protesto de Títulos são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou Escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso."

O projeto de lei ora apresentado tem, pois, o objetivo de alterar o art. 22 da Lei nº 8.935/94, para definir a responsabilidade civil de notários e registradores nos mesmos termos em que foi delimitada a responsabilidade civil dos tabeliães de protesto.

Isso posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 09 de fevereiro de 2015.

Deputada Erika Kokay – PT/DF

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994.

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios).

.....

Art. 22. Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.

Art. 23. A responsabilidade civil independe da criminal.

.....

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2015

(Nº 2.113/2007, NA CASA DE ORIGEM)

Inclui §§ 3º e 4º ao art. 893 e § 5º ao art. 894, todos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regras para a contagem dos prazos para recursos trabalhistas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

"Art. 893. .....

.....

§ 3º O prazo para a interposição de recurso contar-se-á da data:

I – da leitura da sentença em audiência;

II – da publicação da sentença na audiência em prosseguimento, ainda que ausentes as partes quando intimadas para esse ato;

III – da intimação às partes, quando a sentença não for proferida em audiência;

IV – da publicação do dispositivo do acórdão, desde que disponibilizado o seu inteiro teor.

§ 4º A interposição de recurso antes de iniciar-se a contagem do prazo não impede, por si só, o seu conhecimento e processamento."(NR)

Art. 2º O art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 894. .....

.....

§ 5º Não cabem os embargos previstos no inciso II do *caput* para reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso denegado ou desprovido pelas Turmas do Tribunal."(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.113, DE 2007

Altera a redação do art. 894 e inclui § 3º ao art. 893, todos da CLT, estabelecendo regras para a contagem dos prazos para recursos trabalhistas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a viger acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 893.....

.....

§ 3º O prazo para a interposição de recurso contar-se-á da data:

I – da leitura da sentença em audiência;

II – da intimação às partes, quando a sentença não for proferida em audiência;

III – da intimação do dispositivo do acórdão."

Art. 2º O *caput* art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 894. Cabem embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, para o Pleno, no prazo de 8 (oito) dias: (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa em epígrafe tem por escopo estabelecer regras lógicas para o início da contagem dos prazos recursais trabalhistas.

A atual redação do *caput* do art. 894 da CLT estabelece como *dies a quo* (termo inicial) para a fluência do prazo recursal para os embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, para o Pleno, a contar da publicação da conclusão do acórdão.

Tal sistemática tem gerado algumas injustiças, como a divulgada, em 23/03/2007, no Jornal carioca Valor Econômico, que noticia o não conhecimento, pela 6ª Turma do TST, de um recurso de revista interposto pelo Banco do Brasil, em 05/10/1998, porque a publicação do acórdão somente se deu em 12/01/1999.

Ainda na mesma reportagem, o Relator da matéria, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, afirma "que o Pleno do TST adotou recentemente posicionamento sobre o tema, ao 'considerar intempestivos recursos interpostos antes da publicação do acórdão impugnado'".

Ora, como julgar intempestivo um recurso apresentado antes da fluência do prazo recursal? Imagine alguém que, sabendo que um hospital público começa a atender os interessados a partir das 8 horas da manhã, e passa a madrugada toda esperando para ser atendido, e ouve que não receberá atenção, porque intempestivamente chegou antes da fluência do prazo para atendimento? Guardando as proporções, é o que hoje ocorre na Justiça do Trabalho.

Para oferecer um deslinde à controversa regra do *caput* do art. 894, estamos submetendo à consideração desta Casa um tratamento semelhante ao que é adotado pelo Código de Processo Civil, fixando três alternativas para marcar o início dos prazos recursais, ou seja, a partir da leitura da sentença em audiência; da intimação às partes, quando a sentença não for proferida em audiência ou da intimação do dispositivo do acórdão, na última hipótese, poderá ocorrer da ciência nos autos na secretaria, ou da publicação do acórdão.

Essas as considerações, com as quais abrimos o debate da questão, esperando contar com as sugestões de nossos ilustres Pares, para, ao depois, transformar em lei a presente proposição legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado CARLOS BEZERRA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 893 - Das decisões são admissíveis os seguintes recursos: (Redação dada pela Lei nº 861, de 13.10.1949)

(...)

§ 2º - A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal não prejudicará a execução do julgado

.....

Art. 894. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias:

(...)

§ 4o Da decisão denegatória dos embargos caberá agravo, no prazo de 8 (oito) dias.

.....

Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior:

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2015

(Nº 3.004/2011, NA CASA DE ORIGEM)

Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, para permitir a prática de atos notariais no âmbito da circunscrição da Comarca.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei permite ao tabelião exercer as suas funções no âmbito da circunscrição da Comarca, de acordo com as divisões estabelecidas pelo Poder Judiciário competente.

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O tabelião de notas somente poderá praticar atos de sua atribuição nos limites territoriais da delegação outorgada, sob pena de, extrapolando-a, incidir em falta grave, punível na forma do inciso IV do art. 32."(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.004, DE 2011

Dá nova redação aos artigos 9º e 43 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, que "regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro" permitindo a prática de atos notariais no âmbito da circunscrição da Comarca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei permite ao tabelião exercer as suas funções no âmbito da circunscrição da Comarca, de acordo com as divisões estabelecidas pelo Poder Judiciário competente.

Art. 2º Os artigos 9º e 43 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º O tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício no âmbito da circunscrição da Comarca, onde exerce a sua delegação.

Art. 43. Cada serviço notarial ou de registro poderá funcionar com uma sucursal.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A ideia original desta proposição foi do ex - Deputado José Janene, do PP/PR, a quem, como Líder da Bancada do Partido Progressista, presto homenagem com a reapresentação do projeto para tramitar novamente nesta Casa Legislativa.

A vedação, exposta no art. 9º da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, que "regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre

serviços notariais e de registro" destina-se ao tabelião de notas. A norma do art. 9º consiste numa restrição: o Município é o âmbito exclusivo no qual o tabelião pode atuar. Cada ato lavrado indicará ou a sede da serventia, ou um lugar no próprio Município. Quando escolhido tabelião de fora do Município do domicílio das partes ou do lugar do bem negociado, aquelas poderão deslocar-se para firmarem o instrumento, mas não o tabelião de notas. O texto sugere que o tabelião só poderá receber delegação para a área do Município, o que volta a gerar problema prático consequente de má redação da lei A criação de Municípios sem suficiente base econômica tornou-se constante no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, podendo chegar a mais de seis mil até o final do milênio. Nesse passo, a Lei nº 8.935/94 desatendeu à estrutura judiciária do País, de vez que os tabeliães são integrados à divisão judicial em comarcas e não à divisão administrativa, em Municípios. É assim que há de ler o texto sob comento: o tabelião atua no âmbito da comarca, salvo se a lei local determinar outros critérios que permitam a restrição ao âmbito municipal, o que tem relevo, sobretudo, para o pequenos Municípios, e para aqueles em que os serviços somente sobrevivem economicamente se acumulados, em uma serventia principal, com um ou mais anexos. Reza o atual art. 43 da Lei 8.935/94 que cada service notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal.

O art. 43 desperta dúvida, que vale em particular para as grandes cidades. Restringe a legitimidade de funcionamento de cada serviço num só local. Não se trata de alusão ao Município ou à comarca, mas ao lugar mesmo de sede da serventia. Esta tem apenas um e não mais que um domicílio, que é uma sede física. Tendo em vista a unitariedade dos serviços, sob a supervisão direta do titular, parece razoável que a expressão em um só local, seja entendida como referente a um só prédio, ainda que em andares diversos, Há serventias cujo número de funcionários e de serviços é de tal modo extenso, que a interpretação restritiva da expressão mencionada, tornando-a como significando um só ambiente, levaria a uma quase impossibilidade material.

A lei atual tem o objetivo de impedir solução muito adotada no passado, inspirada às vezes por razões concorrenciais, de modo a permitir que, no regime de trabalho mediante comissão, escrevente ou escreventes se instalassem longe da sede, de maneira a facilitar a captação de clientela.

A fiscalização judicial deve ter zelo no impedimento do abuso que contrarie o art. 43, mas impedir que haja filial é algo estranho e que pode até mesmo causar transtornos à população, uma vez que, inexistindo a possibilidade de existência de uma filial, filas intermináveis, mau atendimento, etc., poderão existir. Ao contrário, se houver pelo menos uma filial do cartório tais problemas

poderão ser obviados. Por todo o exposto, é de se concluir que as normas retromencionadas merecem ser modificadas. E, deste modo, contamos com o apoio dos ilustres pares para tal.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2011.

Deputado AGUINALDO RIBEIRO PP/PB

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994.

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)

.....

Art. 9º O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.

.....

Art. 32. Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:

.....

IV - perda da delegação.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 47, DE 2015

(Nº 3.575/2012, NA CASA DE ORIGEM)

Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, a fim de estabelecer a prioridade especial das pessoas maiores de oitenta anos.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 3º .....

§ 1º .....

§ 2º Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos."(NR)

Art. 3º O art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 15. .....

.....

§ 7º Em todo atendimento de saúde, os maiores de oitenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência."(NR)

Art. 4° O art. 71 da Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5°:

"Art. 71. .....

.....

§ 5° Dentre os processos de idosos, dar-se-á prioridade especial aos maiores de oitenta anos."(NR)

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.575, DE 2012

Altera a redação dos arts. 3.º, 15 e 71 da Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências". Dispõe sobre a prioridade especial das pessoas maiores de 80 (oitenta) anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. Esta Lei altera a redação dos arts. 3.º, 15 e 71 da Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", a fim de estabelecer a prioridade especial das pessoas maiores de 80 (oitenta) anos.

Art. 2.º. O art. 3.º da Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2.º, renumerando-se para § 1.º o atual parágrafo único:

"Art. 3.º. ……

§ 1.º ……...……

§ 2.º Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos." (NR)

Art. 3.º. O art. 15 da Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5.º:

"Art. 15. ……

…….....

§ 5.º Em todo atendimento de saúde os maiores de 80 (oitenta) anos terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência." (NR)

Art. 4.º O art. 71 da Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 71. ……

Parágrafo único. Dentre os processos de idosos se dará prioridade especial aos de maiores de 80 (oitenta) anos." (NR)

Art. 5.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A modernização dos serviços de saúde, a gerontologia e diversas tecnologias preventivas hoje à disposição têm criado praticamente em todo o mundo o fenômeno do envelhecimento da população.

Hoje, a expectativa média de vida dos brasileiros é de 72 anos para homens, 75 para mulheres e a tendência é que aumente exponencialmente o número de pessoas que passa dos 80 anos. Hoje em nosso país já há mais de três milhões de pessoas acima dessa faixa etária.

A legislação de 2003, que contemplou os direitos dos idosos, maiores de 60 anos, não atentou para o fato de que a diferença de capacidade, mobilidade e dificuldades em geral dos que chegam à chamada quarta idade é muito maior do que das pessoas que ainda estão na faixa dos 60 anos.

Logo, nossa legislação contém uma lacuna, que exige correção: é preciso distinguir os maiores de 80 anos a fim de dar a eles ainda mais prioridade do que se dá aos outros idosos. Essa medida é justa socialmente, e amparada na melhor lógica, devendo ter a pessoa de quarta

idade prioridade total nos serviços de saúde, tramitação de processos e em todos os direitos.

Temos certeza de que os idosos que fazem parte do grupo denominado terceira idade sabem muito bem que há enorme diferença entre eles e o grupo da quarta idade, sendo medida de justiça social e equilíbrio das desvantagens a proridade especial que nosso projeto preconiza.

Para que amparemos ainda mais os cidadãos brasileiros de quarta idade, conclamamos nossos Nobres Pares a aprovarem esta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado SIMÃO SESSIM

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....

Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

.....

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos

.....

§ 6º É assegurado ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o Sistema Único de Saúde - SUS, para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e de isenção tributária. (Incluído pela Lei nº 12.896, de 2013)

Art. 16. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

.....

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

.....

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

CAPÍTULO II
Do Ministério Público

.....

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2015

(Nº 5.438/2013, NA CASA DE ORIGEM)

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 78-A:

"Art. 78-A. As prestadoras dos serviços de comunicação móvel pessoal terrestre deverão encaminhar gratuitamente as mensagens curtas de texto de seus assinantes destinadas aos serviços públicos de emergência, na forma da regulamentação.

Parágrafo único. Os órgãos mantenedores dos serviços públicos de emergência deverão receber as solicitações encaminhadas pelos assinantes mediante mensagens curtas de texto e conferir-lhes tratamento adequado."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.438, DE 2013.

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras dos serviços de telefonia móvel a encaminhar gratuitamente as mensagens de texto destinadas aos serviços públicos de emergência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que "Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995", obrigando as prestadoras dos serviços de telefonia móvel a encaminhar gratuitamente as mensagens de texto destinadas aos serviços públicos de emergência.

Art. 2º Acrescente-se à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o art. 78-A, com a seguinte redação:

"Art. 78-A. As prestadoras dos serviços de comunicação móvel pessoal terrestre deverão encaminhar gratuitamente as mensagens de texto de seus assinantes destinadas aos serviços públicos de emergência, na forma da regulamentação." (NR)

Art. 3º Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, o desenvolvimento das tecnologias móveis foi responsável por uma verdadeira revolução no mercado de telecomunicações no País. Milhões de brasileiros que nunca haviam tido a oportunidade de dispor de uma linha telefônica passaram a ter acesso facilitado a aparelhos e planos de serviços em uma variedade até então inimaginável.

Apesar dos inegáveis avanços conquistados, infelizmente uma parcela expressiva da população ainda está excluída dos benefícios proporcionados pela massificação dos serviços de telefonia celular. Essa realidade torna-se mais evidente quando se constata que até mesmo o acesso a serviços públicos de emergência ainda está sujeito a dificuldades praticamente intransponíveis, especialmente para portadores de necessidades especiais.

É o que ocorre com os serviços de mensagens de texto, também conhecidos como torpedos ou SMS. Embora o uso dessa facilidade tenha se disseminado amplamente entre os usuários de telefonia móvel, o acesso aos serviços de emergência das polícias e do corpo de bombeiros mediante essa tecnologia ainda não é uma realidade em quase todos os municípios brasileiros. Essa limitação atinge sobretudo os deficientes da fala – cidadãos que, em situações de perigo, correm o risco de ficar à margem de qualquer tipo de socorro.

Embora a Anatel já venha empreendendo esforços no sentido de obrigar as operadoras de telefonia celular a encaminharem mensagens de texto para os serviços de emergência, na prática, esse recurso ainda está disponível para poucos privilegiados.

Por esse motivo, apresentamos este projeto com o objetivo de consolidar em lei o direito dos assinantes dos serviços de telefonia celular de enviar gratuitamente mensagens na forma de torpedos para os serviços públicos de emergência, como SAMU, Polícia Militar, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. A proposta está em harmonia com o princípio constitucional que assegura aos portadores de necessidades especiais o direito de integração à vida comunitária e a facilitação do acesso aos bens e serviços

coletivos. Além disso, a medida beneficiará não somente os deficientes físicos, mas também os demais cidadãos, que, em situações de emergência, também poderão lançar mão do uso do recurso do SMS, em alternativa às chamadas de voz.

Considerando, pois, a importância do assunto tratado para os milhões de usuários de telefonia móvel no País, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputada FLÁVIA MORAIS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995

.....

Capítulo III

Das Regras Comuns

Art. 78. A fabricação e o desenvolvimento no País de produtos de telecomunicações serão estimulados mediante adoção de instrumentos de política creditícia, fiscal e aduaneira

TÍTULO II

DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM REGIME PÚBLICO

Capítulo I

Das Obrigações de Universalização e de Continuidade

Art. 79. A Agência regulará as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público.

.....

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 10, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 509, DE 2003 (Nº 2.349/2007, naquela Casa)

do Senador Mão Santa

Disciplina a forma de inscrição e o local de realização de concursos públicos realizados para provimento de cargos e empregos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A inscrição para concursos públicos destinados ao provimento de cargos e empregos integrantes dos quadros de pessoal da administração direta dos três Poderes da União, de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público da União, será realizada preferencialmente por meio da rede mundial de computadores e com a observância da possibilidade de utilização de outras formas de inscrição, nos termos das instruções constantes no respectivo edital.

Art. 2º Aos locais de realização da prova contidos no edital serão obrigatoriamente acrescidos outros voltados a garantir que os exames sejam ministrados em capitais de

unidades da federação no âmbito das quais sejam constatados, ao término do período de inscrição, cinquenta ou mais candidatos registrados na forma do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Na hipótese de nenhuma unidade da federação atingir o quantitativo mencionado no art. 2º desta Lei, a forma de desconcentração da aplicação dos exames seguirá critérios e procedimentos estabelecidos no respectivo edital.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º desta Lei, não serão computadas inscrições tornadas liminarmente insubsistentes por força do descumprimento de exigências contidas no edital do concurso.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais.

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º As provas relativas a concursos públicos para provimento de cargos federais serão realizadas no Distrito Federal e nas capitais dos Estados nos quais haja interessados, regularmente inscritos, em números igual ou superior a 50 (cinqüenta).

Parágrafo único. A inscrição por procuração e, quando não atingido o número mínimo de inscritos referido no **caput**, a regionalização das provas de que trata este artigo serão feitas nos termos de regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de novembro de 2007.

Senador Tião Viana
Presidente do Senado Federal
Interino

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 11, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2008

(Nº 4.402/2008, NA CASA DE ORIGEM)
do Senador Demóstenes Torres

Altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estipular pena obrigatória de perda de bens e valores em razão da prática dos crimes tipificados no aludido dispositivo legal.

Art. 2º O art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 244-A. .....

Pena – reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação

(Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé.

..... "(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera o § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O art. 244-A da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 244-A. .....

.....

§ 2º Constituem efeitos obrigatórios da condenação:

I - a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento utilizado na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente;

II - a perda de valores e bens móveis e imóveis utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente, em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade federativa em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em de de 2008.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Título VII

Dos Crimes e Das Infrações Administrativas

Capítulo I

Dos Crimes

Seção II

Dos Crimes em Espécie

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

Pena - reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2015

(nº 358/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CONVÊNIO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA PARA O ESTABELECIMENTO DE UM DEPÓSITO FRANCO NO PORTO DE PARANAGUÁ

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia,
(doravante denominados "Partes")

Inspirados na fraterna amizade e crescente cooperação que animam as relações entre os dois países;

Cônscios da atual situação de mediterraneidade da Parte boliviana e com a determinação, ratificada no mais alto nível, pela Parte brasileira, de desenvolver os melhores esforços tendentes a facilitar à nação irmã o acesso aos portos marítimos brasileiros;

Tendo presente o espírito e a letra do Tratado da Bacia do Prata e dos demais documentos que regem o sistema de desenvolvimento harmônico e a integração física na região;

Considerando o disposto no Artigo II do Convênio de Trânsito Livre, assinado pelos dois países em 29 de março de 1958;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

A Parte brasileira compromete-se a conceder, no Porto de Paranaguá, para admissão, armazenagem e expedição de mercadorias de procedência e origem bolivianas, destinadas à exportação para terceiros países, assim como de mercadorias importadas pela Parte boliviana, procedentes de terceiros países e destinadas àquele país, um depósito franco, dentro do qual, para os efeitos aduaneiros, serão tais mercadorias consideradas em regime de suspensão de tributos, estando sujeitas apenas ao pagamento de taxas correspondentes à prestação de serviços.

ARTIGO II

A Parte boliviana instalará o depósito franco, comprometendo-se a dotá-lo da capacidade indispensável à armazenagem e movimentação das mercadorias ali recebidas. Na organização do depósito franco, serão atendidas as exigências dos dois países, consideradas as disposições da legislação brasileira.

ARTIGO III

A fiscalização do depósito franco ficará a cargo das autoridades aduaneiras brasileiras.

ARTIGO IV

A Parte boliviana poderá manter no depósito franco um ou mais delegados seus, os quais representarão os proprietários das mercadorias ali recebidas, em suas relações com as autoridades brasileiras responsáveis pelos aspectos operacionais de transporte, armazenamento, manipulação, venda ou embarque das mercadorias de exportação boliviana ou para o recebimento de mercadorias importadas e sua expedição para o território boliviano.

ARTIGO V

A Parte brasileira regulamentará a utilização do depósito franco no Porto de Paranaguá, de modo a serem resguardadas as necessárias cautelas fiscais e atendidas as disposições legais vigentes sobre trânsito de mercadorias pelo território brasileiro.

ARTIGO VI

A Parte brasileira notificará a Parte boliviana do cumprimento das formalidades constitucionais necessárias à aprovação do presente Convênio, o qual entrará em vigor na data do recebimento da referida comunicação.

ARTIGO VII

O presente Convênio poderá ser denunciado, por via diplomática, por qualquer uma das Partes Contratantes a qualquer tempo, cessando seus efeitos 1 (um) ano após a data de recebimento da Nota de denúncia.

Feito em Brasília, aos 15 dias do mês de agosto de 1990, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:
Francisco Rezek

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA:
Carlos Iturralde Balliviá

Mensagem nº 405, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.

Brasília, 21 de junho de 2007.

EM Nº 00112 DSF/DAIDAM-II/DECAS/MRE- PAIN-BRAS-BOL

Brasília, 2 de maio de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de mensagem pela qual se submete ao referendo do Congresso Nacional o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.

2. Com o objetivo de aprofundar a ligação política e de transportes entre os dois países, o Convênio assinado é um instrumento que visa a fortalecer o relacionamento Brasil-Bolívia no campo político, em geral, e de transporte marítimo, em particular. O Convênio considera a situação de mediterraneidade da Parte boliviana e está de acordo com a determinação brasileira de desenvolver os melhores esforços para facilitar à Bolívia o acesso ao mar.

3. O Convênio facilitará o transporte de carga marítima, especialmente para a Bolívia, que aumentou seu fluxo de comércio de US$ 1,6 bilhão, em 1990, para US$ 4,1 bilhões, em 2004. Tal aumento torna necessária uma alternativa para o escoamento dos produtos bolivianos pelo Atlântico.

4. O Convênio, ao contribuir para resolução de problema logístico de transporte, está de acordo com uma prioridade da atual política externa brasileira, qual seja a integração física da América do Sul por meio de melhorias na infra-estrutura da região.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

ABERTURA DE PRAZO

A proposição vai à CRE, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se em 14 de junho do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 660, de 2014, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2015, aprovado em 15 de abril do corrente.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Por se tratar de matéria vetada, o processado retornará à Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para aguardar deliberação do Veto aposto à matéria.

PROJETO DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357, DE 2015

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 46 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"**Art. 46.**

.....

Parágrafo único. Não serão licenciados nem terão seus alvarás renovados os estabelecimentos situados em escolas de educação básica que venderem bebidas de baixo teor nutricional ou alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio. (NR)"

Art. 2º O art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 14.** O Sistema Único de Saúde promoverá programas de prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e ações de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1º É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

§ 2º O Sistema Único de Saúde desenvolverá ações de educação nutricional, de promoção de alimentação saudável e de prevenção e controle de distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição de crianças e adolescentes. (NR)"

Art. 3º O art. 6º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 6º** Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos *in natura*, vedada a utilização de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio.

.....

(NR)"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Historicamente, criança gorda significava criança saudável, uma vez que a gordura era necessária para compensar a eventual falta de alimentos e contribuía para ela sobreviver aos rigores do clima e às infecções.

Atualmente, a obesidade pode ser considerada o principal problema de saúde infantil nas nações desenvolvidas e avança também nos

outros países. A obesidade infantil é um fator de alto risco para a obesidade entre os adultos, pois setenta a oitenta por cento dos adolescentes obesos tornar-se-ão adultos obesos.

Assim, ações políticas nacionais estão buscando normatizações para a prevenção e o controle da obesidade infantil e das doenças crônicas não-transmissíveis.

O controle da merenda e da venda de alimentos nas cantinas escolares é uma abordagem já realizada em Florianópolis (Lei nº 5.853, de 4 de junho de 2001), posteriormente estendida para todo o Estado de Santa Catarina (Lei Estadual nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001), no município do Rio de Janeiro (Decreto nº 21.217, de 1º de abril de 2002), no Distrito Federal e no Estado do Paraná, entre outras.

Em Santa Catarina, por exemplo, a Lei nº 12.061, de 2001 proibiu as cantinas de escolas públicas e particulares do ciclo básico de venderem guloseimas e refrigerantes e obrigou-as a vender pelo menos dois tipos de frutas da estação.

No Estado do Paraná, a Lei nº 14.855, de 2005, definiu padrões técnicos de qualidade nutricional e regulamentou a comercialização de produtos oferecidos em lanchonetes escolares. Com a sua vigência, balas, pirulitos, chocolates, refrigerantes, sucos artificiais, salgados fritos, biscoitos recheados e outras guloseimas estão vetados. Pela lei, as lanchonetes devem garantir a higiene no trato dos produtos e instalar mural, em local visível, para divulgar informações sobre qualidade nutricional dos alimentos vendidos e orientar a formação de hábitos saudáveis de alimentação.

Na cidade do Rio de Janeiro, o decreto de abril de 2002 proibiu a venda de guloseimas nas cantinas e no perímetro das escolas da rede municipal de ensino.

No Distrito Federal (DF), as escolas receberam orientação nutricional do projeto "A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis", criado pela Universidade de Brasília com apoio do Ministério da Saúde. Ademais, o Projeto de Lei nº 1.770, de 2005, prestes a ser

promulgado, promove a alimentação saudável nas escolas da rede pública e privada de ensino fundamental e médio do DF.

Em São Paulo, portaria conjunta da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo e do Interior e a Diretoria de Suprimento Escolar, de 23 de março de 2005, propôs normas para o funcionamento das cantinas escolares e definiu lista de alimentos permitidos e proibidos para comercialização.

Louvadas as iniciativas das esferas estadual e municipal, é necessário abordar essa questão em âmbito nacional: estabelecer normas gerais e diretrizes e desencadear um conjunto de ações que somem medidas coercitivas, indispensáveis no início, e educação alimentar ou educação em saúde, necessárias no longo prazo.

O presente projeto de lei propõe uma abordagem legislativa múltipla que conflui para uma única direção: levar as escolas a oferecerem produtos mais saudáveis e as crianças a recriarem seus hábitos alimentares e influenciarem positivamente os pais em casa.

O presente projeto foi apresentado em 2005, tramitou no Senado Federal durante 10 anos e foi arquivado, por ter finalizado a Legislatura, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Tendo em vista a relevância da matéria, concluímos por sua reapresentação nos mesmos termos que o texto original.

Esse é, portanto, o objetivo da proposição que ora submetemos à consideração dos ilustres pares.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 986, DE 21 DE OUTUBRO DE1969.

Institui normas básicas sobre alimentos.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR , usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art 46. Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior devem ser prèviamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Vide texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

Parágrafo único. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.178-36, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de

Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 6º Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos **in natura**.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizarão, no mínimo, setenta por cento dos recursos do PNAE na aquisição dos produtos básicos.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais; cabendo à última a decisão terminativa)

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO
Nº 680, DE 2015

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, e na qualidade de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, requeiro licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 21 e 23 de junho de 2015, para participar de Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, a realizar-se na cidade de Buenos Aires, Argentina, no dia 22 do referido mês, conforme documentos anexos.

Desse modo, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 21 e 23 de junho de 2015.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2015.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

REQUERIMENTO
Nº 681, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como licença dos trabalhos da Casa, a minha ausência no próximo dia 17 deste, por fazer parte da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, conforme requerimento de nº 77/2015 aprovado.

Sala das Sessões,

Senador RICARDO FERRAÇO

REQUERIMENTO Nº 682, DE 2015

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** que o *PLC 26/2010, que "*Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II - Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, *que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada*.*",* além da Comissão constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.

COMUNICAÇÕES

Expediente do Senador Cássio Cunha Lima, por meio do qual relata participação na Reunião do Parlamento Latino Americano, realizada na cidade de Havana, Cuba, entre os dias 4 e 7 de junho de 2015, conforme o Requerimento n°604, de 2015.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Relatório de Viagem, do Senador Hélio José, referente ao Requerimento n° 605, de 2015, de missão, por meio do qual relata participação das Reuniões da Comissão de Equidade de Gênero, Infância e Juventude, e da Comissão de Saúde do Parlatino, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, em Havana/Cuba, entre os dias 05 e 06 de junho de 2015.

O Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Ofício n° 675, de 9 de junho de 2015, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento n° 635, de 2014, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Senadora requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– Aviso n° 8 de 2015-CN: Aviso n° 202, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano, referente ao 1º trimestre de 2015.

É o seguinte o aviso:

Aviso nº 8 de 2015-CN

Aviso nº 202-MF

Brasília, 9 de junho de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

SENADOR DA REPÚBLICA RENAN CALHEIROS

Assunto: Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil- FSB referente ao primeiro trimestre de 2015.

Senhor Presidente,

1 . Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2015, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto n° 7.055, de 28 de dezembro de 2009.

Respeitosamente,

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Ministro de Estado da Fazenda

Calendário de tramitação do AVN 8/2015 (art. 120, Res. 1 de 2006-CN)

Leitura: 15/6/2015
Até 20/06/2015 prazo para publicação da matéria;
Até 05/07/2015 prazo para apresentação de relatório;
Até 10/07/2015 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
Até 17/07/2015 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

O aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Queria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª está inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Pergunto à Senadora Ana Amélia se dá para invertermos: ela faz a comunicação, e eu falo como primeiro inscrito na sequência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – V. Exª pode falar, porque o Presidente Paulo Paim quer sair. (*Fora do microfone*.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, o Senado recebe, nesta quarta-feira, agora, dia 17, os prefeitos das cem maiores cidades do Brasil, para discutir e debater sobre o aprimoramento do Pacto Federativo.

A reunião vai seguir os mesmos moldes do encontro com os governadores, realizado no último dia 20, quando as demandas dos Estados estiveram no foco do debate.

Recebemos aqui praticamente todos os governadores do País.

Desta vez, os prefeitos vão trazer ao Senado suas preocupações e suas necessidades também de aumentar os recursos para as cidades, rever as responsabilidades dos Municípios e dividir. Assim como precisamos redimensionar, redividir a receita do País entre Governo Federal, Estados e Municípios, também temos que ver suas responsabilidades, quais são as responsabilidades dos Municípios, pois a cada momento aumentamos as responsabilidades, transferimos diretamente aos prefeitos, aos vereadores, aos Municípios, mas não transferimos também a receita, para que eles possam resolver seus problemas.

Essa iniciativa do Senado, através do nosso Presidente Renan Calheiros, demonstra mais uma vez que o diálogo do Congresso Nacional com os governadores e os prefeitos tem sido uma boa estratégia para acelerar a votação de projetos que garantam a regularidade dos repasses de recursos da União aos Estados e Municípios e também para aprimorarmos de uma vez por todas o Pacto Federativo, que é algo que tem preocupado todos nós, mas, principalmente, os prefeitos municipais e os governadores de Estado.

É nessa mesma perspectiva que foi instalada, no dia 27 de maio, a Comissão Especial do Pacto Federativo do Senado Federal. O Presidente da comissão, Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia, junto com o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, do PSDB de Pernambuco, apresentam também, nesta quarta-feira, um calendário especial para votação das propostas que visam a retirar Estados e Municípios da crise em que se encontram.

Levantamento feito pelo jornal *Folha de S.Paulo* junto ao Tesouro Nacional e aos governos estaduais, e que ilustra a manchete desta segunda-feira, dia 15, demonstra uma redução média de 46% nos investimentos feitos pelos Estados em obras e novos projetos nos primeiros quatro meses deste ano. Em alguns Estados, como Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e o Distrito Federal, a redução dos investimentos é de aproximadamente 90%, em relação ao primeiro quadrimestre de 2014. Além disso, uma combinação de perda de arrecadação com pressões salariais fez com que Mato Grosso, Tocantins, Rio Grande do Norte e Alagoas ultrapassassem, no fim de abril, o limite máximo de gastos com funcionalismo estabelecido por lei, ou seja, 49% da receita corrente líquida dos seus Estados.

No Mato Grosso, entre dezembro de 2014 e abril deste ano, os gastos anuais com funcionalismo cresceram em R$275 milhões. No mesmo período, a receita anual sofreu queda de R$182 milhões. Além disso, outras 18 unidades da Federação estão próximas do teto, nos chamados limites prudencial e de alerta fixados pela lei, de 46,55% e 44,1% da receita, respectivamente. Isso significa que 22 dos 27 governadores do País estão sob ameaça de enquadramento, imediato ou futuro, nas regras da lei para quem gasta demais com a folha de pagamento em seus Estados.

O fato é que, do começo de 2014 para cá, houve desaceleração da economia, aumento do desemprego, redução do consumo e, consequentemente, queda na arrecadação de impostos estaduais e também de repasses federais. Tudo isso motivado pela política econômica que insiste na elevação dos juros e no ajuste fiscal, com base no aumento ou na criação de mais impostos. No meu entendimento, o aumento de juros retira o

dinheiro de circulação e faz com que diminua o consumo. Automaticamente, diminui a geração de empregos e de impostos também.

Dos 25 Estados que já contabilizaram as receitas dos quatro primeiros meses de 2015, não menos que 17 tiveram perda de arrecadação, em termos reais, em comparação com o mesmo período do ano passado. Os Municípios brasileiros estão na mesma ou em pior situação do que os Estados, visto que a capacidade de investimento das pequenas cidades é muito baixa. Quem sofre com tudo isso, Sr. Presidente, é exatamente a população brasileira, que não tem acesso aos serviços essenciais com a qualidade e a rapidez necessária, e também assiste a um festival de obras paradas em todos os cantos do País.

A diretoria da Frente Nacional dos Prefeitos apresentou ao Congresso Nacional uma série de demandas para serem tratadas como prioridade. Entre elas, estão a questão da judicialização de políticas públicas e uma nova legislação para o pagamento dos precatórios, pautas recorrentes aqui, no Senado, assim como a aprovação do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo; a modernização da legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); a proibição de transferência de encargos sem a previsão de repasse financeiro necessário ao seu custeio e a alteração da Lei nº 11.705/2008, que regulamenta os consórcios públicos.

É uma pauta que apoiamos e pela qual vamos trabalhar, visando a que tramite em regime de urgência aqui, no Senado, para que os Estados e Municípios possam recuperar o mais rápido possível a sua capacidade de investimentos. Isso porque a redução dos investimentos nos Estados e Municípios não trata apenas de ajuste orçamentário comum ao primeiro ano de mandato dos novos governos, mas, sim, de uma situação que vem se agravando desde muito tempo, por conta da redução paulatina de receita e dos repasses constitucionais, agravada agora pelo ajuste fiscal, que fez com que o Governo Federal colocasse o pé no freio nos repasses para investimentos nos Estados e Municípios.

É evidente que essa situação pode mudar na medida em que a economia for melhorando seu desempenho e retomando o crescimento, mas só mesmo uma reforma tributária e um novo Pacto Federativo vão tirar os Estados e Municípios da dependência dos repasses constitucionais e dos investimentos da União.

Essa reforma tributária e o novo Pacto Federativo precisam equilibrar a distribuição das competências tributárias, a partilha das receitas entre os Estados e as transferências intergovernamentais. O problema é que, toda vez que se fala em reforma tributária, mais um pouco de imposto é aumentado, e é exatamente isto o que não queremos: mais aumento de imposto para a população brasileira.

Eu venho defendendo aqui, há anos, a urgência de uma reforma tributária ampla, mas sem aumento de imposto. Venho apresentando projetos de lei e propostas de emenda à Constituição voltadas exatamente à necessidade de reduzirmos impostos, reduzirmos o custo Brasil. Todas essas medidas podem esbarrar na crítica de que vão gerar redução de receita e, consequentemente, afetar a capacidade de gestão dos governos estaduais, municipais e da União. Eu discordo desse posicionamento. A redução da carga tributária, além de servir de estímulo direto à economia, principalmente à produção e ao emprego, deve ser acompanhada de imediato por uma forte fiscalização, para que o Governo possa reduzir ao máximo os vazamentos e as perdas, causados pela corrupção em nosso País.

De todas as desonerações aplicadas no ano passado pelo Governo, a que reduziu impostos da folha salarial foi a melhor delas. Diferentemente de outros incentivos fiscais para empresas, a desoneração da folha não atendia apenas a um setor da economia. A medida beneficiava as empresas que empregam muito e que pagam impostos demais por isso. Elas passaram a recolher os tributos da folha salarial com base no faturamento líquido, 1% ou 2% dele, dependendo do seu tamanho. No curto prazo, essa medida foi positiva para as empresas e também trouxe reflexos positivos para a economia brasileira. No longo prazo, certamente teria um impacto muito mais positivo sobre a economia e, principalmente, com relação à geração de emprego e renda no Brasil.

No entanto, agora, o Governo elevou essas alíquotas, através da MP 669/2015, que ainda precisamos apreciar aqui, no Senado. A proposta original do Governo era recompor o imposto de 2,5% para 4,5% neste ano. Essa medida provisória foi devolvida e voltou em forma de projeto de lei, para que possamos discutir e debater, com mais profundidade, essa questão de retomarmos a desoneração das folhas de pagamento de alguns setores, de alguns segmentos da sociedade.

Já conversei muito com o Ministro Levy e demonstrei a minha preocupação com relação ao setor produtivo no que concerne ao aumento dos encargos sobre a folha de pagamento, especialmente no setor de transportes, o que pode causar aumento das tarifas e, consequentemente, mais inflação no País. Minha proposta é que a desoneração seja mantida para setores de grande impacto na economia, principalmente para o setor de transportes e a indústria, de forma geral.

Entendo que a desoneração veio num momento importante, fez o seu papel de retomar o crescimento, de aumentar o número de empregos, e não podemos perder essa conquista, que é de todos os servidores, de todas as empresas. Entendo que a desoneração precisa continuar.

Outro tema que trago aqui, Sr. Presidente, é com relação, de novo, à regularização fundiária, agora específica numa região. Enviei um ofício para o Ministro Patrus Ananias, que passo a ler:

> Sr. Ministro, cumprimentando-o, cordialmente, venho solicitar a ação de V. Exª para que seja agilizado o processo de consulta e manifestação da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas, nas Glebas Euclides da Cunha, Figura nº 2, e Marmelo, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, visando regularização fundiária, nas áreas através do Programa Terra Legal.

Salientamos que, nessas glebas, estão assentadas famílias de agricultores trabalhando e produzindo alimentos há décadas. Eles aguardam a regularização para que possam ter segurança jurídica, acesso ao crédito e às linhas de ações do Governo, melhores condições e qualidade de vida.

Esse é o requerimento que fiz ao Ministro Patrus Ananias. Espero que as pessoas que residem na Gleba Euclides da Cunha – figura nº 2 – e Marmelo, as duas Glebas no Município de Porto Velho, possam ter acesso ao seu título definitivo. É uma questão muito importante para os nossos agricultores não só dessas duas glebas, evidente, mas de toda aquela população que já está na sua área há muito tempo e não tem o seu título definitivo.

E outra questão que nós vamos debater nos próximos dias, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o fato de o título ser definitivo, para não se entregar um título que não tenha validade total, 100%. Hoje, o agricultor recebe do Terra Legal um título definitivo, Senadora Ana Amélia, mas ele precisa ter um acompanhamento do Terra Legal por dez anos, para que, daí, após esse tempo, o título possa ser definitivo mesmo, para que o agricultor não corra o risco de perder o seu titulo. Assim, ele já está na terra há mais de 20 anos, recebe agora o título definitivo – e, olha só, eu também não sabia que o definitivo não era definitivo –, mas ele só passará a valer daqui a dez anos, depois de várias instâncias e vários quesitos que têm de ser cumpridos ao longo dos dez anos para que o seu título passe a ser realmente definitivo.

Nós estamos estudando um projeto de lei para podermos mudar isso, como aconteceu no Sul do País. O Incra fez a distribuição de terra, e havia uma taxa para ser paga – era a compra por parte do agricultor. A partir do momento em que o agricultor comprou e pagou para o Incra, ele fazia da sua terra o que bem queria. E, hoje, na Amazônia, isso não acontece. Ele recebe a terra, recebe o título e tem que aguardar dez anos para que possa fazer da sua terra o que ele bem quiser, claro, dentro do que permite a legislação brasileira e do que determina o Código Florestal brasileiro, evidentemente. Isso está implícito. Não precisa nem se dizer isso nem assinar um termo de que ele vai cumprir o que está escrito no Código Florestal brasileiro.

Eram essas as minhas colocações, Sr.Presidente, agradecendo a compreensão de V. Exª com o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já convido V. Exª a assumir a Presidência, só comunicando antes que a Presidência lembra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que haverá uma sessão do Congresso Nacional amanhã, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expediente e apreciação dos **Vetos Presidenciais nºs 5 a 10, de 2015.**

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Acir Gurgacz, Senadora Ana Amélia, Senadores e Senadoras, hoje de manhã, houve aqui uma sessão de homenagem ao Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede SARAH de Hospitais. Eu, como estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos, que debatia a questão do HIV, não pude estar presente. Então, eu registro aqui a importância da homenagem de hoje pela manhã ao Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, onde, inclusive, tratei minha coluna, e também ao falecido Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede SARAH de Hospitais.

Em 21 de abril de 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek inaugurava um centro muito moderno de reabilitação implantado pela Fundação das Pioneiras Sociais. Em 1968, o médico Aloysio Campos da Paz Júnior era convidado para dirigir a Rede SARAH. Surge ali o embrião do Conselho Comunitário, para dar apoio político ao projeto. O Centro de Reabilitação foi sendo ampliado e adaptado, sendo hoje, sem sombra de dúvida, uma grande referência nacional, atendendo não só a Brasília como também ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste do País.

Sr. Presidente, além dos programas de tratamento, este centro passou a formar recursos humanos, desenvolver técnicas e equipamentos e coordenar, com certeza, uma rede nacional de hospitais com sua especialidade. Hoje, a Rede SARAH de Hospitais é uma realidade em várias capitais do País. Trata-se de um projeto que nasceu em Brasília e se transformou em referência mundial em traumatologia e ortopedia.

Nós todos admiramos, sem sombra de dúvida, o trabalho que é conduzido pela Rede SARAH de Hospitais. E eu sou um admirador eterno da luta do carioca Aloysio Campos da Paz Júnior, que chegou a Brasília ainda quando a cidade estava sendo construída. Ele faleceu, mas continuará sempre com suas ideias norteando essa rede hospitalar. Brasília recebeu um grande homem que havia herdado a vocação e a consciência social do avô e do tio, ambos médicos. O Dr. Aloysio amava os livros, as artes, a história e a fotografia e tinha uma paixão pela música, em especial pelo trompete. Chegou, inclusive, a formar com Luizinho Eça um conjunto que animava festas e bailes no Fluminense. Nas conversas de mesa de domingo, na casa do avô, as suas falas eram na linha do amor, do humanismo e da dedicação ao próximo. Disse que havia encontrado, em aulas áridas, professores, na maioria, indiferentes, quando não sádicos, que jogavam ossos do punho em cima da mesa de exame e rosnavam: "Identifique-os!"

Deste modo, pegou seu diploma, deixou o Rio de Janeiro e veio para Brasília. Ele fez parte do time de médicos pioneiros que ajudou a construir a rede de saúde local.

Em um de seus livros ele pauta, entre outros assuntos, o atendimento médico na visão global. Ele avalia que a privatização da saúde é um desastre, tanto nos países ricos quanto naqueles em desenvolvimento, como o Brasil. Ele disse: "A comercialização da cura está transformando médicos em agentes comerciais e centros cirúrgicos, em fábricas lucrativas".

Na área médica, ele tinha uma idéia fixa: reabilitar o ser humano, tratá-lo integralmente. Mesmo diante de graves sequelas, ele apostava no potencial do indivíduo para melhorar a sua qualidade de vida. Acreditando e apostando nisso, ele tratou de milhares de pessoas, Sr. Presidente. Entre elas, podíamos falar do músico Herbert Vianna, a quem reconduziu ao palco, e de Joãosinho Trinta, a quem reconduziu à avenida, nos bons tempos de ambos como referência.

Sem sombra de dúvida, o médico, o homem Aloysio Campos da Paz Júnior tinha um grande coração, um homem de bem, um ser humano desejoso de só fazer o bem sem olhar a quem.

A diretora da Rede SARAH, Lúcia Willadino Braga, que conviveu com Campos da Paz por quase quatro décadas, afirmou com muita precisão: "Ele marcou a história da saúde no Brasil; provou que dá para fazer medicina pública no País com qualidade e com humanismo".

Sr. Presidente, ele provou, de fato, por meio da criação da Rede SARAH, que é possível oferecer saúde pública de alta qualidade e gratuita para todos.

Parabéns ao Centro de Reabilitação SARAH Kubitschek, à Rede SARAH de Hospitais. E, como tenho certeza de que o Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior está lá de cima nos assistindo, eu digo ainda: muito obrigado por seu amor e dedicação à medicina, por seu amor e dedicação à gente brasileira! Você entra para a história como aquele que provou que é possível, sim, termos saúde pública gratuita e de qualidade.

Sr. Presidente, quero ainda falar, hoje, sobre o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, quando, no mundo todo, há debates e palestras para aumentar a consciência da população mundial em relação à violência contra o idoso.

Sr. Presidente, a Organização das Nações Unidas e a Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa instituíram, em 2006, o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. O principal objetivo da instituição dessa data é criar consciência sobre a existência da violência contra o idoso, além de, ao mesmo tempo, disseminar a ideia de que ela não pode ser aceita como uma coisa normal. Outra finalidade do movimento é promover as mais diversas formas de prevenção à violência contra o idoso.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a violência é o uso intencional da força ou poder, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes possibilidades de ocasionar lesão, morte, dano, alterações do desenvolvimento ou privações. Observado esse conceito, não é difícil perceber a quantidade de riscos que corre a população idosa a cada dia.

Graças ao avanço da ciência, as pessoas ganharam longevidade, e, com isso, a população idosa aumentou no mundo inteiro. Apenas para lhes dar exemplo, no Brasil, de 1980 a 2013, expectativa de vida aumentou 12,4 anos, em média, segundo o IBGE. Em consequência desse avanço, estudo da ONU mostra que, em 2050, o Planeta terá 2 bilhões de idosos, o que corresponderá a 22% da população global. Para termos de comparação, em 1950, eles eram apenas 200 milhões, 8% da população existente à época.

Em 2025, calcula-se que o Brasil ocupará o sexto lugar em número de idosos no mundo. Hoje, indivíduos com 60 anos ou mais já representam mais de 12% da nossa população. De acordo com o IBGE, são quase 25 milhões de pessoas. Em 2001, os idosos representavam apenas 9% do total de brasileiros, o que mostra claramente o crescimento da população dessa faixa etária.

Assim, o assunto ganha ainda mais relevo, dado o aumento do número de idosos entre nós e, paralelamente, de aumento da violência contra eles.

Pode parecer absurdo para as pessoas de boa índole e de boa vontade que se cometa violência contra pessoas idosas, o que é, no mínimo, uma covardia, dadas as limitações físicas e mentais das pessoas mais velhas, mas, lamentavelmente, Senador, a realidade mostrada pelos números é triste e degradante, sobretudo quanto ao fato de que se trata de um crime em família.

De 2011, quando o serviço do Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi destinado também à proteção dos idosos, até 2013, o número de denúncias cresceu brutalmente: foram quase 40 mil denúncias em 2013 contra as 8.224 no primeiro ano de funcionamento desse serviço, ou seja, quase cinco vezes mais. Felizmente, esse número teve uma queda considerável, de cerca de 30%, em 2014, baixando para 27.178 casos. Os casos de maior incidência em 2014 foram os de negligência, com 76,3% do total; violência psicológica, 54,5%; abuso financeiro/econômico, 38,7%; e, suprema covardia, violência física, com 27,3% dos casos. Vale notar que, em uma denúncia pode haver mais de um tipo de violação contra a mesma pessoa, o que influi nesses percentuais.

As mulheres foram mais atingidas que os homens no ano passado, Sr, Presidente: 62,7% das denúncias são de agressões contra elas, enquanto 29,8% contra os homens.

Os idosos mais atingidos estão na faixa etária entre 76 e 80 anos: correspondem a 18,5% dos casos.

Vêm agora os dados mais dolorosos, Sr. Presidente, dessas estatísticas: são os familiares os que mais violam os direitos das pessoas de idade no Brasil, segundo os dados do Disque 100. Os suspeitos dessas violações são, em 51,5% dos casos, os próprios filhos das vítimas; 8% são netos; e 5% são genros e noras. Esses são justamente os que, segundo a lei, têm, prioritariamente, o dever de proteger os idosos.

Pior ainda, os idosos tiveram seus direitos violados dentro das próprias casas em mais de 76% das denúncias registradas em 2014. Em quase 8% dos casos restantes, as agressões ocorreram nas residências dos suspeitos pelas violações, vale dizer, na casa dos familiares dos idosos é que aconteceu a violência.

Foi por essas e por outras razões que tanto lutamos pela aprovação – e aprovei – do Estatuto do Idoso, com o apoio de Senadores e Deputados, projeto que apresentei ainda em 2003, o Projeto nº 10.741, que hoje é uma realidade e um instrumento de proteção do nosso idoso.

Foi essa legislação que deu partida a uma série de ações do Governo para a proteção da pessoa idosa, inclusive o Disque 100.

Felizmente, como eu havia dito, as denúncias diminuíram em 30%, de 2013 para 2014, segundo a própria Secretaria de Direitos Humanos da Presidência. Não é possível afirmar que as violações de direitos dos idosos tenham caído em igual número, o que seria muito bom. É que não se pode afirmar com segurança que a queda no número de denúncias tenha decorrido principalmente em relação ao idoso.

De qualquer maneira, esse número nos alegra e nos enche de esperança de que a consciência do problema e as ações dos governos federal, estaduais e municipais começaram a dar resultados. Mas não podemos relaxar. Temos que continuar vigilantes, protegendo cada vez mais o nosso idoso.

Sr. Presidente, como qualquer outro crime, a violência contra pessoas de idade só é contida se houver a certeza da punição. Nesse caso, dadas as características dessa violência, perpetrada, na maior parte das vezes, por familiares e dentro da própria casa das vítimas, a dificuldade de detectá-la é muito maior.

Nesse sentido, o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa tem um papel importantíssimo, porque somente a partir da consciência que as pessoas tenham desse grave problema social é que elas poderão denunciar a sua existência e assim proteger pessoas em situação de fragilidade.

Mas Sr. Presidente, é e continuará sendo, no entanto, papel de cada um de nós participar desse esforço de vigilância, não apenas nesta data, mas em cada momento em que uma situação de agressão a pessoas idosas se apresente e requeira a nossa decidida participação.

Devemos isso, Sr. Presidente, aos mais velhos, àqueles que já deram a sua contribuição à vida, como pais, avós, trabalhadores e cidadãos.

Devemos isso, Sr. Presidente, àqueles que já não têm o vigor necessário para se defender.

Finalizo, Sr. Presidente, compartilhando correspondência que recebi da Federação Riograndense da Terceira Idade (Fritrid), que traz a íntegra da Nota Pública divulgada pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso:

> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
>
> 15 de junho: Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa
>
> O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, órgão superior de natureza e de liberação colegiada, permanente, paritário e deliberativo, integrante da estrutura regimental da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, vem publicamente externar à sociedade brasileira, às instituições governamentais e não governamentais, às lideranças municipais, estaduais e nacionais, aos grupos e demais instâncias onde se reúnem pessoas idosas nos Municípios que compõem

nossas unidades federativas, a importância de se viabilizar, no âmbito de suas respectivas competências e esferas de atuação, ações relativas à conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa declararam o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, tendo sido celebrado pela primeira vez em 2006, com realização de campanhas por todo o mundo.

A violência contra a pessoa idosa é e deve ser entendida como uma grave violação aos Direitos Humanos [uma covardia].

O principal objetivo do dia 15 de junho é criar uma consciência mundial, social e política da existência da violência contra a pessoa idosa, além de, ao mesmo tempo, disseminar a ideia de não aceitá-la como normal. Na esteira desse movimento mundial deve-se incentivar a apresentação, o debate e o fortalecimento das mais diversas formas da prevenção.

Neste sentido, é mister registrar a satisfação deste Colegiado Nacional em tomar conhecimento das ações que já vem sendo desenvolvidas em diversos Municípios brasileiros, bem como recomendar a todos os conselhos estaduais dos direitos do idoso que envidem esforços para a mobilização dos conselhos municipais, organizações da sociedade civil e mesmo os órgãos governamentais, no âmbito da sua esfera de atuação, para que haja manifestações, atos públicos e atividades que tragam o tema da violência contra a pessoa idosa como um tema de visibilidade pública.

Por fim, convém recomendar que, sempre que possível, todos os eventos e atividades desenvolvidas para a conscientização da violência procurem abordar a necessidade de articulação em rede para o enfrentamento dessa questão. Sabe-se que a construção efetiva de uma rede somente pode se dar em torno de situações concretas, como é o caso da violência [o que exige de todos nós uma tomada de posição].

Brasília, junho de 2009.

José Luiz Telles.

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República.

Sr. Presidente, eu peço que considere na íntegra meus dois pronunciamentos.

Eu queria lembrar que faltam dois dias, Sr. Presidente. Hoje e amanhã é o prazo limite para que haja o não veto, espero eu, da alternativa que nós aqui aprovamos em relação ao fator previdenciário.

Nessa contagem regressiva, eu vim à tribuna todos os dias, e espero chegar aqui, no dia 16 para 17, à noite, e dizer que o fim do fator aconteceu e que a proposta que Câmara e Senado aprovaram não foi vetada. O que queremos é que ela não vete a proposta alternativa. Com isso, estaremos dando um basta, definitivamente, no fator previdenciário. Sei que essa é a posição de inúmeros ministros. Sei que essa é a posição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sei que essa é a posição de todas as centrais e confederações e federações e sindicatos do Brasil.

Presidenta, não vete o fim do fator previdenciário. Ele já fez toda a maldade que podia. Reduziu de milhões e milhões de brasileiros o salário pela metade. Pelo menos permita que aqueles que contribuíram tenham direito a se aposentar com o salário integral. Quando eu digo salário integral, a maioria é de R$2 mil, R$3 mil, porque o teto é R$4.623,00. Pegando a média das 80 maiores contribuições, cada um deles, se ganhava R$2 mil, pelo menos vai se aposentar com R$2 mil. E, com o fator, se ganhava R$2 mil, vai se aposentar com R$1 mil; se ganhava R$4 mil, vai se aposentar com R$2 mil. É uma covardia essa lei.

Eu disse e repito: não adianta nós dizermos que veio do governo anterior. O problema é que o Governo de que nós fizemos parte durante 12, 13 anos manteve o fator e não fez nada. Nós que criticamos tanto esse fator no passado. É um contrassenso. Pela terceira vez, o Senado vota aqui o fim do fator. E não pode o Executivo, mais uma vez, se omitir da sua responsabilidade de permitir que o fim do fator seja consagrado pela vontade – tenho certeza – de mais de 200 milhões de brasileiros.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje pela manhã esta Casa realizou uma Sessão Especial em homenagem à data de inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek e ao Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede Sarah de Hospitais.

Infelizmente não pude participar da Sessão, pois estava presidindo uma Audiência Pública.

Em 21 de abril de 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek inaugurava um moderno centro de reabilitação implantado pela Fundação das Pioneiras Sociais.

Em 1968 o médico Aloysio Campos da Paz Júnior era convidado para dirigir o Centro de Reabilitação SARAH Kubitschek e nele desenvolver as ideias que surgiram do seu treinamento em Oxford.

Surge o embrião do Conselho Comunitário, para dar apoio político ao futuro projeto.

O Centro de Reabilitação vai sendo ampliado e adaptado, funcionando também como hospital cirúrgico e atendendo não só a Brasília como às populações das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

Além dos programas de tratamento, este centro passava a formar recursos humanos, desenvolver técnicas e equipamentos e coordenar, no futuro, uma rede nacional de hospitais em sua especialidade.

Hoje, a Rede Sarah de Hospitais é uma realidade em várias capitais do nosso país.

Trata-se de um projeto que nasceu em Brasília e se transformou em referência mundial em traumatologia e ortopedia.

Sr. Presidente, eu sou um grande admirador do trabalho que é conduzido pela Rede Sarah de Hospitais. Sou realmente fã do trabalho que eles realizam.

E, sou um admirador eterno do ortopedista carioca Aloysio Campos da Paz Junior, que chegou a Brasília ainda quando a cidade estava sendo construída.

Brasília recebeu um grande homem que havia herdado a vocação e a consciência social do avô e do tio, ambos médicos.

O Dr. Aloysio amava os livros, as artes, a história e a fotografia e tinha uma paixão pela música, em especial pelo trompete, que adorava tocar.

Chegou, inclusive, a formar com Luizinho Eça, um conjunto que animava festas e bailes no Fluminense.

Ele falava sobre sua escolha em ser médico dizendo que havia entrado para a Faculdade de Medicina pensando no que ouvia nas conversas da mesa de domingo na casa do seu avô: amor, humanismo e dedicação ao próximo.

Disse que havia encontrado em aulas áridas professores na maioria indiferentes, quando não sádicos, que jogavam ossos do punho em cima da mesa de exame e rosnavam: "Identifique-os!"

Deste modo, pegou seu diploma, deixou o Rio de Janeiro e veio para a recém-inaugurada Brasília.

Ele fez parte do time de médicos pioneiros que ajudou a construir a rede de saúde local.

Criticava o corporativismo e a falta de dedicação exclusiva dos profissionais do Sistema Único de Saúde, uma grande ideia, que, para ele, foi desvirtuada.

Em um de seus livros ele pauta, entre outros assuntos, o atendimento médico na era da globalização.

Ele avalia que a privatização da saúde é um desastre, tanto nos países ricos quanto naqueles em desenvolvimento, como o Brasil.

Abre aspas "A comercialização da cura está transformando médicos em agentes comerciais e centros cirúrgicos, em fábricas lucrativas".

Srªs e Srs. Senadores, na área médica, ele tinha uma ideia fixa: reabilitar o ser humano, tratá-lo integralmente.

Mesmo diante de graves sequelas, ele apostava no potencial do indivíduo para melhorar a sua qualidade de vida.

Acreditando e apostando nisso, ele tratou de milhares de pessoas diariamente nas unidades da Rede Sarah e conseguiu conduzir o músico Hebert Vianna ao palco e Joãosinho Trinta à avenida.

Sem sombra de dúvida o médico Aloysio Campos da Paz Junior foi um homem com um grande coração. Um homem de bem. Um ser humano desejoso de fazer o bem.

A diretora da Rede Sarah, Lúcia Willadino Braga, que conviveu com Dr. Campos da Paz por quase quatro décadas, afirmou com muita precisão:

Abre aspas "Ele marcou a história da saúde no Brasil, provou que dá para fazer medicina pública no país com qualidade, com humanismo".

Sr. Presidente, nós perdemos este grande brasileiro em janeiro deste ano, mas seu legado é muito forte e sempre estará muito presente.

Ele provou, de fato, por meio da criação da Rede Sarah, que é possível oferecer saúde pública de alta qualidade, gratuita e para todos.

Parabéns ao Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, à Rede Sarah de Hospitais! E, como tenho certeza que o Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior está nos ouvindo eu digo: Muito obrigado por seu amor e dedicação à medicina, por seu amor e dedicação a nossa gente brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Organização das Nações Unidas e a Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa instituíram, em 2006, o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa.

O principal objetivo da instituição dessa data é criar consciência sobre a existência da violência contra os idosos, além de, ao mesmo tempo, disseminar a ideia de que ela não pode ser aceita como uma coisa normal.

Outra finalidade do movimento é promover as mais diversas formas da prevenção à violência contra a pessoa idosa.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, violência é "o uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações".

Observado esse conceito, não é difícil perceber a quantidade de riscos que corre a população idosa, maior a cada dia.

Graças aos avanços da ciência, as pessoas ganharam longevidade e, com isso, a população idosa aumentou no mundo inteiro.

Apenas para exemplificar, no Brasil, de 1980 a 2013, a expectativa de vida aumentou 12,4 anos, em média, segundo dados do IBGE.

Em consequência desse avanço, estudo da ONU mostra que, em 2050, o planeta terá 2 bilhões de idosos, o que corresponderá a 22% da população global.

Para termos de comparação, em 1950, eles eram apenas 200 milhões, 8% da população existente à época.

Em 2025, calcula-se que o Brasil ocupará o sexto lugar em número de idosos no mundo.

Hoje, indivíduos com 60 anos ou mais já representam mais de 12% da nossa população. De acordo com o IBGE, são quase 25 milhões de pessoas.

Em 2001, os idosos representavam apenas 9% do total de brasileiros, o que mostra claramente o crescimento da população dessa faixa etária.

Assim, o assunto ganha ainda mais relevo, dado o aumento do número de idosos entre nós e, paralelamente, de aumento da violência contra eles.

Pode parecer absurdo para as pessoas de boa índole e de boa vontade que se cometa violência contra pessoas idosas, o que é, no mínimo, uma covardia, dadas as limitações físicas e mentais dos mais velhos.

Mas, lamentavelmente, a realidade mostrada pelos números é triste e degradante, sobretudo quanto ao fato de que se trata de um crime em família.

De 2011 – quando o serviço do Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi destinado também à proteção dos idosos – até 2013, o número de denúncias cresceu brutalmente: foram 38.976 denúncias, em 2013, contra as 8.224 do primeiro ano de funcionamento do serviço, um número quase cinco vezes maior.

Felizmente, esse número teve uma queda considerável, de cerca de 30%, em 2014, baixando para 27.178 casos.

Os casos de maior incidência em 2014 foram os de negligência, com 76,3% do total; violência psicológica, 54,5%; abuso financeiro/econômico, 38,7%; e, suprema covardia, violência física, com 27,3% dos casos.

Vale notar que em uma denúncia pode haver mais de um tipo de violação contra a mesma pessoa, o que influi nesses percentuais.

As mulheres foram mais atingidas que os homens no ano passado: 62,7% das denúncias são de agressões contra elas, enquanto 29,8% das vítimas de violações são do sexo masculino, com 7,5% de casos em que não houve informação sobre o sexo da vítima.

Os idosos mais atingidos estão na faixa etária entre 76 e 80 anos: correspondem a 18,5% dos casos.

Vêm agora os dados mais dolorosos dessas estatísticas. São os familiares os que mais violam os direitos das pessoas de idade no Brasil, segundo os números do Disque 100.

Os suspeitos dessas violações são, em 51,5% dos casos, os próprios filhos das vítimas; 8% são netos e 5% são genros e noras, justamente os que, segundo a Lei, têm, prioritariamente, o dever de proteger as pessoas de idade.

Pior ainda, os idosos tiveram seus direitos violados dentro suas próprias casas em mais de 76% das denúncias registradas em 2014.

Em quase 8% dos casos restantes, as agressões ocorreram nas residências dos suspeitos pelas violações, vale dizer, na casa de familiares dos idosos em grande parte dos casos.

Foi por essas e por outras razões que tanto lutamos pela aprovação do Estatuto do Idoso, projeto de nossa autoria transformado na Lei nº 10.741, em 2003.

Foi essa legislação que deu partida a uma série de ações governamentais de proteção às pessoas idosas, inclusive à utilização do Disque 100 para denúncias de violações dos direitos dos idosos por ela estabelecidos.

Felizmente, como já dito, as denúncias diminuíram em 30%, de 2013 para 2014, segundo os dados da Secretaria de Direitos Humanos.

Não é possível afirmar que as violações de direitos dos idosos tenham caído em igual número, o que seria muito bom.

É que não se pode afirmar com segurança que a queda no número de denúncias decorra da diminuição das agressões aos idosos.

De qualquer maneira, esse número nos alegra e nos enche de esperança de que a consciência do problema e as ações dos governos federal, estaduais e municipais estão dando bons resultados.

Mas não podemos relaxar. Já se disse que o preço da liberdade é a eterna vigilância. Podemos, com certeza, adaptar essa frase e afirmar que o preço da proteção aos idosos é a eterna vigilância.

Como qualquer outro crime, a violência contra pessoas de idade só é contida se houver a certeza da punição.

Nesse caso, dadas as características dessa violência, perpetrada, na maior parte das vezes, por familiares e dentro da própria casa das vítimas, a dificuldade de detectá-la é muito maior.

Nesse sentido, o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa tem um papel importantíssimo, porque somente a partir da consciência que as pessoas tenham desse grave problema social é que elas poderão denunciar a sua existência e, assim, proteger pessoas em situação de extrema fragilidade.

Mas é e continuará sendo, no entanto, papel de cada um de nós participar desse esforço de vigilância e de conscientização, não apenas nessa data, mas em cada momento em que uma situação de agressão a pessoas idosas se apresente e requeira a nossa decidida participação.

Devemos isso aos mais velhos, aqueles que já deram a sua contribuição à vida como pais, avós, trabalhadores e cidadãos.

Devemos isso àqueles que já não têm o vigor necessário para se defender!

Srªs e Srs. Senadores, para finalizar quero compartilhar correspondência que recebi da Federação Riograndense da Terceira Idade – FRITID que traz a íntegra da Nota Pública divulgada pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

15 de junho: Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa

• O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, órgão superior de natureza e de liberação colegiada, permanente, paritário e deliberativo, integrante da estrutura regimental da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, vem publicamente externar à sociedade brasileira, às instituições governamentais e não governamentais, às lideranças municipais e estaduais, aos grupos e demais instâncias onde se reúnem pessoas idosas nos municípios que compõem nossas unidades federativas a importância de se viabilizar, no âmbito de suas respectivas competências e esferas de atuação, ações relativas à conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

• A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa declararam o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, tendo sido celebrado pela primeira vez em 2006, com realização de campanhas por todo o mundo.

A violência contra a pessoa idosa é e deve ser entendida como uma grave violação aos Direitos Humanos.

• O principal objetivo do dia 15 de junho é criar uma consciência mundial, social e política, da existência da violência contra a pessoa idosa, além de, ao mesmo tempo, disseminar a idéia de não aceitá-

-la como normal. Na esteira deste movimento mundial deve-se incentivar a apresentação, o debate e o fortalecimento das mais diversas formas da prevenção.

• Neste sentido, é mister registrar a satisfação deste Colegiado Nacional em tomar conhecimento das ações que já vem sendo desenvolvidas em diversos municípios brasileiros, bem como recomendar a todos os conselhos estaduais dos direitos do idoso que envidem esforços para a mobilização dos conselhos municipais, organizações da sociedade civil e mesmo os órgãos governamentais no âmbito da sua esfera de atuação para que haja manifestações, atos públicos e atividades que tragam o tema da violência contra a pessoa idosa como um tema de visibilidade pública.

• Por fim, convém recomendar que, sempre que possível, todos os eventos e atividades desenvolvidas para a conscientização da violência procurem abordar a necessidade de articulação em rede para o enfrentamento do fenômeno. Sabe-se que a construção efetiva de uma rede somente pode se dar em torno de situações concretas, como é o caso da violência.

Brasília, junho de 2009.

José Luiz Telles

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Presidência da República

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Paim. V. Exª será atendido conforme o Regimento.

Há comunicação sobre a mesa.

Senado Federal, 15/06/2015.

A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 12 de junho de 2015, da **Mensagem nº 204, de 2015**, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do Veto nº 15, de 2015, parcial, aposto ao **Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2015** (oriundo da Medida Provisória nº 663, de 2014), que estabelece percentual de financiamentos do BNDES a ser concedido a tomadores das Regiões Norte e Nordeste.

São as seguintes, Mensagem e razão de veto:

VETO Nº 15, DE 2015

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2015
(oriundo da Medida Provisória nº 663, de 2014)

Mensagem nº 204

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2015 (MP nº 663/14), que "Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009".

Ouvidos, os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 2º

"Art. 2º Na concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a taxas subsidiadas, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos deverão ser direcionados a tomadores situados nas regiões Norte e Nordeste.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, taxa subsidiada é aquela que, à época da contratação, seja inferior à taxa de captação do Tesouro Nacional para prazo equivalente."

Razões do veto

"A medida não leva em conta o ambiente dinâmico a que estão submetidas as operações creditícias que regula. Assim, a fixação prévia de percentual dos financiamentos a determinadas regiões do País, sem se levarem em conta as necessidades concretas, gera ineficiência alocativa, podendo resultar, por um lado, em não atendimento de operações de uma determinada região e, por outro, em permanecerem recursos ociosos sem a devida destinação. Proposta semelhante foi vetada por meio

da Mensagem nº 130, de 27 de maio de 2014, quando da sanção da Lei nº 12.979, de 2014."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de junho de 2015 – **Dilma Rousseff**.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS SUBLINHADOS:

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2015
(oriundo da Medida Provisória nº 663, de 2014)

Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2015:

.....

§ 1º O valor total dos financiamentos subvencionados pela União é limitado ao montante de até R$ 452.000.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois bilhões de reais).

.....

§ 17. O Ministério da Fazenda publicará, até o último dia do mês subsequente a cada bimestre, na internet, os seguintes demonstrativos:

I – do impacto fiscal das operações do Tesouro Nacional com o BNDES, juntamente com a metodologia de cálculo utilizada, considerando o custo de captação do Governo Federal e o valor devido pela União;

II – dos valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros, no último exercício financeiro e no acumulado total."(NR)

Art. 2º Na concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a taxas subsidiadas, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos deverão ser direcionados a tomadores situados nas regiões Norte e Nordeste.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, taxa subsidiada é aquela que, à época da contratação, seja inferior à taxa de captação do Tesouro Nacional para prazo equivalente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O prazo previsto no §4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 11 de julho de 2015.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Passo a palavra agora, para uma comunicação inadiável, à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Acir Gurgacz, caros colegas Senadores, que me olham surpresos com esta voz disfônica – é o momento de transição das estações, quando Brasília fica muito seca, ontem estava em 36% a umidade relativa do ar, é preciso ter saúde de ferro para suportar mudanças tão rápidas e bruscas –, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, servidores desta Casa, o Senador Acir começou a sessão de hoje falando sobre um tema que me é muito caro, assim como ao Senado, que diz respeito ao Pacto Federativo. V. Exª mencionou também que o Relator, Senador Fernando Bezerra, terá a responsabilidade

de, até quarta-feira, apresentar o relatório. O Senador Walter Pinheiro preside a Comissão Especial criada pelo Presidente Renan Calheiros, e não tenho dúvidas sobre o comprometimento dos senhores prefeitos.

Na última quarta-feira, realizamos uma reunião em que estava presente o presidente da frente dos prefeitos das capitais, o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda. Nessa reunião, recebemos uma pauta enxuta daquilo que é possível fazer. Nosso Relator tem todas as condições, porque foi, por várias vezes, Prefeito de Petrolina. E nessa matéria nós não podemos tergiversar, não podemos limitar aquela foto de praticamente todos os governadores, em uma cerimônia histórica, eu diria, assim como as marchas dos prefeitos, sem que a Casa da Federação, que é o Senado Federal, dê uma resposta minimamente adequada à expectativa que têm prefeitos e governadores a respeito do tema.

Por isso estou muito tranquila, Senador Acir. V. Exª tocou aqui em pontos cruciais sobre a necessidade de viabilizar matérias que estão tramitando, sobretudo nesta Casa e também na Câmara, para que tenham prioridade absoluta sobre a pauta e sejam votadas. Matérias que não impliquem um desajuste maior do que o que já temos nas contas públicas. Não se trata aqui, em nenhum momento, de enfrentamento do Congresso com o Executivo. Esse, pelo menos, não é o meu posicionamento, não é o posicionamento dos Líderes que estão encarregados disso, como é o caso, acredito, do Senador Fernando Bezerra, do Senador Walter Pinheiro, da Senadora Simone Tebet e daqueles que estão, como a Senadora Lúcia Vânia, envolvidos nesse processo. Estou convencida de que essa é uma questão inadiável. E nós seremos cobrados, dura e justamente, pelo que houver de omissão nesse processo.

Então, eu assino embaixo do seu discurso e assino embaixo também, Senador Acir, em relação às receitas das unidades federativas, porque a União pode, sim, tomar medidas de política econômica para resolver problemas conjunturais importantes, como foi o caso, por exemplo, de reduzir o IPI para automóveis ou para linha branca. É importante, mas não pode fazer isso com dinheiro dos Estados e Municípios. Não pode, Senador! Isso acaba reduzindo a receita. O Estado e o Município têm a Lei de Responsabilidade Fiscal a cumprir. E há consequência se um prefeito não cumprir: cadeia. Essa é a consequência, Senador.

Eu sou favorável, como disse V. Exª. Nessa, não dá pra compartilhar. Uma das medidas mais inteligentes do Governo, porque tem o impacto social, que é a questão da desoneração da folha.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, há setores de alta empregabilidade de mão de obra: o setor calçadista, Senador, a construção civil, a área de serviços. E aí cria-se um benefício e se tira do outro. De que valeu aquilo? A insegurança jurídica, a mudança das regras do jogo a qualquer hora.

E aqui veio o ajuste fiscal. Estou disposta a ajudar no que for possível, no limite do possível. Mas o que é um ajuste fiscal? Por que tem ajuste fiscal? Porque o Governo gastou demais e, agora, tem que acertar as contas. Esse é o resumo. E o que o Governo devia dizer para a sociedade? "Olha, nós temos um problema. Nossas contas estouraram. Agora, vamos ter que apertar o cinto." Então, o Governo tem que ter dignidade, responsabilidade social, econômica, política e institucional: "Vamos fazer isso. Nós, Governo, vamos dar o exemplo, cortando na própria carne". O Governo vai dar. Depois pede à sociedade, mas primeiro tem que fazer o dever de casa. E, até agora, nenhum sinal em relação a isso.

Quer ver? Neste primeiro semestre, sabe quanto as despesas aumentaram comparativamente ao mesmo período do ano passado? Quase 40% – quase 40%!

E vou apresentar um dadozinho aqui muito singelo. Olhem: só com gasto de material gráfico, o Governo gastou, no primeiro semestre do ano passado, R$7,2 milhões, neste, do ajuste, da dureza, do aperto, R$31,2 milhões, gente! Aí, não há como pedir o apoio do Congresso para qualquer coisa!

No meu gabinete, eu procuro manter o uso daquela verba que temos à disposição para o exercício do mandato num gasto de 30%. Muda, aumenta a passagem aérea? Economiza-se em outra área – 30%. É difícil? É difícil, sim, mas tem que fazer. Eu não posso imaginar que o contribuinte tem que ser sempre punido e chamado a pagar essa conta.

Então, só com gasto de material gráfico, só com gasto nessa rubrica, o aumento foi de 334%. Passou de R$7 milhões para R$31 milhões.

Não há como, Senador Acir – V. Exª tem experiência empresarial, é um empreendedor –, fechar a conta! E o Governo podia...

Se a conta fosse o contrário, dos R$7 bilhões baixar para R$5 bilhões, para R$4 bilhões, eu estaria aqui para aplaudir. Mas aumentar 334% em gastos com gráfica, sinceramente, não há condições de a gente aceitar isto. E o Governo continua insistindo como se nada acontecesse.

Trinta e nove Ministérios; trinta e nove Ministérios, Senador Acir!

Nos cartões corporativos, os gastos continuam aumentando. Diárias, passagens aéreas, tudo, tudo está aumentando. Não é possível chegar aqui e pedir sacrifícios a quem trabalha, aos trabalhadores.

Esse ajuste provocado pelo desajuste das contas do Governo Federal está levando a uma situação de retraimento dos investimentos terrível do ponto de vista econômico – terrível!

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, a queda dos investimentos é estimada em 75%, em 2015 – 75%! Aqui, no Distrito Federal, do nosso querido amigo Rodrigo Rollemberg, 91%. Minas, 97% e assim por diante. O que é isso? É uma situação de contenção absoluta de dificuldades financeiras de Estados e Municípios. E os Estados é que são os ativadores. Aqui em Brasília, o Estado está trancado, amarrado em uma situação insustentável.

Por isso, acredito sinceramente, Senador Fernando Bezerra, que não vamos solucionar todas as demandas federativas, mas vamos dar uma reposta mínima, a resposta real, realista para esses líderes municipalistas ou prefeitos municipais, para os próprios governos dos nossos Estados, porque esta é a nossa obrigação, o nosso dever. Estou convencida disso.

Sinceramente, Presidente Dilma, há pouco a senhora ouviu um pedido, um apelo do Senador Paim sobre o fator previdenciário. Agora, eu faço um apelo: como Ministra, a senhora foi uma excelente economista, puxe o freio da gastança do Governo Federal; a senhora será aplaudida se fizer isso. E diga aos partidos que lhe dão apoio no Governo, que lhe dão apoio para tal governabilidade, que aí está também a sobrevivência deles. Esta é a forma didática de mostrar à sociedade brasileira de que lado nós estamos. Acredito que a senhora pode fazer isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelas suas colocações. Lembro que atendemos ao pedido do Ministro da Fazenda, votando as medidas provisórias, votando os ajustes. Agora o Executivo tem que fazer a sua parte; a nossa parte nós fizemos. Cumprimento V. Exª pelo seu belo pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Telmário Mota, do PDT, de Roraima, pela ordem de inscrição. Na sequência, teremos Senador Fernando Bezerra, pela Liderança.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, antes de entrar na minha fala, quero parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo assunto que trouxe à tribuna, também o Senador Paim, que nos antecedeu nesta tribuna, falando sobre questões do idoso.

Apresentamos uma proposição ao Presidente Renan para que seja feita uma sessão temática tratando da questão dos idosos e dos jovens. Precisamos ouvir esses dois segmentos da sociedade, para que esta Casa possa estar bem balizada, bem próxima dos interesses dos idosos e dos jovens.

Sr. Presidente – V. Exª que é um homem, como se diz na minha terra, que labuta no setor produtivo, que é de um Estado que está a grandes passos, que é Rondônia, crescendo neste País –, apresentamos uma proposição, também, de uma sessão temática sobre os transgênicos.

Senador, é importante a gente discutir esse assunto aqui. Nós demos entrada no pedido de uma sessão temática para discutir sobre os transgênicos, porque esta Casa, daqui a uns dias, vai se debruçar sobre isso, vai debater isso, e é preciso que estejamos mais municiados de informações importantes de pessoas que abordam isso com muita propriedade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, hoje, subo a esta tribuna pela segunda vez – porque, pela manhã, participei de uma sessão especial belíssima sobre o SARAH Kubitschek, cujo signatário foi o Senador Cristovam –, com enorme satisfação, para registrar algumas considerações sobre o Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil, que ocorreu no dia 12 de junho.

Tenho a convicção de que a proibição do trabalho de crianças e adolescentes é um dos principais direitos fundamentais, pois preserva a mocidade desses jovens, resguardando sua formação psicológica e fisiológica, além de, inegavelmente, assegurar um aprendizado e um estudo com mais qualidade.

Contudo, Sr. Presidente, infelizmente, o mundo ainda não conseguiu garantir com eficácia esse direito.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, em 2012, 168 milhões de crianças, em todo o mundo, ou seja, 11% de toda a população infantil, ainda estavam em situação de trabalho. Dessas, 85 milhões atuavam em atividades classificadas como as piores formas de trabalho infantil, como escravidão, prostituição, tráfico de drogas e outros trabalhos prejudiciais à saúde, à segurança e à moral, sobretudo, das crianças.

No Brasil, Sr. Presidente, essa chaga resiste em acabar, embora estejamos conseguindo combatê-la.

Nossos dados históricos mostram um constante declínio dessa forma de exploração.

De acordo com o IBGE, entre 2000 e 2010, houve uma redução de 13,44% nos índices de trabalho infantil na faixa etária entre 10 e 17 anos, com maiores quedas na Região Nordeste. Em 2013, o trabalho infantil abrangia 3,2 milhões de crianças e adolescentes: uma queda de 10,6% em relação a 2012 – quando a quantitativa apontou 3,5 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho ilegal.

Sr. Presidente, são números que merecem ser comemorados e que resultam de um intenso e árduo trabalho do Governo Federal em parceria com Estados e Municípios, com o objetivo de atingir o compromisso de erradicação de todas as formas de trabalho infantil até 2012.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Poder Legislativo tem um papel central na busca desse fim, seja fiscalizando, seja propondo novas ações.

Ano passado, a Câmara dos Deputados aprovou relatório da CPI que investigou a exploração de trabalho infantil. Foram realizadas diversas audiências públicas em Brasília e nos Estados para discutir temas como: trabalho infantil doméstico, acidentes e morte por trabalho infantil, combate ao trabalho de crianças no Carnaval e fiscalização do trabalho infantil. Foram sugeridas diversas medidas de grande mérito, das quais destaco as propostas que responsabilizam prefeitos e vereadores que deixam de destinar os recursos necessários ao fornecimento do Conselho Tutelar e elevação do valor da multa por infração ao dispositivo relacionado ao trabalho da criança e do adolescente, além de responsabilização das cadeias produtivas que explorem o trabalho infantil.

Também creio ser central, Sr. Presidente, reafirmar a importância de combater o trabalho doméstico, com a renovação imediata do art. 248 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O trabalho doméstico é considerado uma das piores formas de trabalho infantil, pois retira da criança o convívio com a sua família e sua comunidade, com a submissão, a jornada longa e muito pesada de trabalho, salários baixos ou inexistentes, uma grande vulnerabilidade ao abuso físico, emocional e sexual.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, acredita-se que as razões que ainda justificam o trabalho infantil vão desde a necessidade econômica, à falta de universalização das políticas públicas, até a reprodução de uma cultura equivocada de que é melhor trabalhar do que ficar desocupado.

É fundamental, Sr. Presidente, que tais causas sejam largamente combatidas. Estou convencido de que a disponibilidade de renda adequada para a família dessas crianças e adolescentes, fiscalizações mais intensas e o maior tempo diário dedicado aos estudos e ao lazer, garantido pelo Estado, são essenciais para que nas próximas gerações do futuro, seja o trabalho infantil somente uma angústia do passado.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar este momento importante na vida da juventude brasileira. É fundamental que registremos que, quando nos referimos ao trabalho infantil, é aquele trabalho infantil doloso, aquele trabalho infantil que prejudica, aquele trabalho infantil que não educa, aquele trabalho infantil que retira a liberdade e a oportunidade do estudo, aquele trabalho infantil que oprime as pessoas, principalmente os mais humildes, os mais necessitados. Como destacamos aqui a questão do trabalho infantil doméstico. Ele é extremamente, Senador Fernando, doloso, penoso.

Digo isso porque comecei a trabalhar com nove anos de idade, fui vaqueiro. Minha mãe era uma empregada doméstica, uma pessoa pobre, e me doou para um fazendeiro para que eu pudesse estudar. Ele me levou prometendo que eu ia estudar. Mas, ao chegar lá, eu tinha que acordar às 3h da manhã, para ir o curral, com lama até os joelhos, e dormia no chão, encostado nos cachorros para ter calor, porque nem lençol tinha.

Então, às vezes, essas pessoas abusam. E esse abuso é muito mais no campo, na área rural. Ali você não tinha a quem recorrer. Hoje não. Hoje o Estado está mais aparelhado, hoje existem os conselhos tutelares, hoje existe recursos humanos, não permitindo mais que as pessoas passem por tamanha privação.

Eu sempre acho que o trabalho não dignifica ninguém. O trabalho é importante e trabalhar cedo dá ao ser humano responsabilidade, Senador Hélio, mas é importante que ele tenha uma característica que não seja de abuso, que não seja exaustivo, que não seja oportunista.

É por isso que hoje trouxemos a esta Casa este tema. Parabenizo, de qualquer sorte, os números que eles foram apresentando, que são números até motivadores. Houve bastante avanço, há uma apuração do Legislativo, como uma CPI do trabalho infantil e trabalho escravo na Câmara Federal. Sem nenhuma dúvida, esta Casa, hoje, não poderia cruzar os braços diante de um tema tão importante em nível nacional, de um tema que aflige todos os lares, todas as famílias, principalmente as famílias mais carentes, mais pobres.

Senador Hélio, só para V. Exª ter uma noção, hoje morrem no Brasil, são assassinadas no Brasil 56 mil pessoas. Senador Fernando, isso é uma guerra civil que acontece sob nossos olhos. Desses 56 mil, Senador Acir, 53% são jovens.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Nobre Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Já permito a sua fala.

São jovens, 77% são negros; e 93% desses 53% dos 56 mil são do sexo masculino. Ou seja, ainda quem é penalizado é a classe mais sofrida, é a classe mais desprotegida, a classe mais humilde, a classe que não tem casa, não tem ônibus, não tem saúde, não tem educação, não tem moradia com dignidade, não tem saneamento, não tem emprego. Essas pessoas que são, normalmente, as vítimas dessas ações criminosas que apontamos.

Senador Hélio, com a palavra.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Telmário Mota, nobre Senador Acir Gurgacz, presidindo a sessão. Sem dúvida, esse seu relato nos envergonha. No Brasil, lamentavelmente, ainda temos muitas crianças sendo exploradas nas carvoarias, nas roças, nas fazendas – seja como vaqueiros, seja como trabalhadores domésticos, seja como aviõezinhos. É gente explorada de todo jeito, principalmente os menores. Inclusive, você e eu estávamos no dia em que aprovamos o artigo que passa a pena de corruptores de menor para crime hediondo, também, aumentando o crime. Acho que precisamos combater essa questão. Não dá para ficarmos inertes quanto a isso. Isso só vai se resolver, nobre Senador Telmário e nobres Senadores desta Casa, quando houver uma distribuição justa da renda, quando houver uma melhor inclusão social. Por isso a questão que V. Exª coloca, por exemplo, sobre essa realidade de o maior número de mortes ser de negros, de pessoas que estão à margem da sociedade, precisa mudar, e isso só vai acontecer com investimentos sociais. Graças a esse Governo, que tem bons investimentos sociais, conforme V. Exª mesmo relatou, houve decréscimo desse tipo de criminalidade. Mas ainda está muito grande, então significa que precisamos melhorar, aumentar o investimento nessa área. Obrigado, Senador Telmário. Era isso que eu queria relatar e concordar com V. Exª nesse importante pronunciamento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador Hélio. Incorporamos a sua fala ao nosso discurso.

Sr. Presidente, um segundo assunto. V. Exª sabe que hoje ainda temos um tempinho, não é, Sr. Presidente? Obrigado pela sua gentileza.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna é a questão das greves dos professores. As greves dos professores.

Em meados de maio, saiu que os 27 Estados brasileiros enfrentam problemas com os professores. As greves já foram deflagradas no Pará, Paraná, São Paulo e Santa Catarina, e, segundo os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, nós temos previsão para greve em Pernambuco, do Senador Fernando, e também em Sergipe.

Na verdade, quando se olha, por exemplo, para o Banco do Brasil, a Polícia Federal, a Caixa Econômica, o que se observa? Que esses profissionais têm um salário padronizado nacionalmente, e essa falta de isonomia salarial, essa falta de padronização do salário do professor é que cria toda essa angústia, todo esse sofrimento. Em um momento como esse, uma paralisação dos professores... Claro que não como aquela do Paraná do Senador Alvaro Dias, em que houve um exagero fora do comum, e também do senador Acir, que é filho do Paraná. O Senador Acir me lembra aquela música "Adoro Petrolina, mas eu amo Juazeiro". Assim que ele faz – agora não sei qual dos dois ele adora e qual ele ama –, mas ele gosta dos dois simultaneamente: de Rondônia e do Paraná.

Mas essa greve dos professores... É preciso que o Brasil, a Nação, e esta Casa contribuam com isso, para que se possa buscar um bom termo do professor. Há Estados em que o salário é relativamente suportável – não vou dizer nem agradável, mas suportável –, e há Estados em que o salário dos professores é uma vergonha. O professor acaba indo para a sala de aula para complementar a sua renda, o que é muito triste. Nós estamos agora com esse projeto Pátria Educadora, sobre o qual eu ouvi o Ministro Mangabeira fazer uma exposição de motivos que me encantou. Sinceramente, fiquei encantado com a proposta do Ministro Mangabeira para a Pátria Educadora: uma qualidade nacional de ensino, com novas metodologias, uma nova grade escolar, uma nova proposta para o ensino.

Mas, para isso acontecer, é preciso que haja o empenho não só dos Municípios, como também dos Governos estaduais e, principalmente, do Governo Federal. Eu acho que, nessa questão dos salários, nessa questão dos professores, é importante que haja várias mãos, que sejam tratadas a várias mãos, Município, Estado e Federação de uma forma bem objetiva, de uma forma concreta, de uma forma real. Que a coisa seja encarada de frente; que a gente não discuta tudo pontualmente; que essa discussão não fique ao gosto de cada governante; que ela não fique a critério de cada assunto paroquial; que ela seja puxada para uma discussão nacional; e que haja um consenso!

É importante que o professor, que é uma pessoa extremamente consciente, que é a escada do desenvolvimento humano, é fundamental para a vida humana, é fundamental para o desenvolvimento da humanidade, que ele seja chamado para a mesa de discussão, que seja passado para ele, porque muitas vezes o sindicato ou algum um grupo político, ou alguma motivação política, acaba levando à deflagração de uma greve, a um movimento mais radical, a um confronto mais radical. Então, eu acho que o professor precisa, sobretudo ele que está sobrecarregado... Às vezes, o professor entra na sala de aula hoje e é agredido, é desrespeitado.

Hoje o aluno se acha no direito de poder fazer qualquer coisa dentro de sala de aula. E é preciso mudar isso – tudo tem limite, tudo tem regra! E é por isso que a gente vê, de repente, uma ação como aquela Parada Gay sair do limite do racional e entrar no limite do irracional.

Portanto, é preciso você parar isso ali na escola, onde a criança está passando por uma formação, onde ela está absorvendo as normas da sociedade, onde ela está absorvendo as normas do seu País, onde ela está

absorvendo as normas da boa convivência. É fundamental que ela aprenda a respeitar a família dela, que ela aprenda a respeitar a sociedade, que ela aprenda a ver que os direitos dela terminam onde começam os de outrem.

Assim, é fundamental que a gente traga esse ponto para uma discussão, porque é muito triste a gente ver o professor ser destratado, maltratado e ainda ir para a sala de aula com um mísero salário. Aí, deflagra-se uma greve e essa greve acaba abrangendo uma questão bem maior, porque ela acaba criando dificuldades em todos os sentidos. Por exemplo, nós sabemos que, às vezes, há muitas pessoas que moram na área rural, e o Senador Acir sabe muito bem disso, cujas crianças ajudam os pais principalmente na agricultura familiar, e os filhos têm um período de férias, têm que voltar, tempo de colheita, tempo disso, tempo daquilo, o que acaba prejudicando.

Mais do que isso, também há o calendário escolar. Em função da greve, você acaba furando esse calendário escolar e, com isso, atrapalhando alguns projetos das pessoas, o que deixa todo mundo em certa dificuldade. Fica com dificuldade o próprio Governo, ficam com dificuldade os alunos, ficam com dificuldade os professores, o que acaba criando uma zona de descontentamento absoluto, um conjunto de descontentamento, que é preciso modificar.

Portanto, é a minha preocupação, o meu apelo. E eu acabo me curvando às proposições do Senador Cristovam, quanto à federalização. Acho que a federalização pura e simples fica até insuportável, e o Senador Cristovam deve saber disso, mas pelo menos é o balizador e que ela seja o horizonte, que seja o norte!

Então, Sr. Presidente, eu queria agradecer sua paciência, sua gentileza para a gente abordar esses assuntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Telmário Mota, do PDT de Roraima.

Passo a palavra agora, pela ordem de inscrição, pela Liderança, para o Líder Fernando Bezerra Coelho, pela Liderança do PSB de Pernambuco.

Senador Telmário, convido V. Exª para assumir os trabalhos.

Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra, pela Liderança do PSB de Pernambuco.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a equipe econômica da Presidenta Dilma Rousseff tem promovido, neste segundo mandato, uma série de ajustes na economia. Existem controvérsias quanto à intensidade, ao ritmo ou ainda quanto à melhor maneira de implementar as medidas, que, de fato, são amargas e impopulares.

Não podemos, no entanto, olhar apenas para as dificuldades atuais, que são, penso eu, conjunturais e momentâneas. É preciso ver além desse período de dificuldades e perceber que, depois dessa tempestade, poderemos viver melhores dias. O Brasil, não tenho duvidas, retomará o caminho do crescimento econômico, mas, para isso, precisamos preparar o nosso País para explorar as oportunidades que se apresentam.

Um dos caminhos mais promissores é dado pelo mercado internacional. Enquanto fraquejam o consumo e o investimento, enquanto o setor público corta gastos, o caminho da exportação permanece aberto. Trilhá-lo nos renderá diversos benefícios. Exportar, Sr. Presidente, cria empregos, induz investimentos, ajuda a equilibrar o balanço de pagamentos e a estabilizar o câmbio.

É hora de fazer um esforço para dinamizar a corrente de comércio exterior, restituindo os resultados positivos da balança comercial, que vinham registrando resultados deficitários. Em 2014, atingimos o pior nível em 16 anos, com um déficit de US$3,9 bilhões quase US$4 bilhões! Este ano, no mês de maio, a balança comercial brasileira registrou superávit de US$2,7 bilhões, o terceiro resultado positivo consecutivo de 2015.

Nos últimos anos, de acordo com análise do Embaixador Rubens Barbosa, nossa política externa trouxe consequências deletérias para o comércio exterior, sobretudo por nos manter fora das cadeias produtivas de alto valor agregado, o que, por sua vez, resultou em empobrecimento de nossa pauta de comércio. No ano 2000, ela se compunha em quase 75% de produtos manufaturados e semimanufaturados. Hoje, as *commodities* e outros produtos primários representam cerca de metade das nossas exportações.

Srªs e Srs. Senadores, uma forma de impulsionar o comércio exterior é escolher bem os parceiros estratégicos e um deles, por certo, são os Estados Unidos. Ao longo da História, as relações entre os dois grandes países americanos foram predominantemente cordiais e produtivas, embora, em certos momentos, tenha havido arrefecimento nas relações, resultando em uma semiparalisia na cooperação e no comércio bilateral. Foi o que se deu, infelizmente, a partir de 2013, após o episódio da espionagem feita pela agência de segurança americana.

Porém, o cenário evoluiu, e as dificuldades começam a ser superadas. Afinal, os Estados Unidos compartilham conosco uma ampla gama de valores, provindos da mesma matriz civilizatória ocidental.

Somos duas das grandes democracias do continente e participamos de importantes organismos internacionais, incluindo, é claro, a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, a Organização dos Estados Americanos, o G8+5 e o G20. No plano comercial, as trocas alcançaram em 2014 a expressiva cifra de US$62 bilhões. A intensidade das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos também se comprova pela existência de mais de trinta mecanismos de diálogo entre os governos dos dois países. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, são abarcados, além do comércio e de investimentos, temas como energia, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, turismo, esportes, defesa, cooperação trilateral, igualdade de gênero e combate ao racismo. Cabe lembrar que os Estados Unidos são o maior parceiro do Brasil no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras e suas instituições de ensino deverão receber milhares de estudantes e pesquisadores brasileiros nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Os Estados Unidos, Sr. Presidente, foram por décadas o principal parceiro comercial do Brasil, posto que perderam com a ascensão chinesa. Porém, num quadro em que nossa maior importadora, a China, reduz seu apetite por nossas *commodities* e em que ainda não resolvemos os impasses com a Argentina, torna-se imperioso o fortalecimento dos laços com os americanos, sobretudo porque as alternativas escasseiam, dadas a fraca recuperação europeia e a acentuada crise russa.

É com prazer que recebo a notícia de que o Governo brasileiro está alerta a essa necessidade e já tem agido para reverter o esfriamento das relações bilaterais. Ao mesmo tempo, o destaque ao comércio demonstra a natureza pragmática dessa nova etapa nas relações Brasil-EUA. Os dois países definiram que a facilitação de negócios e a convergência regulatória seriam objetivos prioritários – uma escolha, a meu ver, acertada.

Srªs e Srs. Senadores, como Segundo Secretário da Frente Parlamentar Mista Brasil-Estados Unidos, tenho de saudar essa notícia. A pauta de nossas exportações para os EUA sempre foi mais variada e de maior valor agregado do que a atual.

Exatamente por esse motivo, ela traz mais oportunidades para nossa indústria, incluindo importante acesso a tecnologias e processos, contribuindo para modernizar o nosso parque industrial e gerar importantes ganhos de competitividade.

No final de março, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministro Armando Monteiro Neto, do meu Estado, Pernambuco, e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos finalizaram mais uma rodada de reuniões do Diálogo Comercial. O Brasil e os Estados Unidos se comprometeram a identificar os setores econômicos promissores – isto é, que tenham condições de avançar comercialmente por meio de políticas de facilitação – e adotarão ações concretas em parceria com o setor privado para simplificar ou reduzir exigências e burocracias. Os governos dos dois países pretendem, assim, reduzir custos e prazos do comércio bilateral.

Com efeito, o défict comercial com os americanos já diminuiu, passando de US$11,4 bilhões, em 2013, para menos de US$8 bilhões no ano passado. A Confederação Nacional da Indústria estima que novos acordos e ajustes pontuais possam significar, no curto prazo, um potencial mínimo de mais US$2,3 bilhões.

Iniciativas e avanços dessa natureza nos sugerem que nossa ligação umbilical com o Mercosul não pode tornar-se um empecilho para a ampliação dos horizontes comerciais brasileiros. Os acordos bilaterais não devem ser esquecidos ou relegados a um segundo plano, sob pena de engessarmos a participação brasileira na cadeia de comércio mundial.

Talvez seja a hora, Sr. Presidente, de rever a Decisão 32, de 2000, do Conselho do Mercado Comum, que não permite que um país-membro do Mercosul assine acordos comerciais com outras nações sem o consentimento prévio do bloco. Essa cláusula, de claro teor protecionista, tem-nos custado a perda de inúmeras oportunidades.

No dia 30 de junho, a Presidenta Dilma Rousseff realizará viagem de trabalho oficial aos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm uma tarifa de importação considerada baixa, em média de 5%, mas resta, ainda, uma complexa agenda para equacionar.

O Brasil está interessado em diversificar o comércio, aumentar os investimentos mútuos e ampliar a cooperação em defesa e no setor aeronáutico.

Interessa-nos, também, firmar parcerias para o desenvolvimento de tecnologias na área de energias alternativas, sobretudo a energia solar, na qual os americanos estão consideravelmente adiantados.

O Governo e o empresariado nacional ressaltam a importância do Acordo para Registro de Patentes, o qual pretende reduzir substancialmente o tempo para o registro de patentes no Brasil e aumentar a atratividade do País para o desenvolvimento de tecnologias e produtos.

De acordo com o Presidente da Câmara Americana de Comércio, Gabriel Rico, logo após o acordo para o setor de cerâmica, que estamos finalizando, será a vez de avançar as tratativas para o setor têxtil e para o setor de máquinas e equipamentos. No setor agropecuário, espera-se a simplificação de medidas fitossanitárias e a redução das dificuldades na exportação de carne bovina brasileira para o mercado americano.

A oportunidade, portanto, se entremostra para ambos os interessados. Os Estados Unidos continuam a ser a maior economia global. Para nós, é conveniente nos associar a uma economia gigante, que dá evidentes mostras de recuperação. Para eles, a parceria com o Brasil constitui uma alternativa concreta para promover a integração das Américas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Fernando Bezerra Coelho, quero parabenizar V. Exª pelo não sei se discurso ou mensagem de reflexão.

V. Exª foi extremamente coerente com a realidade e aí me trouxe uma lembrança antiga: não se troca parceiro velho por parceiro novo; não se troca amor velho por amor novo. Principalmente os Estados Unidos, como bem disse V. Exª, que é uma economia que se recupera, uma economia que ainda é a balizadora do mercado internacional, é um parceiro próximo das Américas e sempre esteve ao lado do grande comércio do Brasil.

Então, V. Exª nos chama a atenção para o Governo Federal exatamente focar nisso. E a ida, agora, no dia 30, da Presidenta, sem dúvida, pode proporcionar ainda mais essa proximidade, o que é importante para as duas nações.

Parabéns a V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra Coelho, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Na sequência, vamos chamar, como orador inscrito, o Senador Hélio José, do PSD, do DF; em seguida, o nosso grande Senador Alvaro Dias, *hors-concours*, importante Senador que o Paraná sempre coloca aqui para nos balizar, principalmente a nós, Hélio, que somos novatos. Sem nenhuma dúvida, o Senador Alvaro é o nosso balizador.

Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Telmário Mota, nosso Presidente da sessão, sem dúvida, tenho plena concordância com V. Exª: Alvaro Dias é uma escola para todos nós aqui. É uma pessoa que tem caráter acima de qualquer coisa, que defende seus pontos de vista com toda a garra, com todo o brilhantismo e só nos ensina cada vez mais.

Muito obrigado, Senador, por tudo que V. Exª tem feito nesta Casa.

Hoje vou falar aqui, Sr. Presidente, sobre os contadores e o combate à corrupção no Brasil.

Nos últimos anos, o tema da corrupção ganhou destaque na imprensa, no Parlamento e na sociedade nacional. A corrupção rouba a eficiência do Estado, a presteza dos serviços públicos e a qualidade de vida dos cidadãos, na medida em que faz escorrer pelos ralos da malversação, do suborno e da chantagem os recursos que serviriam para melhorar a vida do povo.

A corrupção não é um problema apenas brasileiro. O cientista político alemão Friedrich Engels dizia que a corrupção é inerente ao Estado. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que, apenas na primeira década do século XXI, cerca de US$8,44 trilhões foram desviados do mundo inteiro de maneira ilícita, o que é muito, Senador, é muita coisa! Só para fazer uma projeção do que isso representa, essa soma seria capaz de alimentar, por quase três meses, todas as pessoas em situação de extrema pobreza no Planeta.

Se a corrupção não é uma particularidade do Brasil, aqui ela ganhou contornos deploráveis, lamentavelmente. No ano passado, o Brasil ocupou o 69° lugar entre 175 países, no quesito corrupção, segundo a ONG Transparência Internacional.

Nesse sentido, tem sido imprescindível a atuação de policiais, promotores, procuradores e juízes em operações como a Lava Jato, Carf, entre outras, que estão descortinando essa face maculada da política nacional, que se ancorou numa relação promíscua e criminosa entre partidos políticos, empreiteiras e agentes públicos, criando uma verdadeira organização mafiosa, que enriquece alguns poucos e traz prejuízo para milhões de brasileiros.

Nobre Senador Alvaro Dias, concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Senador Hélio José, primeiramente, os meus agradecimentos pelas palavras generosas, tanto de V. Exª, quanto do Senador Telmário, que preside esta sessão. São dois novos Senadores que nos honram com suas presenças no Senado Federal. E eu considero o tema que V. Exª aborda agora o primeiro tema do momento, a prioridade absoluta. Ou nós combatemos a corrupção e o modelo que dá dimensão a ela, ou o Brasil não alcançará os índices de desenvolvimento econômico compatíveis com a sua grandeza.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Isso.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Nós sabemos, Senador Hélio José, que conglomerados econômicos do mundo escolhem para investimentos os países com os menores índices de corrupção. E com isso o Brasil desperdiça oportunidades preciosas todos os anos, de investimentos geradores de emprego, de renda, de receita pública, de desenvolvimento econômico.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Se nós tivéssemos os mesmos índices de corrupção da Dinamarca, nós teríamos uma renda *per capita* 70% maior do que a renda *per capita* de hoje no nosso País. Veja que dado importante, não é?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Exato.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – E fala-se, a Transparência Internacional mesmo calcula que mais de US$70 bilhões por ano são desperdiçados no Brasil com a corrupção. Então, V. Exª traz à tribuna um tema prioritário. E enaltece o papel desempenhado hoje por instituições públicas fundamentais, como o Ministério Público, a Polícia Federal e a Justiça Federal, que apresentam ao País as mazelas existentes no organismo do Poder Público brasileiro. E isso é fundamental e crucial para o futuro do País. Parabéns a V. Exª pela escolha do tema e pela forma com que o aborda da tribuna do Senado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Só me honra fazer parte aqui deste Senado, com sua companhia e de outros nobres Senadores aqui desta Casa.

Realmente, a corrupção é um problema muito sério e muito grave. Quero dizer que acolho integralmente o aparte de V. Exª no meu pronunciamento, pela sua relevância.

No entanto, há que se fortalecer outra categoria profissional, que, apesar de sua atuação discreta, longe dos holofotes, tem uma atuação decisiva no combate à corrupção em todos os níveis. Falo dos técnicos em contabilidade e dos contadores, os contabilistas brasileiros.

O Conselho Federal de Contabilidade estima que o nosso País tem em torno de meio milhão de contadores e aproximadamente 82 mil escritórios de contabilidade ativos.

O profissional da Contabilidade tem um papel imprescindível para garantir a boa conduta das empresas, sejam públicas, privadas ou de economia mista, para impedir que bilhões de reais sejam desviados para o bolso de corruptos e de corruptores. Profissionais dos números, cifras e percentuais, eles podem contribuir para tornar mais transparente os balancetes, as prestações de conta, o controle interno das contas públicas e as auditorias. Podem, sem dúvida, coibir os atos ilícitos, pois têm a percepção da prática ilícita antes dos investigadores e dos tribunais, que só detectam quando se manifesta a prova material do dolo, nobre Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, o contador, ao contrário, sente o cheiro do malfeito quando se depara com dados díspares da realidade. Assim, no momento em que a polícia investigativa se debruça sobre o crime ou quando o Judiciário viabiliza o enquadramento penal, a "vaca", ou seja, o dinheiro público, muitas vezes já foi para o brejo, lamentavelmente. Mas, quando o contador denuncia ou alerta os seus superiores hierárquicos do indício de irregularidade, a sangria de recursos públicos pode ser estancada na fonte, evitando a hemorragia, como aconteceu no esquema de corrupção que abalou o alicerce da Petrobras, a maior empresa brasileira.

Segundo afirmou o Prof. Lourivaldo Lopes, mestre em Contabilidade pela PUC, São Paulo, o contador torna-se um verdadeiro agente denunciador de atos ilícitos. Para Vicente Sevilha, autor do livro *Assim nasce uma empresa,* o contador é um profissional liberal. Portanto, mesmo sendo funcionário de uma empresa, não se submete às ordens e decisões da administração, mas, sim, às regras técnicas que regulamentam o exercício de sua profissão. Portanto, ele não pode ocultar ou deturpar as informações que possui com vistas a colaborar com fraudes e corrupção. Ao contrário, de posse de informações estratégicas e privilegiadas, tem contato direto com documentos e operações que podem não só identificar os atos de corrupção, mas preveni-los.

O contador não é um maquiador das contas públicas e privadas. Ao contrário, ao seguir o que preconiza o Código de Ética Profissional do Contador, no tocante ao exercício da profissão com zelo, ele deve agir com diligência, honestidade e capacidade técnica, observando toda legislação vigente, em especial os *Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade*. Assim, sua atuação pode resguardar os interesses dos seus clientes, dos seus empregadores e da sociedade.

Nesse aspecto, saúdo a iniciativa de contabilistas brasileiros ao criarem, em 2013, a Anaconta (Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal), presidida pelo contador do Incra, Francisco da Chaga Lima, com o intuito de unificar os padrões técnicos e de conduta dos contadores que atuam em ministérios, autarquias e demais órgãos federais. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, afinal, chega de varrer a sujeira para debaixo do tapete.

A proposta da medida provisória que cria a Secretaria Nacional de Contabilidade, de conhecimento desta Casa de leis, encontra-se engavetada na Secretaria do Tesouro Nacional e sequer foi analisada pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), que até hoje faz vista grossa ao seu teor – eu queria que o Sr.

Ministro Nelson Barbosa pudesse se debruçar sobre essa questão importante da Secretaria Nacional de Contabilidade. Mas quero dizer que essa proposta terá o meu inteiro apoio e empenho no Senado Federal, pois penso, ao fortalecer a classe contábil como carreira de Estado, com remuneração digna e autonomia republicana, livre dos casuísmos políticos, que o Estado brasileiro pode dar o exemplo, que sempre deve vir de cima.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente, com muita tranquilidade, saudando nossos queridos contadores e técnicos em Contabilidade no Brasil, que formam essa classe tão numerosa, que são os contabilistas, que tanto fazem e trabalham em prol da não corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Hélio, quero aqui parabenizá-lo pelo discurso, até porque minha formação técnica é de contador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Que maravilha!

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, parabenizo V. Exª.

Aqui, no Senado, a experiência soma, e soma muito, para quem é do bem, porque o poder pode ser exercido tanto para o lado do bem quanto do mal. E o Senador Alvaro Dias é o exemplo do bem. Ele colocou com muito conhecimento de causa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quero destacar aqui o que ele disse: "Ninguém coloca seu dinheiro onde pode ser corrompido ou onde pode a corrupção tentar tirar seu lucro."

Portanto, ninguém vai colocar recursos em um local, um país, um Estado, um Município onde você corre o risco de que a corrupção esteja acima do suportável, porque seria utopia achar que somos capazes de acabar totalmente com ela, mas podemos viver, conforme já foi citado, como na Dinamarca, na Suíça e em outros países cujo princípio de democracia é muito forte e sério. São países que têm responsabilidade e integridade.

V. Exª falou muito bem.

Nesse ponto, chamo a atenção dos órgãos de controle, como TCU, CGU, Ministério Público Federal, Polícia Federal, e dos contadores, que, com certeza, são aqueles que se debruçam sobre os números e que acabam localizando essas irregularidades, que tanto mal fazem à sociedade. É a ferrugem da sociedade brasileira. É o câncer.

Parabenizo V. Exª.

Senador Alvaro, com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza. Incorporo seu pronunciamento ao meu. Concordo com V. Exª em relação ao que disse.

Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Telmário, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, há alguns anos, tive a satisfação de presidir, no Senado Federal, a CPI da Terra, que revelou as mazelas existentes no sistema fundiário brasileiro, diante, quase sempre, da incompetência do Governo, que acaba, através da omissão, da conivência, da complacência, alimentando a violência no campo.

As invasões de propriedades produtivas com a paciente contemplação governamental se tornaram lamentavelmente um fantasma na vida dos agricultores brasileiros. Com aquela CPI, nós revelamos uma relação promíscua do Governo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que, não possuindo identidade jurídica, utilizara-se de expedientes revelados pela CPI com a organização de cooperativas, a Concrab, a Anca, o ITerra, celebrando convênios com Ministérios que repassavas recursos com desvio de finalidade.

Recursos que deveriam ser destinados à reforma agrária, aos assentamentos, ao apoio técnico aos assentamentos, esses recursos eram desviados por essas organizações, paralelas ao MST, com o objetivo de alimentar o movimento de invasões a propriedades produtivas no País.

Recentemente, protocolei requerimento com pedido de informações ao Ministro da Justiça sobre ações adotadas pelo Governo Federal perante a destruição de pesquisas com eucalipto geneticamente modificado, perpetrada por vândalos, supostos meliantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; e, no dia 05 de março de 2015, milhares de plantas de eucalipto geneticamente modificado, em experimento autorizado dentro de estufas em Itapetininga, no Estado de São Paulo.

O Governo, ao longo de mais de uma década, observa, como expectador privilegiado, a destruição de laboratórios, experimentos com soja, eucalipto, milho transgênico e até laranja. Estamos aguardando resposta a esse requerimento.

Hoje, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para trazer informações e alertar o Governo para fatos que ocorrem no Estado de Goiás, no campo de Goiás. Valho-me de uma ata de reunião, realizada em Brasília, na sede da Ouvidoria Agrária Nacional, no dia 11 de junho, às 10h.

Eu poderia ler a ata com todas as informações, mas eu faço referência a alguns tópicos dessa ata, para passar a ideia do que vem ocorrendo, como ameaças às propriedades produtivas no Estado de Goiás, especialmente. Fala essa ata do que ocorre no Município de Alto Paraíso; na Fazenda Nova Era, no Município de Alto Paraíso, e nas Fazendas Pindorama, Isabel e Disbrave, localizadas no Município de São João da Aliança, e em outras fazendas, cujos nomes não foram mencionados nessa reunião.

Por exemplo, o proprietário da Fazenda Jatobá, no Município de São João da Aliança, foi ameaçado de extorsão pelo coordenador da FNL, Hugo Zaidan, para não invadir a mencionada fazenda. Esta é uma dissidência do MST, liderada pelo Rainha: Frente Nacional de Luta, que tem como coordenador nessa região de Goiás o Sr. Hugo Zaidan.

O Presidente do Movimento Agricultores Unidos e arrendatário da Fazenda União, Sr. Francisco José Martins Neto, esclareceu que as ocupações nas Fazendas Isabel e Cerrado, ambas no Município de São João da Aliança, pelos trabalhadores sem-terra ligados à FNL, aconteceram de maneira violenta, mediante uso de armas brancas e palavras de ordem.

Aqui, o Presidente do movimento e arrendatário da Fazenda União também esclareceu que, atualmente, os trabalhadores sem-terra do acampamento Nelson Mandela, ligados à FNL, encontram-se concentrados na Fazenda Cerrado, no Município de São João da Aliança, salientando que ouviu dizer que há aproximadamente duas mil famílias cadastradas no local. E mais: no Município de São João Aliança ainda, nas Fazendas Isabel e Cerrado, há trabalhadores rurais sem-terra ligados a essa frente, e tem ocorrido danos nas propriedades, tais como furtos, uso de drogas ilícitas, aliciamento de empregados, ameaça de incendiar máquinas, ameaça de destruição de lavouras e extorsão para não ocupação da propriedade.

Portanto, nós estamos verificando que há extorsão. O objetivo não é só a ocupação da propriedade. É a obtenção de vantagens com ameaça de invasão mediante extorsão. Há denúncia também do uso de drogas nessas invasões.

O Presidente do Movimento Agricultores Unidos afirma ainda que há uma situação de ameaça de invasão na região de São João da Aliança, em Alto Paraíso, inclusive em imóveis que têm interdito proibitório, conforme processo existente.

O Presidente afirma também que:

> Trabalhadores rurais sem-terra ligados à FNL invadiram a fazenda Cerrado [...] No entanto, somente parte da referida fazenda foi desapropriada, onde, atualmente, existe o projeto de assentamento Mingau, sendo que o restante continua de propriedade de Abib Miguel.

O que alegam os trabalhadores sem-terra é que Abib Miguel responde a um processo na Justiça do Paraná e que, como há esse processo, a propriedade não lhe pertence mais. E é evidente que, se não pertence a Abib Miguel, ela deve ser utilizada pela Justiça para uma eventual devolução de recursos que tenham sido desviados do Poder Público no Estado do Paraná

> "Fazendas de Isabel e Cerrado, invadidas pelos trabalhadores rurais sem-terra ligados à FNL, são fazendas produtivas".

Veja a seriedade desta denúncia:

> O Comandante da 14ª Companhia Independente da Polícia Militar de Alto Paraíso [...] esclareceu que trabalhadores rurais sem-terra ligados à FNL tentaram invadir a Prefeitura de São João da Aliança, com uso de armas brancas, e quando viram que a Polícia Militar ia impedir tal ocupação, fizeram baderna na cidade, tendo sido acompanhados até a saída da cidade.

O Comandante "esclareceu que mesmo tendo orientado os trabalhadores rurais sem-terra [...] no sentido de informar a intenção da ocupação previamente à Polícia Militar, objetivando, desse modo, que a ocupação não se desse de forma violenta, não obteve êxito".

O Comandante denuncia "que, há cerca de 6 meses, trabalhadores [...] agrediram um Promotor de Justiça e depredaram o seu veículo".

O Comandante esclareceu que os trabalhadores "ameaçaram invadir a fazenda Pindorama, localizada no Município de São João da Aliança, no vale do Paraná, inclusive mandando o proprietário retirar o gado sob pena de, não retirando, matar os animais, o que foi impedido pela Polícia Militar".

O Comandante da 14ª Companhia Independente esclareceu que os trabalhadores sem-terra ligados a essa Frente disseram que vão invadir outras fazendas no Município de São João.

O Comandante disse "que teme que o conflito agrário na zona rural de Alto Paraíso e São João da Aliança seja palco de massacre como o de Eldorado dos Carajás, haja vista que teve conhecimento de que, nos dias 12, 13 e 14, vão invadir fazendas".

Agora, uma denúncia que tem que ser apurada – é preciso que, inclusive, o Ministro da Justiça determine a apuração desta denúncia:

> O Comandante da 14ª Companhia Independente da Polícia Militar de Alto Paraíso, major Carlos Eduardo Belelli, esclareceu que recebeu informações de que o coordenador da FNL, Hugo Zaidan, possivelmente está traficando drogas no acampamento Nelson Mandela e em outros acampamentos, o que lhe foi informado por assentados no projeto Cachoeira dos Couros.

O Ministro tem todos esses indícios e essas informações para determinar uma investigação urgente. Não é possível que o Governo, diante de uma denúncia dessa natureza, que parte de uma autoridade policial, o Comandante da 14ª Companhia Independente da Polícia Militar de Alto Paraíso, em Goiás, fique paralisado e não tome as providências necessárias para a investigação e, evidentemente, a responsabilização.

Enfim, poderíamos continuar fazendo a leitura dos vários tópicos desta ata que revela as mazelas existentes nesse movimento que se organizou nessa região de Goiás, mas vou fazer apenas algumas considerações sobre essa reunião, que contou com mais de uma dezena de pessoas, entre elas, representantes da Defensoria Pública da União, do Ministério da Justiça e da Polícia Militar de Goiás, o Presidente do Movimento Agricultores Unidos, Sr. Francisco José Martins Neto, e diversos outros proprietários de terras, abordando a situação que está sendo vivida pelos agricultores do Município de São João d'Aliança e de Municípios vizinhos, perante as ações de invasão de terras por integrantes da Frente Nacional de Luta, organização dirigida nacionalmente pelo Sr. José Rainha.

Na reunião, o Presidente do Movimento Agricultores Unidos fez um relato da situação – a alguns tópicos da ata já fiz aqui referência: a invasão das Fazendas Santa Isabel e Cerrado; que o proprietário da Fazenda Jatobá foi ameaçado de extorsão; que o Sr. Edilson de Souza, sócio da Agropecuária Nova Era, suspendeu o plantio que faria por insegurança; que, atualmente, esse movimento conta com 2 mil famílias.

Na ata, chama a atenção – eu quero que, especialmente, o Ministro da Justiça considere esta informação – a advertência feita pelo Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo de que o "movimento popular visando a implementar a reforma agrária não caracteriza crime contra o patrimônio, configura direito coletivo" e que, por isso, não compete às polícias Militar, Civil e Federal impedir ocupações de imóveis rurais por trabalhadores sem-terra. Ora, Sr. Presidente, isso é muito grave! É o representante do Governo, portanto, o representante da Presidência da República – ele foi, pela Presidente Dilma Rousseff, nomeado Ouvidor Agrário Nacional. Ele acaba alimentando, motivando, estimulando as invasões às propriedades produtivas. Ele acaba, portanto, com essa afirmação, estimulando a violência no campo, o desrespeito à ordem constituída, a afronta à legislação vigente no País, especialmente à Constituição Federal!

Ele faz referência a um voto do Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro em julgamento de *habeas corpus*. Na verdade, ele pinça um detalhe desse voto, mas o que está ocorrendo na região de São João d'Aliança, que se repete em outras regiões do Brasil, provoca uma trinca, uma rachadura no instituto do direito à propriedade e preocupa, sobremaneira, pelo fato de que o que ocorre ali, seguramente, é o embrião de um problema maior, que deverá se alastrar pelo noroeste goiano.

Outras fontes informaram que, além de invadirem fazendas da região, integrantes da Frente Nacional de Luta, liderada por José Rainha, utilizam carros de som para convidar pessoas para participarem das invasões, além de arregimentarem pessoas desempregadas ou interessadas em participar do movimento.

Quando o Ouvidor Agrário Nacional diz que a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal não possuem autoridade para impedir as invasões, ele desconsidera o que decidiu o Supremo Tribunal Federal em decisão proferida no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.213, de 4 de abril de 2002, pelo extraordinário, competente e honrado Ministro Celso de Mello. Eu posso destacar os seguintes argumentos do Ministro Celso de Mello:

> O esbulho possessório, mesmo tratando-se de propriedade alegadamente improdutiva, constitui ato revestido de ilicitude jurídica [...]
>
> Revela-se contrária ao Direito, porque constitui atividade à margem da lei sem qualquer vinculação ao sistema jurídico, a conduta daqueles que – particulares, movimentos ou organizações sociais – visam, pelo emprego arbitrário da força e pela ocupação ilícita de prédios públicos e de imóveis rurais, a constranger, de modo autoritário, o Poder Público a promover ações expropriatórias para efeito de execução do programa de reforma agrária.

O processo de reforma agrária, em uma sociedade estruturada em bases democráticas, não pode ser implementado pelo uso arbitrário da força e pela prática de atos ilícitos de violação possessória...

A atuação do Governo Federal, a orientar que as polícias não impeçam a invasão de imóveis rurais, pinçando argumentos apenas aparentemente favoráveis a esse entendimento, só faz recrudescer a violência no campo e ampliar a insegurança jurídica no campo, se é que ainda é possível esse sentimento presente no campo...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ... de norte a sul do Brasil. O Governo Federal não pode mais continuar omisso perante a defesa do direito de propriedade, especialmente a propriedade rural.

Sr. Presidente, eu poderia apresentar outros lances dessa inusitada reunião em que o Ouvidor Agrário Nacional estimula a violência no campo, a arbitrariedade, o uso de práticas ilícitas, para afrontar a lei, a Constituição do País e para subtrair direitos assegurados a aqueles que, ao longo do tempo, com o suor do rosto, o esforço diário, o trabalho incessante, construíram um patrimônio privado. Não, Sr. Presidente, não podemos admitir que um representante do Governo, nomeado pela Presidência da República, atue de forma a afrontar a lei e, sobretudo, estimular a violência, o esbulho, a prática ilícita de subtrair direitos de propriedade de agricultores do Brasil.

Espero, Sr. Presidente, que o Governo atenda a esse apelo e adote as providências para impedir a ampliação dessa insegurança que já campeia solta nessa região de Goiás e, certamente, encontra similar em outras regiões do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Álvaro, sem nenhuma dúvida, a leitura dessa ata, com o assunto que V. Exª traz a esta tribuna, é da mais alta gravidade, porque o direito constituído, o direito democrático, a ordem jurídica... A prevalecer essa verdade, sem nenhuma dúvida, fere profundamente, desequilibra e cria toda essa violência no campo.

Agora, vamos dar oportunidade à Senadora Vanessa, do Estado do Amazonas, que também representa meu Estado, vizinho e amigo. Ela é do Partido mais antigo do Brasil, o Partido que conseguiu caminhar, ao longo da história brasileira, ultrapassando as barreiras antidemocráticas, que hoje nos oportuniza estar aqui no Senado debatendo democraticamente as questões políticas da Nação, o PCdoB.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, é com muita alegria que eu venho à tribuna, neste momento, para falar do ato que nós acabamos de realizar em Teresina, a capital do Estado do Piauí.

Um ato que faz parte da nossa campanha nacional Mais Mulheres na Política e que, no Estado do Piauí, foi organizado pela Senadora Regina Sousa, que deverá chegar mais tarde porque ainda ficou lá debatendo com muitas mulheres que se deslocaram, do Estado inteiro, até o teatro da Assembleia Legislativa. Foi um ato que contou, creio, com mais de 600 pessoas, porque era um recinto grande completamente lotado e com muita gente de pé.

Sr. Presidente, esse ato de hoje – conforme disse, coordenado e organizado pela Senadora Regina, pela Deputada Federal Iracema Portella, pela Deputada licenciada, hoje Secretária de Estado de Educação, Deputada Rejane – contou com a presença – faço este registro –, além da Senadora Regina, dos dois outros Senadores do Estado do Piauí: Elmano Férrer e Ciro Nogueira.

Sr. Presidente, também esteve lá o Governador do Estado do Piauí, nosso querido ex-Senador Wellington Dias, que não apenas foi ao evento, mas fez um belo pronunciamento falando do seu apoio à proposta defendida pela Bancada Feminina, de mudança da cota vigente hoje no Brasil, a cota de 30%. O que queremos mudar é a cota de vagas de candidaturas para cota de cadeiras, efetivamente.

Um ato, Sr. Presidente, que surpreendeu pela representatividade. Lá estavam mulheres de todo o Estado do Piauí – prefeitas e vereadoras. Lá estava a Delegada da Mulher, estava o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal. Um ato extremamente representativo. A Senadora Regina, ampla que é, teve a capacidade de permitir que todos e todas se pronunciassem: representantes dos movimentos sociais, sindicais, de mulheres, Parlamentares, gestores e gestoras públicas; Enfim, foi algo fenomenal.

Eu dizia, hoje pela manhã, assim como disse a Senadora Regina, que esse ato no Piauí acontece exatamente às vésperas da votação da matéria, que acontecerá amanhã, de acordo com o calendário estipulado pela Câmara dos Deputados, pelo seu Presidente, Deputado Eduardo Cunha, que diz respeito às cotas para as mulheres, entre outras matérias da reforma política. Então, foi um ato muito importante.

Amanhã, Sr. Presidente, a partir das 11h30, nós estaremos todas, Senadoras, Deputadas, a Ministra Eleonora já confirmou presença, assim como outros representantes dos movimentos sociais, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, fazendo o lançamento da segunda edição do livreto *Mais Mulheres na Política*. O primeiro livreto, lançado há dois anos, não apenas faz uma retrospectiva da participação da presença da mulher no Parlamento brasileiro – desde o direito ao voto até a eleição da primeira Deputada Federal –, mas apresenta dados atualizados do posicionamento do nosso País hoje, diante do mundo, em relação à presença das mulheres no Parlamento. Então, amanhã, a partir das 11h30, no Salão Nobre da Câmara.

Quero convidar V. Exª, Senador Telmário, que não pôde estar no ato de Roraima, porque lá não se encontrava, mas que, publicamente, tem hipotecado apoio a essa que não é uma luta das mulheres, mesmo porque a cota não é das mulheres, a cota é de gênero. V. Exª perceba que o que nós estamos propondo – como soa bem aos ouvidos e como é democrático – é que nenhuma Casa Legislativa do Brasil deva ter mais de 70% das suas cadeiras preenchidas com Parlamentares do mesmo sexo.

É muito importante a presença também dos Parlamentares homens, mostrando e hipotecando essa luta que, obviamente, é a luta pelo empoderamento das mulheres, mas é a luta pelo aperfeiçoamento, pelo desenvolvimento da democracia e da justiça social no País.

Muitos perguntam: "Mas por que a mulher no Parlamento?". Vejam, V. Exªs, os senhores e as senhoras que nos ouvem, que acompanham a TV Senado e a Rádio Senado, a sociedade brasileira é constituída de duas grandes metades: uma metade de homens e uma metade de mulheres. A complementaridade do pensamento, da ação dessas duas partes faz com que a sociedade siga se desenvolvendo, e é exatamente essa complementaridade, Sr. Presidente, que falta ao Parlamento brasileiro.

É impensável – eu considero inimaginável –, mas esta é a nossa realidade: um País que tenha 52% de eleitores mulheres que têm direito de votar e de serem votadas e que só ocupem 10% das cadeiras no Parlamento. É inimaginável explicar esse fato, argumentando-se que não há interesse das mulheres na política.

Isso é, como diz o velho e correto ditado popular, querer tapar o sol com a peneira. Ou será que só as brasileiras não têm vocação para a política? As argentinas, as uruguaias, todas têm.

As mulheres do Oriente Médio têm mais vocação para a política do que nós, as brasileiras? É óbvio que não, Sr. Presidente. A ausência e a pouca presença da mulher na política e nos espaços de poder é explicada, sem dúvida alguma, por séculos e séculos de opressão que a mulher sofre na sociedade. Até hoje a mulher sofre opressão, até hoje a mulher é discriminada pelo simples fato de ser mulher, mas quando se trata de política, de parlamentares mulheres, este item, em especial, dialoga diretamente com o modelo político eleitoral de cada país.

E é isso que explica, Senador Telmário, o porquê de no Oriente Médio haver mais mulheres no parlamento do que em um país muito mais avançado, como é o nosso, o Brasil, que não permite a discriminação, que tem uma legislação dura contra qualquer forma de discriminação. Mas é a lei, é o ordenamento jurídico, político e eleitoral que faz com que a mulher esteja mais ou menos presente no Parlamento.

O exemplo que costumamos dar, porque é didático e, mais do que isso, é muito recente, é o exemplo da Argentina. A Argentina viveu e conviveu por muito tempo com um percentual semelhante ao nosso. Na Argentina, somente 13% das cadeiras do parlamento eram ocupadas por mulheres, até que aconteceu uma reforma política e, de uma eleição para outra, as mulheres passaram a ocupação de 13% para 37%, Senador Telmário, repare.

Que sistema foi definido pela Argentina? O sistema de lista partidária pré-ordenada – em outras palavras, lista fechada –, com alternância de gênero: dois para um, ou um para um; dois homens ou duas mulheres para um homem e vice-versa. É esse o sistema que vigora na maior parte dos países. Mas existem vários países que adotam cotas de cadeiras.

E por que nós, da Bancada Feminina, optamos por defender a cota de cadeiras? Optamos por defender a cota de cadeiras levando em consideração o sistema eleitoral vigente no Brasil, cuja relação de candidatura, as listas de candidatura são listas não ordenadas, são listas que serão ordenadas a partir do voto.

No ano em que o Brasil comemora 20 anos da Lei de Cotas, é preciso parar e fazer um balanço: a nossa lei foi eficiente, como tem sido em outros países, cuja média da presença da mulher varia de 20% a 25%? Será que é? É óbvio que não. Mesmo porque o tipo de cotas que temos no Brasil é uma cota de candidaturas. A primeira e única eleição em que conseguimos preencher os 30% – não chegou a 30%, ficamos em 29,5% – foi a última, de 2014, porque até 2009, Sr. Presidente, não era obrigatório o preenchimento, apenas havia reserva de vagas. E essas vagas, na sua grande maioria, ficavam vazias, não eram preenchidas. Em 2009, com a minirreforma eleitoral, com a mudança que promovemos, os partidos, as coligações passaram a ter a obrigação de preencher, e somente nas últimas eleições é que conseguimos o preenchimento.

Mas esse é apenas um passo. E depois da candidatura definida, que espaço as mulheres têm no horário eleitoral de seus partidos? Nenhum. Que acesso que as mulheres têm aos recursos do Fundo Partidário? Nenhum. Por isso, a nossa lei é ineficiente.

Amanhã, estaremos acompanhando a votação da Câmara. Repito: às 11h30, teremos esse evento, o lançamento da segunda edição do livreto, que é preparado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, pela Procuradoria do Senado, com a colaboração e o empenho da Consultoria desta Casa, e pela Câmara dos Deputados, através da Secretaria da Mulher, que unifica a coordenação da Bancada Feminina e a Procuradoria da Mulher na Câmara dos Deputados.

Então, faremos o lançamento desse livro. Esperamos contar com a presença de algumas e de alguns Ministros do TSE, da Ministra Eleonora, com a presença maciça de Parlamentares mulheres, e de Parlamentares homens também, Senador Cristovam. Se V. Exª puder chegar lá e hipotecar seu apoio, num dia que é tão importante e histórico, porque a Câmara estará votando a cota de mulheres no dia de amanhã, será muito importante e fundamental.

Antes de encerrar a primeira parte do meu pronunciamento, quero cumprimentar muitíssimo a Senadora Regina Sousa, que, repito, somou esforços durante esse período todo e conseguiu, ao lado da Deputada licenciada Rejane, ao lado da Deputada Iracema Portella, organizar um belo evento na cidade de Teresina. Repito: muito mais do que grandioso, um evento representativo.

Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de falar que o ato de hoje foi realizado sob profunda comoção. Profunda comoção.

O Estado do Piauí vive uma comoção, o Brasil vive uma comoção. No dia 27 de maio – a imprensa publicou de forma intensa o fato –, quatro meninas sofreram estupro coletivo, Sr. Presidente, na cidade chamada Castelo do Piauí. Quatro meninas, entre 15 e 17 anos de idade, sendo que uma delas veio a falecer, Daniela, de 17 anos de idade.

Os malfeitores estão presos, detidos em Teresina. Castelo do Piauí é uma cidade que tem em torno de 18 mil habitantes e fica a pouco menos de 200 quilômetros da capital Teresina.

A população está comovida com o fato, porque é bárbaro. É bárbaro o que fizeram com quatro garotas, sendo que três estão hospitalizadas e uma veio a falecer.

Então, foi um ato brilhante o debate pelo empoderamento das mulheres, mas um evento triste porque comovido está o Estado do Piauí, comovido está o Brasil com esse fato.

O que ouvimos de todas as mulheres que puderam se manifestar foi uma única voz clamando justiça contra os monstros que promoveram esse tipo de atitude. Um deles é maior de idade, tem em torno de 40 anos, que utilizou outros menores para promover isso. E, depois de tanta brutalidade que praticaram contra essas meninas, ainda as atiraram de um penhasco de mais de oito metros.

À noite a população foi em busca das quatro meninas, que foram a um morro tirar fotografias da cidade, em duas motocicletas. Como a polícia havia localizado as motocicletas horas antes, toda a população foi ao morro procurar, e encontrou os corpos embaixo. As quatro ainda estavam vivas, mas uma veio a falecer logo após a descoberta.

Enfim, fica aqui a nossa solidariedade e a nossa luta a fim de acabar com esse tipo de violência, que, infelizmente, acomete toda a sociedade, mas as maiores vítimas ainda são as mulheres e a meninas.

Mas, Sr. Presidente, eu também quero aproveitar este momento para informar de um outro evento de que participei, este na sexta-feira passada.

Na sexta-feira, eu estive no Paraná, participando do último dia da reunião do Conselho Nacional do Ministério Público. Tivemos a eleição da nova Mesa do Conselho Nacional do Ministério Público, cuja Presidência fica a cargo, está a cargo, do Ministro dos Direitos Humanos do Governo brasileiro, Pepe Vargas. Essa reunião aconteceu no Estado do Paraná, em Curitiba, atendendo a um pedido, a um clamor da sociedade, por conta do episódio que ocorreu no dia 29, creio que de abril, quando os professores se organizavam, e não só os professores, mas os servidores públicos, se organizavam contra a votação de uma lei que diminui, retira direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos, uma lei que trata da aposentadoria dos servidores públicos do Estado do Paraná; eles, que estavam em frente à Assembleia Legislativa, acampados já há alguns dias, de forma pacífica, nada violenta, tranquila, pelo contrário, foram, no dia da votação, recebidos pela Polícia Militar do Estado do Paraná com toda a truculência e violência.

Então, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos do Brasil se deslocou até o Paraná e, após a reunião da eleição da Mesa, realizou a audiência pública que havia sido solicitada por eles e ouviu todos os segmentos: o Sindicato dos Jornalistas, a Defensoria Pública, o Ministério Público. E vejam, como relataram aqui os Senadores Gleisi e Requião, que foram representando o Senado no dia. Havia muitos indícios de que aquele dia seria um dia de grande violência, e eles tentaram alertar o Governo do Estado; "eles" não apenas o movimento sindical,

não apenas os Parlamentares, mas a própria Defensoria Pública, o Ministério Público também – ouvimos esses relatos de forma clara –, tentaram alertar o Governo do Estado que orientasse melhor a Polícia Militar, para que não partisse para cima dos professores. Mas nem isso adiantou, foram mais de duas horas de bombas, segundo relatos que ouvimos, atiradas de tudo que é lado: de cima do prédio do Tribunal de Justiça, de cima do prédio da Assembleia Legislativa, debaixo nos carros, enfim atirados de forma aleatória. Mais de 200 pessoas ficaram feridas naquele episódio.

E eu saio de lá com a certeza de que o Ministério Público e a Defensoria Pública estão se mexendo na tentativa de não manter aquele evento impune.

Por exemplo, ouvimos lá um relato de pessoas que se encontravam dentro da Assembleia Legislativa, como o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Deputado Tadeu, que relatou de forma clara que, por várias vezes, era dito ao Presidente da Assembleia Legislativa ...

(Soa a campainha.)

***A* SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... o que estava ocorrendo do lado de fora e havia pedidos de que cessasse a reunião da Assembleia Legislativa. Mas o Presidente dizia: "Não, lá fora está tudo tranqüilo", ouvindo o som das bombas.

Enfim, é um tipo de manifestação que não apenas não ajudou a pacificar o momento, mas contribuiu muito para que esses atos de violência despropositada, desproporcionada tivessem curso, Sr. Presidente.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos deixou claro que está acompanhando muito próximo as investigações todas, está cobrando, assim como nós. Eu pude levar e distribuir – e já era do conhecimento de todos, porque assim o fizeram os Senadores Gleisi e Requião, que lá estiveram acompanhando e formando a comitiva – cópia de uma moção que nós aprovamos,...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... assinada pela grande maioria dos Srs. Senadores e Senadoras. Inclusive todos nós que aqui estamos assinamos essa moção, não apenas de solidariedade aos servidores do Estado do Paraná, aos professores, mas também exigindo apuração e punição para quem deva ser punido. Porque, enquanto não tivermos esse tipo de punição, nas próximas manifestações, isso poderá voltar a ocorrer, o que não é bom para a democracia, o que não é bom para o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Então, trazendo aqui esses informes, eu concluo o meu pronunciamento agradecendo a V. Exª pela paciência, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, não posso iniciar dizendo da minha satisfação de tê-lo como Presidente neste momento em que eu falo, meu caro Senador Reguffe.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quem observa a política hoje – e é uma pena, ao mesmo tempo, que você esteja na Presidência e não esteja ali para a gente ter um debate – deve achar que o sistema ficou louco, que nós enlouquecemos. Não faz mais lógica grande parte do que a gente faz e até desfaz aqui, além de que parece haver falta de lógica e excesso de deboche em muitas das decisões que nós tomamos.

Há duas semanas, o debate aqui relacionado com as medidas provisórias do ajuste fiscal dava a impressão de que aqueles que sempre foram da chamada esquerda, defensora dos trabalhadores e dos pobres, viraram os vilões das camadas mais pobres, e os que sempre foram da ala chamada conservadora se transformaram aqui nos defensores dos trabalhadores e dos pobres. E o pior é que, em relação àquela medida, é verdade isso. Mas por que isso e o que vai acontecer depois?

Essa semana, outros fatos mostraram a ilógica do processo. Um dia, o Banco Central, que é atrelado ao Governo no Brasil... E eu defendo que não fosse atrelado, mas é, a ponto de ser o único no mundo, provavelmente, em que o Presidente do Banco Central é Ministro de Governo. Isso é um contrassenso para qualquer pessoa que tenta entender a necessidade de que a política monetária deve zelar pela moeda e não pelos interesses governamentais do momento.

Pois bem. O Banco Central, atrelado ao Governo, um dia, aumenta a taxa de juros; no outro, a Presidente defende o aumento do consumo. São duas coisas absolutamente contraditórias! Como se não bastasse, fazem-se cortes nos gastos públicos. Ao cortar gastos públicos, leva-se a uma redução da moeda em circulação, que leva a uma redução do consumo, necessariamente. E vemos aqui a Presidente dizer que as pessoas comprem mais, dizendo: agora, eu vou dar menos dinheiro para vocês. E vou não só dar menos dinheiro no final do mês, no contracheque, mas vou também aumentar os juros, que é a maneira que a pessoa que não tem o dinheiro no contracheque usa para comprar o que precisa, ou seja, tira dinheiro emprestado do cartão de crédito, por exemplo.

Essas contradições partem de uma falta de lógica na maneira como estamos enfrentando os problemas. E isso tem a ver, Senador Reguffe, a meu ver, com a maneira leviana como tratamos a palavra austeridade. Nós gastamos mais do que era possível. Agora, tem de haver austeridade. Mas, fala-se em austeridade fiscal sem querer entrar na austeridade do consumo. Isso é uma contradição. Vimos a maneira como se gasta exageradamente, em todos os aspectos, em desoneração, por exemplo, da indústria automobilística, para vender mais carro.

A antiausteridade, o excesso, o gasto exagerado levariam a uma quebra – todos sabiam disso. Agora a gente diz: "Não, não dá mais. O Governo tem que restringir os gastos, mas vocês continuem comprando muitos carros". Não faz sentido. Não há lógica. A austeridade fiscal é necessária. E quem fica contra é porque nunca aprendeu as quatro operações. Existe uma coisa que é tão forte como a Lei da Gravidade. Se eu soltar isto aqui, ele cai. Se eu gastar um real com uma coisa, eu não posso gastar com outra. É aritmética financeira. Nós vamos entrar no período da austeridade. Só que é preciso entender essa austeridade no seu sentido mais amplo. Nós vamos ter que cortar consumo, Senhora Presidente! Mas isso não quer dizer que vai ter que piorar a qualidade de vida.

O grande desafio, a grande dúvida para os próximos candidatos a Presidente da República – eu espero que eles entrem no debate – é saber como melhorar a vida das pessoas, como melhorar o padrão de vida das pessoas, mesmo que não tenham que trocar de carro a cada dois anos. É outra a lógica que tem que zelar pela construção do futuro do Brasil. E como é que se faz isso? Ora, se você reduz as filas nos hospitais, compensa você perder algum nível de consumo. Se você pode andar nas ruas sem medo de ser assaltado, pode, sim, aceitar reduzir um pouco o consumo e sentir-se mais feliz da vida, sentir-se bem. Se você tem uma escola pública de qualidade – e não precisa gastar dinheiro com o setor privado para dar uma boa educação às suas crianças –, você pode até aumentar um pouquinho de consumo com esse dinheiro, sem sacrificar a qualidade da educação de suas crianças. Nós temos que sair da equação que se utiliza de renda e consumo, renda do Governo, renda privada e consumo para uma equação maior, que é definir como melhorar o bem-estar da população, mesmo gastando menos. Esse é o desafio.

E hoje, Senador Reguffe, aqui no Distrito Federal, nós, Parlamentares do PDT, tivemos uma reunião com o Governador. Vinte e dois Governadores – 22 dos 27 – estão em situação extremamente difícil nas suas finanças. Vinte e dois Governadores, talvez até o final do ano, deixem de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que fará deles inelegíveis. Isso é uma realidade. E dentre esses 22, provavelmente o Distrito Federal esteja numa situação pior ainda. O que não pode é, por conta disso, parar a máquina do Governo.

Quando você tem pouco dinheiro, a solução é ter muita criatividade. E é possível sim. Não compensa. Com criatividade, você não melhora o salário dos trabalhadores do setor público. Precisa de dinheiro. Mas você pode melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores, mesmo sem aumentar o consumo deles. Você tem coisa a oferecer. Por exemplo, melhorar a qualidade de vida na cidade onde ele mora.

Nós podemos humanizar as cidades, mesmo sem gastar dinheiro ou muito dinheiro. Qual foi, Senador Reguffe, o gesto que a população do Distrito Federal reconhece como a de mais humanização que a gente já fez aqui? O respeito às faixas de pedestre. Custou nada, só um pouco de cal para pintá-las. O processo educacional que levou o respeito às faixas de pedestre foi feito por PMs. Eles serviam de orientadores. Nós fizemos isso usando, nas escolas, o incentivo para que as crianças aprendessem. Na hora em que as crianças aprenderam a respeitar a faixa de pedestre, elas se sentiam com poder de mandar o pai parar o carro para que um pedestre passasse. E hoje há creche aqui no Distrito Federal com criança de três anos que põe meninos no velocípede e outros colocando a mão para parar. Não foi dinheiro que fez esse gesto.

Para humanizar o centro de uma cidade não é necessário tanto dinheiro. Pintam-se os meios-fios, coloca-se uma rua como sendo só de pedestres, criam-se jardins com flores, e isso é possível sem ferir Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas é preciso mudar a ótica. É preciso mudar a ótica dos sindicatos que só buscam os reajustes da categoria, esquecendo que cada trabalhador é cidadão também.

Ele tem que perceber que o associado do seu sindicato pode se beneficiar de coisas que beneficiam a todos, porque o trabalhador é parte do todo. Ele não é só categoria, ele não é só corporação. Ele é população, ele é cidadão. É uma lógica nova.

O próprio Senador Reguffe, que aqui está presidindo, em mais de uma conversa comigo, tem chamado a atenção de que um dos grandes temas do debate presidencial, daqui a dois, três anos, vai ser a gestão do setor público – não é isso, Senador? O senhor é um dos que me chamaram a atenção para isso. É a questão da gestão, mudando a lógica, mudando o propósito. O propósito apenas de aumento do Produto Interno Bruto se esgotou. É preciso aumentar, sim, dependendo do produto, mas não basta aumentar. É de algo novo que a gente precisa, e esse novo exige austeridade e gesto de austeridade dos governantes.

Hoje, na conversa com o Governador, ele manifestou sua descrença – que eu compartilho com ele – em melhorar a saúde por meio de mais hospitais. Não vai dar, não se consegue. É preciso reduzir o número dos que precisam ir ao hospital, em vez de aumentar o número de quartos de hospital. E Brasília teve uma experiência nesse sentido durante o meu governo: a experiência do Saúde em Casa, quando a gente reduziu o número, passando a ter leitos sobrando nos hospitais. Duas coisas fizeram isso: a campanha do trânsito, que reduziu o número de acidentados, liberando leitos, liberando UTIs, sobravam leitos nas UTIs na seção de politraumatizados, e aumentou a renda do governo, porque se cobrava multa de quem não cumpria a velocidade.

Eu gostava de usar a ideia de que, quando a gente põe dois problemas juntos, eles se anulam, se você escolher bem. Como duas pessoas solitárias que, quando se encontram, a solidão de cada uma se anula. A solidão que duas pessoas sentem cada uma se anula quando se põem juntas. Dois problemas juntos podem se anular.

Havia o problema do excesso de velocidade, havia o problema do excesso de acidentes. A gente reduziu a velocidade, reduziram-se os acidentes, e resolveu parte do problema da saúde. O Saúde em Casa ajudou.

Mas eu dizia ao Governador que era preciso, talvez, alguns gestos ousados de austeridade até no comportamento.

Eu acho que, na hora em que o Governador começar a usar o serviço público de saúde, e também os seus secretários, e pedir que nós, aqui, também façamos isso, o povo começará a melhorar a própria vida pessoal; começará a sentir que está diante de pessoas responsáveis que zelam pela saúde pública, de fato, até porque usam a saúde pública.

São gestos como esses, são medidas como essas que retomariam a busca de um novo propósito. O Brasil vai precisar, a partir de agora, não apenas de retomar o equilíbrio, mas também de mudar o propósito.

Durante quanto tempo se falou que a distribuição de renda tinha que ser feita e que era preciso aumentar o bolo para distribuir? Há cem anos, a gente aumenta o bolo, e a distribuição de renda não muda. Tem que mudar a lógica. A lógica não é distribuir a renda. A lógica é distribuiu o saber, colocando toda criança em escola de qualidade. Aí a renda se distribui. A renda não se distribui por ela. A renda se distribui por outra coisa, que é a escola. A escola é o caminho para distribuir a renda, gente! Não é a fábrica. Prometeram que, fazendo mais fábricas no Brasil, a gente ia produzir mais automóveis, gerar mais emprego, e a renda se distribuiria.

Nos anos 70, foi preciso concentrar a renda pra vender mais carros. E como se resolveu mais recentemente? Não dava para concentrar mais a renda para vender mais carro. Mas carro é um produto que exige muita renda. Como se resolveu isso? Endividando a população – endividando. Compre carro e pague em cem meses. É a mesma coisa de concentrar a renda para vender mais carro, só que concentra na pessoa que não tem renda e que, depois, vai ter que pagar o empréstimo. Ela enriquece hoje com o cartão de crédito, como se fosse um assalto a banco. Recebe o dinheiro no cartão de crédito, o que, muitas vezes, funciona como uma arminha. Você assalta um banco pagando com o cartão de crédito, só que, depois, o banco vem com outra arma e cobra de volta com juros, e juros altos.

Tem que mudar essa lógica, que é melhorar o transporte público, para que as pessoas não precisem comprar carros. É transformar a indústria de automóvel em indústrias de veículos de transporte público. Quando arrebentou a guerra nos Estados Unidos, nos anos 40, o que se fez com a indústria de automóvel? Passou a fazer tanque de guerra. A gente não tem guerra, felizmente. Pode transformar em outros produtos, como ônibus escolares, pequenos ônibus escolares. Existem formas de se fazer isso, mas é preciso mudar a lógica. Mas, lamentavelmente, a gente não está mudando a lógica, e aí endoida.

Como a Presidente, que chega um dia e aumenta os juros e, no outro, manda você comprar mais carros. Isso é uma doidice! É uma doidice! Porque não quer romper a lógica, não quer trazer o novo, não quer mudar a proposta, quer ficar no mesmo. Aí fica louco, aí endoida, aí promete uma coisa hoje e outra amanhã. E aí cai nos pacotes, o pacote daquela semana, em vez de uma política de longo prazo.

Voltando, eu creio que o Governo do Distrito Federal vai ter que mudar sua lógica. A lógica de que não tem dinheiro, o que é uma realidade, está levando ao suicídio. Hoje, os administradores das cidades, que são os prefeitos no Distrito Federal, acomodaram-se. Quando as pessoas dizem "tem um buraco na minha rua", eles dizem "não tem dinheiro", em vez de sentar e dizer: "Vamos ver. Você não tem condições de ajudar a tapar esse buraco? Não tem um empresário que seja capaz de, tapando o buraco, ganhar mais, porque os carros não quebram na porta da loja dele e, por isso, ele vai vender mais?" Não querem quebrar a lógica. Acomodaram-se.

De nós do PDT, cobram-nos se somos base do Governo ou se somos oposição ou independentes. Eu creio – e nisso tenho certeza de que estou sintonizado com o Senador Reguffe – que nós somos base do Distrito Federal. Está de acordo, Senador? É isso o que o senhor tem dito de outra maneira. Nós somos base do Distrito Federal, não do Governo. Agora, como base do Distrito Federal, nós apoiamos o Governo em tudo o que é certo, como o senhor sempre diz, e vamos criticar tudo o que é errado, e não precisamos de cargo para isso.

Eu disse a ele: "Mande os secretários – e eu não conheço quase nenhum –, que eu estou disposto a passar sugestões na área que me interessa". E nós temos quadros no PDT de outras áreas. Vamos passar as ideias para que eles façam. Mas eles têm de quebrar essa inércia, têm de quebrar o vício, o acomodamento, a prisão na armadilha que eles receberam. A armadilha não foi criada pelo Governo atual. Foi o governo anterior que gastou mais do que podia e prometeu mais do que devia. Mas ele tem que desarmar a armadilha, e não se acostumar e se viciar nela como desculpa para não fazer as coisas. Isso é possível. Precisa de uma nova lógica. Não tem dinheiro, vamos ser criativos. Mas o povo tem o direito de querer que o Governo conserte as coisas erradas que este País tem e não está consertando.

E nos deixa em uma posição incômoda, porque nós somos responsáveis por este Governo, nós elegemos este Governo – até porque o candidato que tínhamos era o Senador Reguffe, que abriu mão. Então, nós somos responsáveis.

Não somos oposição, não sei bem o que é independência, mas somos base do Distrito Federal, não do Governo.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Queremos auxiliar o Governo para melhorar a vida no Distrito Federal, e a nossa contribuição é tentar mudar a lógica e trazer criatividade, com respeito ao povo e ouvindo o povo. Conserto, com s, das coisas erradas, e um concerto, com c, ouvindo o povo. O Governador tem que ser mecânico para consertar, com s, e um maestro, para concertar, com c, ouvindo a população.

Nossos professores estão descontentes, porque falam que talvez não recebam o salário de outubro, porque, de fato, os aumentos que foram dados são escandalosamente altos em relação à receita do Governo; não são altos em relação ao desejo do professor, mas em relação à disponibilidade são. Só que eles não estão descontentes só com o salário, estão descontentes porque não são ouvidos; porque não se faz a reforma do currículo, ouvindo-os; porque não se melhora a qualidade do prédio que não exige muito dinheiro para algumas mudanças. E isso é possível fazer. Para isso, estamos prontos a ajudar, no Distrito Federal ou no governo nacional, mas desde que queiram, saindo da armadilha da falta de dinheiro e da armadilha da lógica. E essas duas armadilhas se somam a uma outra lógica, porque a gente vai ver que não tem dinheiro, mas tem recurso. O dicionário é muito rico. Quando o dicionário inventou recurso e inventou dinheiro foi porque eles não são o mesmo: dinheiro é um dos recursos. A mão de obra é recurso. A ideia de duas solidões que se encontram se anularem: desemprego e rua suja.

Aqui, no meu governo, o senhor lembra, nós simplesmente pegamos dois mil desempregados e os treinamos para que eles fizessem coleta de lixo e seleção do lixo, e financiamos, com o banco do Governo, para comprar uma carroça de cavalo. Eles passaram a entrar em ruas que caminhão não entra, coletavam o lixo, e as ruas ficavam limpas – primeiro problema resolvido. Eles ficaram com o emprego – segundo problema resolvido. E isso quando se juntaram. Juntamos o problema do lixo com o problema do desemprego, e resolvemos os dois. Quanto custou isso? Pouco, porque era um salário mínimo para ele e ele ficava com a renda de tudo o que ganhasse vendendo os produtos reciclados. Então, juntamos aí, na verdade, mais de dois problemas, cada um deles sendo a solução do outro. Isso se chama mudar a lógica e trazer criatividade. Isso é possível.

Isso é o que nós queremos propor nas próximas eleições para Presidente da República. Isso é o que nós queremos propor, agora, para ajudar o Brasil e para ajudar o Distrito Federal.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) –Senador Cristovam, quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento, dizer que a cidade, os nossos princípios e aquilo em que a gente acredita têm que estar acima de qualquer ambição pessoal, de qualquer interesse pessoal e dizer que V. Exª fez uma análise muito correta não só do cenário nacional como do cenário local.

O governo local não está indo bem, e nós temos que ser base do Distrito Federal, elogiando o que estiver certo e tendo também o dever de criticar quando vir algo errado. E para adotar essa postura não precisa ter cargos no Governo. Aliás, um governador, um governante, deveria ter a liberdade de escolher os melhores para servir à população independente de filiação partidária, para que ele tivesse a liberdade de escolher aqueles que vão servir o contribuinte, e não ter que ficar agradando Deputado X, Deputado Y.

Parabenizo V. Exª pelo pronunciamento e também por colocar as suas convicções, os seus princípios e o seu compromisso com a cidade e com o País acima de qualquer ambição ou de qualquer interesse pessoal. Porque, quando nós fazemos isso, nós mostramos com atitudes quem a gente é na prática e por que a gente está na política tentando servir à população, apesar de não ser tão fácil servir à população na política, são muitos os obstáculos, mas pelo menos fazendo a nossa parte de verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Na conversa hoje com o Governador, em que o senhor não pôde estar, eu cobrei dele levar adiante o seu projeto de reduzir os impostos de remédios. Não dá para dizer que não tem dinheiro. Por quê? Não tem dinheiro para acabar com o imposto de todos os remédios, mas escolha um, como o senhor diz. Escolha, como o senhor diz, aqueles que são os...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pega os medicamentos de uso contínuo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pega os medicamentos de uso contínuo. Não vai ser um sacrifício elevado e daria um grande gesto à população do Distrito Federal de algo novo. E seria, assim, o reconhecimento de um político que não está indicando ninguém, está propondo algo a serviço dos asmáticos, dos diabéticos.

Foi isso que eu cobrei, e ele que ficou de ver o que fará. Sinceramente, já faz seis meses quase, e a gente não o vê fazer isso. É um projeto seu que eu creio que seria muito bom para o nosso Partido, porque o senhor o propôs, seria bom para a população carente e doente do Distrito Federal e seria bom para mostrar: "Olhe aí, estamos quebrando a lógica, estamos saindo da armadilha."

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Cristovam.

Só lembrar ao senhor que isso foi um compromisso na campanha eleitoral, isso constou do programa de governo do então candidato ao Governo do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg e mais, isso não seria pago agora. Se implementasse a medida no dia 1º de janeiro de 2015, ele só iria devolver esses impostos sobre medicamentos para o consumidor no Programa Nota Legal de 2016. Durante o ano de 2015, esses impostos seriam recolhidos e ele só iria devolver no ano subsequente para o consumidor, que é a lógica do Programa Nota Legal.

Então, não há desculpa, não há cabimento. Continuo achando o Governador uma pessoa de bem. A gente sempre tem que reconhecer isso, tem que ser justo. Agora, não considero correto o não cumprimento de algo que foi acordado na campanha. E era algo que não é para beneficiar um parlamentar, mas para beneficiar a população do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nem o parlamentar nem o partido. Era para beneficiar a população.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Cristovam, como só estamos nós dois aqui, eu queria também fazer uso da palavra, prometo ser breve. Se V. Exª puder...

O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra o Senador José Antônio Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam, primeiro quero falar da minha honra por ter V. Exª presidindo esta sessão no momento em que eu discurso, eu que fui aluno de V. Exª na universidade, com muito orgulho.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu ouvi, no final de semana, vários Parlamentares da base de sustentação do Governo Federal falarem em aumento de impostos, alguns falaram de criação de CPMF, e eu quero aqui colocar a minha posição e a minha opinião.

Nós temos, neste País, uma carga tributária que supera 36% do Produto Interno Bruto, a maior dentre os países do mundo emergente. Não dá para aceitar, com uma carga tributária superior a 36% do Produto Interno Bruto, o Governo ainda precisar criar ou aumentar impostos. A discussão da recriação da CPMF prova a ineficiência e a incompetência de um governo, o descontrole no seu gasto, a irresponsabilidade no seu gasto. Não dá para aceitar isso.

Com uma carga tributária de 36% do Produto Interno Bruto, era para nós termos aqui serviços públicos de qualidade, de primeiríssima. É a maior carga tributária dentre os países do mundo emergente. E precisa aumentar ainda mais essa carga tributária? Eu não tenho como concordar com isso. O meu lado – e eu tenho lado – é o lado do contribuinte, é o lado do cidadão. É esse quem eu represento.

Em qualquer tentativa de se recriar a CPMF, meu voto será contrário. Sou contra qualquer criação de imposto ou aumento de alíquota de imposto que penalize o pobre ou a classe média deste País. E, em qualquer tentativa nesse sentido, que penalize o pobre ou classe média deste País, meu voto será contrário.

Não sou dono da verdade, mas não consigo entender como, com uma carga tributária de 36% do Produto Interno Bruto, se precisem ainda criar novos impostos ou aumentar a alíquota de impostos. E pior ainda quando esses vão penalizar o pobre ou classe média deste País.

Eu penso que o Governo deveria fazer um ajuste fiscal, sim, mas um ajuste fiscal na despesa, um ajuste fiscal no gasto do Governo e não na receita, descontando do contribuinte, porque aí é muito fácil. O governo gasta, gasta, gasta, depois desconta no contribuinte. Gasta, gasta, gasta, depois desconta no contribuinte.

O meu lado é o lado do contribuinte. É esse que eu represento. E eu sei quem represento. Eu sei com quem eu devo representar meu voto aqui. Não dá para entender termos neste País 38 Ministros e 39 estruturas de Ministérios, porque nós temos 38 Ministros, mas temos 39 estruturas de Ministérios.

Não dá para entender que tenhamos 23.579 cargos comissionados, de acordo com a resposta oficial do Ministério do Planejamento ao requerimento formal de informações que eu fiz quando era Deputado Federal.

O Governo, para pensar em fazer qualquer ajuste, até para ter autoridade moral de discuti-lo, deveria começar reduzindo o número de Ministérios, reduzindo o número de cargos comissionados. Deveria ter também, no seu *site* na internet, as viagens do Governo todas discriminadas: quanto se pagou em diária, em passagem, para quem, para fazer o que, até para que a população pudesse fiscalizar como é gasto o seu dinheiro.

Para saber quanto o Governo gastou com viagens ou com carros oficiais nós temos que fazer um requerimento formal de informações. Isso deveria estar na internet. Então, o Governo deve começar cortando os seus gastos.

Agora, qualquer tentativa que penalize o contribuinte deste País, o pobre ou a classe média deste País, o meu voto, como representante do Distrito Federal, como representante das 826.576 pessoas que depositaram um voto em mim para representá-las aqui, o meu voto será contrário. Quero registrar isso aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Reguffe, quero comentar um pouco, da mesma maneira que o senhor fez comigo. É a vantagem da segunda-feira.

De fato o senhor traz um ponto – e já falou comigo uma vez – que muitos não percebem. É o absurdo a carga fiscal alta na quantidade e o serviço público baixo na qualidade, com mais uma razão: condições de ajustes fiscais que vão elevar os impostos e que vão reduzir os serviços, ou seja, o imposto é alto, o serviço é baixo. A gente vai aumentar os impostos e baixar os serviços, por exemplo, cortando 9,7 ou 9,4 bilhões da educação, que está piorando; cortando da saúde, que está piorando, e aumentando os impostos como, por exemplo, essas propostas que estão sendo feitas. E tudo isso sem transparência.

Eu queria fazer justiça ao Governo do Distrito Federal, ao Governador, sobre o que ele disse. Ele disse que, dentro de uma semana, nos telefones celulares vão estar todos os dados, por exemplo, de cada hospital e posto de saúde do Distrito Federal.

A mãe que vai levar uma criança para o pediatra vai, por aqui, saber qual é o nome do pediatra que está naquele hospital, naquela hora, e o salário dele. Isso é transparência. Eu espero que isso seja feito e que, da mesma maneira que fazemos o senhor e eu, se use transparência nos nossos gastos de Senadores aqui. Quanto é que a gente gasta por mês aqui? Não apenas o salário, que já é público, mas gasto com viagem, gasto com médico, gasto com tudo.

Eu creio que essa ideia de colocar no celular todos os dados relacionados ao serviço público vai melhorar muito a qualidade. E não é só a saúde, não, as escolas, também. Os dados de cada escola, inclusive com a nota do Ideb, vão estar no telefone das famílias que pagam impostos no Brasil. Ou seja, nosso desafio é não elevar impostos, melhorar a qualidade do serviço e aumentar a transparência. É isso que a gente depreende da sua constante preocupação nesta Casa.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós estamos em total sintonia, Senador Cristovam. E eu espero que o Governo não só faça isso, como controle melhor a qualidade do serviço que é oferecido à população.

Eu não gosto de generalizações, porque toda generalização leva a uma injustiça, e não tem nada na vida pior do que uma injustiça. Agora, nós temos vários casos no Distrito Federal de médicos que têm plantões para ser exercidos em um hospital público, e que, naquele momento em que deveriam estar em um hospital público, estão em um hospital particular.

E eu espero que o Governador do Distrito Federal tenha pulso firme para defender o cidadão do Distrito Federal, porque este está precisando ser defendido. E que dê um basta a essa situação, porque isso é um roubo de dinheiro público de forma indireta. Um médico que deveria estar prestando serviço em um hospital público está, naquele momento, em um consultório particular, às vezes encoberto por outro, isso é um roubo indireto de dinheiro público, porque, naquele momento, naquele hospital, a população não está recebendo o serviço da forma que deveria receber.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós temos que parar de chamar de hospital público aquele que não funciona bem. Pode até ser estatal, mas não é público.

E hoje de manhã prestamos homenagem aqui a um médico que deu prova do que é um serviço público de saúde, o Doutor Campos da Paz, que, através da Rede Sarah, mostrou o que é realmente público. Público é o hospital em que você é atendido na hora em que precisa, sai curado e não tem que pagar conta nenhuma.

Não sai pobre para ter saúde.

Se isso pertence ao Governo, se isso pertence a uma gestão privada, financiada por alguém ou se é uma dessas chamadas Oscip, não importa. O que importa é o paciente, se ele vai ser bem atendido ou se não vai ser bem atendido sem precisar desembolsar dinheiro.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Cristovam, só para encerrar – e eu estou feliz com a nossa conversa – a Rede Sarah dá certo por alguns motivos, um deles é a dedicação exclusiva do profissional que ali trabalha. O médico que trabalha na Rede Sarah tem que ter dedicação exclusiva àquele hospital. Quando o médico pode ficar um tempo em um hospital público e um tempo em um consultório particular, e o que ele ganha no hospital público é fixo, enquanto o que ele ganha no hospital particular é variável de acordo com seu rendimento, é óbvio que ele vai se dedicar mais ao hospital particular, ao seu consultório particular. Isso não é certo com os cidadãos, com aquelas pessoas que pagam impostos. Não é certo com a população que precisa receber um serviço público de saúde com um mínimo de qualidade e decência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Com esse pronunciamento, esta sessão está encerrada.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 58 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24
PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Ana Amélia. . . . . PP / RS
Angela Portela. . . . . PT / RR
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Cristovam Buarque. . . . . PDT / DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT / MS
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Reguffe. . . . . PDT / DF
Telmário Mota. . . . . PDT / RR
Walter Pinheiro. . . . . PT / BA
Zeze Perrella. . . . . PDT / MG

Bloco da Maioria - 21
PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger. . . . . PMDB / SC
Edison Lobão. . . . . PMDB / MA
Eunício Oliveira. . . . . PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . PMDB / RN
Hélio José. . . . . PSD / DF
Jader Barbalho. . . . . PMDB / PA
João Alberto Souza. . . . . PMDB / MA
José Maranhão. . . . . PMDB / PB
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Raimundo Lira. . . . . PMDB / PB
Renan Calheiros. . . . . PMDB / AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB / ES
Roberto Requião. . . . . PMDB / PR
Romero Jucá. . . . . PMDB / RR
Rose de Freitas. . . . . PMDB / ES
Sandra Braga. . . . . PMDB / AM
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Simone Tebet. . . . . PMDB / MS
Valdir Raupp. . . . . PMDB / RO
Waldemir Moka. . . . . PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 17
PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Lúcia Vânia. . . . . PSDB / GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM / SE
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE
Wilder Morais. . . . . DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9
PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTB / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9
PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PPS / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

S/Partido - 1

Marta Suplicy. . . . . SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	17
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
Marta Suplicy* (S/Partido-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17
Líder **Humberto Costa - PT** (22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** (22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) **Líder do PDT - 6** **Acir Gurgacz** (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42) **Líder do PP - 5** **Benedito de Lira** (16,18,44)	..... **Líder do PMDB - 17** **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	**Líder** **Alvaro Dias - PSDB** (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (46) Antonio Anastasia (47) ..... **Líder do PSDB - 12** **Cássio Cunha Lima** (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) **Líder do DEM - 5** **Ronaldo Caiado** (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9**	**Governo**
Líder **Lídice da Mata - PSB** (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) ..... **Líder do PSB - 6** **João Capiberibe** (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) **Líder do PPS - 1** **José Medeiros** (15,19,29) **Líder do PSOL - 1** **Randolfe Rodrigues** (24,27) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,26)	**Líder** **Fernando Collor - PTB** (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) ..... **Líder do PTB - 3** **Fernando Collor** (5,10) **Líder do PR - 4** **Blairo Maggi** (9) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (8) **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella** (2,7)	**Líder** **Delcídio do Amaral - PT** (48)

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores repesentativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS
Senador Aécio Neves (PSDB) (1)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) (3)
Senador José Agripino (DEM)
Senador José Medeiros (PPS)
Senador José Serra (PSDB)
Senador Reguffe (PDT)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

**. Em 11.06.2015, foram designados os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra, José Aripino, José Medeiros, José Serra, Reguffe, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão e Tasso Jereissati para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 17, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).
2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).
3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS
Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

9) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015
Instalação: 27/05/2015
Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador José Serra (PSDB)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Roberto Rocha (PSB)

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.
**. Em 28.05.2015 foi expedido o Ato do Presidente nº 10, de 2015, que incluiu os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha na Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)

Leitura: 28/04/2015
Designação: 13/05/2015
Instalação: 19/05/2015
Prazo final: 15/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (4)
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (5)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).
**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).
***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)
****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)
*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).
2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)
3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)
4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).
5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 26/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (10,2)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:
*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).
**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).
***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).
****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).
*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033510/11
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DA CBF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 28/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 01/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).
**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).
***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).
****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).
*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)
******. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).
1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).
2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lope
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Donizeti Nogueira (PT) (10)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) (5)
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (11)
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (13)
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) (15)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) (4)

Notas:
*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).
**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).
***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: Terças-Feiras10:00 horas -
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 311-3516/4605
Fax: 3303-4344
E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605/3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (4)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) (11)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (10,6)
Senador Edison Lobão (PMDB) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (12)
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) (9)	2. Senador Romário (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) (1)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) (3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).
1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.
2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).
3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
Fax: 3303 3652
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador Jorge Viana (PT) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) (9)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (7)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (16,10)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) (16,10)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) (1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Morais (DEM) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (14)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) (18)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:
*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).
**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).
****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Dário Berger (PMDB) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:
*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).
**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).
****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).
******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) (7)
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) (5)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) (3)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO (10)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) (6)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*******. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).
6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).
7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:
1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT) (1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (4)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senador Benedito de Lira (PP) (8,10)
Senadora Angela Portela (PT) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Omar Aziz (PSD) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).
7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (3)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) (6)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
VAGO (10)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) (2)	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) (5,8,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:
*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO (10)
Senador Ciro Nogueira (PP) (5)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) (1)
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) (3)

Notas:
*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).
**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).
***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).
****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).
1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (DEM-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (12,11)	2. VAGO (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO (5)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
VAGO (6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).
6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).
7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. VAGO (5)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (4)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (3)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO (8)
Senador Omar Aziz (PSD) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (8,6,3)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 11/06/2015

Notas:
1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258
Fax: 3303-5258
E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSDB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (1)
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (4)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 61 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi
Telefone(s): 61 3303-3503
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.

5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a coissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

ATN nº 3, de 2015 - CMLRE

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 4 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)
RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)	Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)	Senador José Serra (PSDB/SP)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)

TITULARES	SUPLENTES
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:
1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

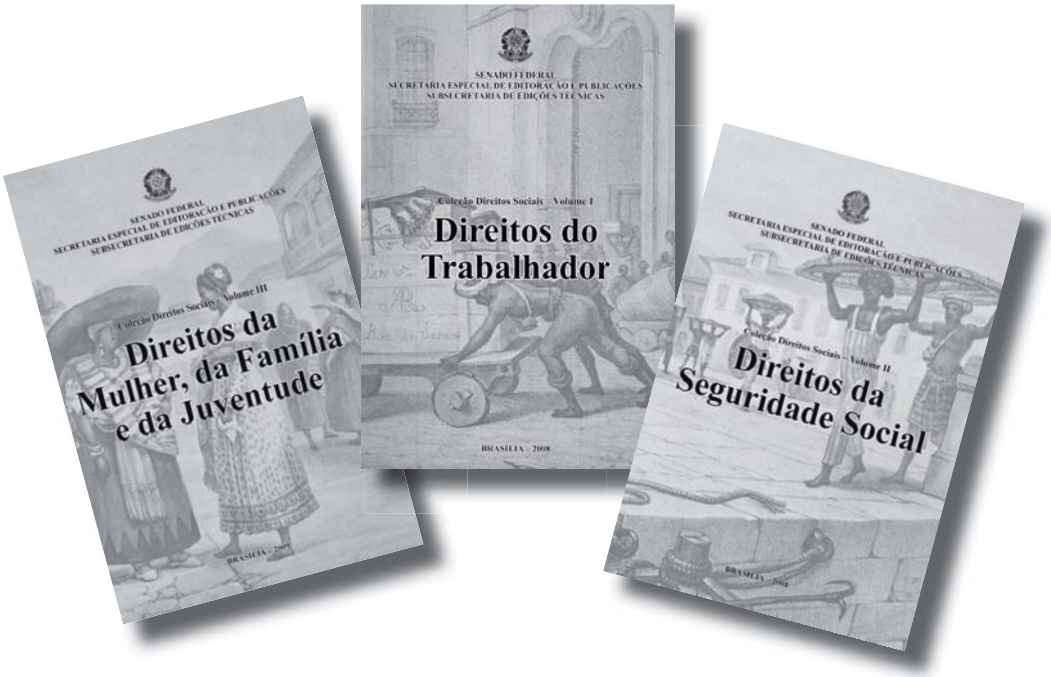
LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 220 páginas

(O.S. 12707/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL